

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS
NÍVEL DE MESTRADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, CULTURAL E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS:
ESTUDO DE UMA COMUNIDADE UCRANIANA DE IRATI/PR**

**CASCADEL – PR
2009**

TADINEI DANIEL JACUMASSO

**DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, CULTURAL E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS:
ESTUDO DE UMA COMUNIDADE UCRANIANA DE IRATI/PR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, área de concentração em Linguagem e Sociedade. Linha de Pesquisa: Linguagem: Práticas Linguísticas, Culturais e de Ensino. **Orientador: Prof. Dr. Ciro Damke.**

**CASCADEL – PR
2009**

Ficha catalográfica
Elaborada pela Biblioteca Central do Campus de Cascavel - Unioeste

J18d Jacumasso, Tadinei Daniel
 Diversidade linguística, cultural e políticas linguísticas: estudo de uma comunidade ucraniana de Irati/PR. / Tadinei Daniel Jacumasso — Cascavel, PR: UNIOESTE, 2009.
 146 f. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Ciro Damke
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Bibliografia.

1. Diversidade linguística e cultural. 2. Políticas linguísticas. 3. Comunidade ucraniana. I. Damke, Ciro. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 21ed. 410

Bibliotecária: Jeanine Barros CRB9-1362

**DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, CULTURAL E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS:
ESTUDO DE UMA COMUNIDADE UCRANIANA DE IRATI/PR**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, nível de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, em 22 de outubro de 2009.

Prof^ª Dr^ª Aparecida Feola Sella
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ)
Coordenadora

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:

Prof^ª Dr^ª Vanderci de Andrade Aguilera
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)
Membro Efetivo (convidado)

Prof^ª Dr^ª Aparecida de Jesus Ferreira
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ)
Membro Efetivo (da instituição)

Prof. Dr. Ciro Damke
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ)
Orientador
Membro

Prof^ª Dr^ª Neiva Maria Jung
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)
Membro Suplente (convidado)

Prof^ª Dr^ª Terezinha da Conceição Costa-Hübes
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ)
Membro Suplente (da instituição)

Cascavel, 22 de outubro de 2009.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Marielli, que sempre esteve ao meu lado nesta caminhada. Foram inúmeras as madrugadas perdidas na rodoviária na torcida para que o ônibus não atrasasse e que eu chegasse bem. Na maioria das vezes deixava seus afazeres para ouvir as minhas angústias e procurar soluções para os meus problemas. Foram tantas leituras e revisões de meus textos que nunca poderei retribuir esse empenho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela vida e por todas as maravilhas que têm proporcionado na minha caminhada. Foram inúmeros os pedidos para que tudo desse certo em todas as minhas viagens a Cascavel nesse período de estudos no Mestrado.

Ao professor Dr. Ciro Damke, pela confiança e pela orientação sempre eficiente e bem humorada. Ele, com a maestria que lhe é peculiar, soube conduzir as nossas orientações e textos com vistas a que fizéssemos sempre o melhor. Além disso, me oportunizou a descoberta de andar por caminhos ainda não explorados e isso fez com que eu aprendesse muito.

Os agradecimentos seguem também às professoras doutoras Vanderci de Andrade Aguilera e Aparecida de Jesus Ferreira por aceitarem participar da banca examinadora para avaliação desta dissertação.

À professora Dr^a Clarice Nadir von Borstel, por acompanhar este trabalho desde o início e pelas sugestões feitas nesse processo.

Aos professores do Mestrado e aos funcionários da UNIOESTE pelo suporte necessário para a realização de nossas atividades.

Aos meus colegas alunos do Mestrado que de uma forma ou de outra contribuíram para que mais esta jornada fosse vencida.

Aos colegas professores da UNICENTRO, em especial às professoras Loremi Loregian-Penkall e Cibele Krause-Lemke. À primeira, pelas sugestões para a elaboração do projeto inicial para o ingresso no Mestrado e, à segunda, por ter me dado os primeiros direcionamentos para a realização de uma pesquisa científica.

À CAPES pelo incentivo financeiro nos últimos meses dessa caminhada.

Aos informantes da comunidade de Itaparacá por terem aberto as portas de suas casas e por contarem as suas histórias.

À minha família, em especial à minha madrinha Natalina, pelo apoio constante.

Agradeço, também, aos que fizeram orações pedindo que Deus iluminasse os meus passos. Em especial à minha nona Maria, aos meus sogros dona Fátima e seu Genoel.

À minha namorada Marielli pelo companheirismo e dedicação de sempre. Foi com ela que eu dividi as minhas angústias e alegrias. Ela acompanhou todos os meus passos nesse processo, desde os resultados de notas das disciplinas, horários de chegada e de saída de Irati e de Cascavel.

Aos meus pais Nadir e Tadeu agradeço pelo que sou e pelo zelo que sempre tiveram comigo. Faltam palavras para expressar o quanto eles são importantes para mim e o quanto eles me ajudam. São, sem dúvida, exemplos de dedicação e amor.

Agradeço a todos que de uma maneira ou de outra contribuíram nesse processo. Àqueles que não ajudaram, ao menos entenderam o quanto esse projeto é importante na minha vida. Durante um ano e sete meses privei muitas pessoas que gosto da minha companhia. Foram vários os momentos que deixei de estar com pessoas tão queridas e me *trancava* sozinho com o computador e os livros.

EPÍGRAFE

*“[...] uma vez cruzada a ponte
entre os estudos da fala e os da
conduta social, nos tornaremos
todos por demais ocupados para
voltar atrás” (GOFFMAN, 2002).*

RESUMO

JACUMASSO, Tadinei Daniel. **Diversidade linguística, cultural e políticas linguísticas: estudo de uma comunidade ucraniana de Irati/PR.** 2009. 146 páginas Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2009.

Orientador: Dr. Ciro Damke.

Defesa: 22 de outubro de 2009.

Este trabalho tem por objetivo estudar a diversidade linguística, cultural e as políticas linguísticas de uma comunidade ucraniana, localizada no município de Irati/PR. Para tanto, fazemos um levantamento sócio-histórico dessa comunidade, bem como investigamos quais as línguas e em que situações estas são utilizadas pelos moradores da comunidade de Itapará. Além disso, fazemos referência às atitudes dos falantes em relação às línguas portuguesa e ucraniana. Pesquisamos, também, fatores que levaram/levam à preservação da língua ucraniana, especialmente relacionados à igreja. Baseamos nossa pesquisa nos conceitos da sociolinguística, com enfoque no fenômeno de línguas em contato, atitudes linguísticas e políticas linguísticas. Ao lado da pesquisa bibliográfica coletamos relatos de dez falantes da comunidade citada e analisamos estes relatos com relação aos temas propostos da diversidade linguística e cultural e das políticas linguísticas. Entre outros resultados, percebemos que a conservação e prática da língua e cultura ucranianas estão fortemente ligadas a aspectos religiosos. Mesmo que a prática da língua e cultura ucranianas esteja em fase de regressão na comunidade, pudemos notar que estas fazem parte da própria identidade dos falantes.

PALAVRAS-CHAVE: diversidade linguística e cultural; políticas linguísticas; comunidade ucraniana

ABSTRACT

JACUMASSO, Tadinei Daniel. **Diversidade linguística, cultural e políticas linguísticas: estudo de uma comunidade ucraniana de Irati/PR.** 2009. 146 páginas. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2009.

Orientador: Dr. Ciro Damke.

Defesa: 22 de outubro de 2009.

This study aims to study linguistic and cultural diversity and politics linguistics of a Ukrainian community, located at Irati/PR city. Therefore, we make a socio-historical survey about that community, and investigate which languages and in what situations they are used by residents of Itapará community. Furthermore, we refer to the attitudes of speakers with regard to Portuguese and Ukrainian languages. We searched, also, factors that took/take to the preservation of the Ukrainian language, especially related to the church. We base our research on the concepts of sociolinguistics, with focus on the phenomenon of language contact, linguistic attitudes and politics linguistics. Near of the bibliography research we collected narrations from ten speakers from the cited community and we analyzed these reports with the proposed topics of cultural and linguistic diversity and politics linguistics. Among other results, we understand that the conservation and practice of Ukrainian language and culture are strongly linked the religious aspects. Even though the practice of Ukrainian language and culture is on a regression time in the community, we noted that these are part of the identity of speakers.

KEY-WORDS: cultural and linguistic diversity, politics linguistics, Ukrainian community

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – ASPECTOS METODOLÓGICOS	07
CAPÍTULO II – ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS REFERENTES À IMIGRAÇÃO UCRANIANA	15
2.1 IMIGRAÇÃO UCRANIANA PARA O BRASIL.....	15
2.2 IMIGRAÇÃO UCRANIANA PARA O PARANÁ.....	27
2.3 IMIGRAÇÃO UCRANIANA PARA IRATI.....	29
2.3.1 A comunidade de Itapará.....	33
CAPÍTULO III – REFERENCIAL TEÓRICO	41
3.1 APORTES SOCIOLINGÜÍSTICOS.....	41
3.2 QUESTÕES DE BILINGUISMO.....	45
3.3 IDENTIDADE, PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E ATITUDES LINGÜÍSTICAS.....	47
3.4 POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS E LÍNGUAS EM CONTATO.....	52
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	61
4.1 TEMA 1: RELATOS SOBRE A IMIGRAÇÃO UCRANIANA PARA ITAPARÁ.....	63
4.2 TEMA 2: OS PRIMEIROS TEMPOS DOS IMIGRANTES UCRANIANOS NO BRASIL.....	75
4.3 TEMA 3: FATORES DE CONSERVAÇÃO DA LÍNGUA E CULTURA UCRANIANAS.....	87
4.3.1 A importância da igreja para os imigrantes ucranianos e para a conservação da língua e cultura ucranianas.....	93

4.4 TEMA 4: AS ATITUDES DOS FALANTES EM RELAÇÃO ÀS LÍNGUAS PORTUGUESA E UCRANIANA.....	101
4.5 TEMA 5: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O PARADOXO DO USO DA LÍNGUA UCRANIANA.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	133
ANEXOS.....	141
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	142
ANEXO 2 – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM.....	143
ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO 1 (DADOS PESSOAIS).....	144
ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO 2 (DADOS SOCIOLINGUÍSTICOS).....	145

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1. Lista de informantes.....	09
Imagem 1. Mapa de uma parte da Europa com destaque para a Ucrânia.....	22
Fonte: Disponível em: < http://pessoas.hsw.uol.com.br/informacoes-ucrania.htm >. Acesso em 20 jul. 2009.	
Imagem 2. Mapa do Paraná com destaque para o município de Irati.....	30
Fonte: Disponível em: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parana_Municip_Irati.svg > Acesso em 20 jul. 2009.	
Imagem 3. Grupo folclórico ucraniano <i>Ivan Kupalo</i>	32
Fonte: Lucas Ruteski – coreógrafo e dançarino do grupo.	
Imagem 4. Mapa de Irati e região (destaques e legenda feitos pelo autor).....	34
Fonte: Disponível em: < http://www.irati.pr.gov.br/imagens/mapagrande.jpg > Acesso em 20 jul. 2009.	
Imagem 5. Uma das cachoeiras de Itapará.....	37
Fonte: Disponível em: < http://www.hojecentrosul.com.br/hoje/especial/itapar-beleza-um-caminho-dif-cil > Acesso em 20 ago. 2009.	
Imagem 6. Inauguração da Escola São Miguel de Itapará, em 1960.....	38
Fonte: Irati: revista do centenário.	
Imagem 7. Escola da comunidade de Itapará, em 2009.....	39
Fonte: Acervo do Autor.	
Imagem 8. Igreja ucraniana de Itapará, em 1936 e em 2009.....	39
Fontes: Irati: revista do centenário e acervo do autor, respectivamente.	
Imagem 9. Imigrantes e descendentes ucranianos de Itapará trabalhando na colheita do trigo na década de 1960.....	77
Fonte: Sebastião, um de nossos informantes.	
Imagem 10. Casa de Itapará com modelo idêntico às casas na Ucrânia.....	82
Fonte: Acervo do Autor.	

INTRODUÇÃO

O presente estudo enfoca aspectos relacionados à diversidade linguística, cultural¹ e políticas linguísticas em relação às línguas em contato português e ucraniano na região Centro-Sul do estado do Paraná, mais especificamente no município de Irati. Essa região recebeu, no final do século XIX, imigrantes de diversas regiões da Europa, principalmente de países como Alemanha, Itália, Polônia e Ucrânia. Os imigrantes trouxeram de seus países, além da língua e dos elementos culturais que marcaram, e marcam, sua própria identidade, também o sonho da construção de uma nova identidade: serem brasileiros.

Sob o título *diversidade linguística*, analisamos o contexto e as relações de contato entre as línguas portuguesa e ucraniana na região citada. E em relação ao aspecto cultural, entendemos que a língua e a cultura, com base nos pressupostos da sociolinguística, não podem ser estudadas separadamente.

No que se refere às políticas linguísticas, estudamos as atitudes dos governantes a nível de estado e município e a aplicação destas nas situações de ensino de português e ucraniano sob análise. Levantamos e relacionamos as atitudes dos falantes com as políticas linguísticas referentes às línguas utilizadas no contexto sob pesquisa. Não nos concentramos, especificamente, no aspecto didático/metodológico de ensino das línguas em questão porque, de certa forma, este é uma consequência das próprias políticas linguísticas, mesmo porque isso exigiria uma pesquisa e um trabalho mais amplo, inclusive na área da linguística aplicada.

A região Centro-Sul do Paraná tem como polo o município de Irati. Nesse município, que é o mais populoso da região, encontra-se a sede da Associação dos Municípios da Região Centro-Sul do Estado do Paraná (ANCESPAR). Essa associação é composta, além de Irati, pelos municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Mallet,

¹ Entendemos que a língua é, também, um elemento cultural, mas entendemos que seria necessário deixá-la em destaque por entendermos que ela é o principal elemento para a conservação e difusão da cultura de um povo.

Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares e tem como finalidade a integração regional, econômica e administrativa dos municípios associados.

Em Irati predominam a imigração polonesa e a ucraniana (ORREDA, 1999). São várias as comunidades, principalmente rurais, que ainda preservam elementos culturais trazidos pelos imigrantes poloneses e ucranianos, conforme menciona Ramos (2006). Entre essas, a comunidade rural de Itapará, pertencente ao município de Irati, é, no nosso entendimento, a mais representativa no que tange ao número de imigrantes e descendentes ucranianos que lá fixaram residência. Em vista disso, direcionamos nossos estudos para essa comunidade e para os modos de ser e fazer dos descendentes de imigrantes que lá habitam.

A organização da família em torno da agricultura é fator relevante para a preservação dos elementos culturais ucranianos, uma vez que é comum pais e filhos trabalharem no mesmo espaço e, por conta disso, os mais novos tomam como norte as atitudes, costumes, crenças, modos de fazer dos mais velhos, criando-se, assim, uma rede que tenta salvaguardar a língua e cultura que os imigrantes trouxeram da Ucrânia.

No que concerne à preservação da língua ucraniana pelos membros da comunidade de Itapará, é válido mencionar que, como exemplo, alguns alunos quando chegam à escola, com aproximadamente seis anos de idade, não fazem uso da língua portuguesa, pois, em casa a família usa a língua ucraniana como meio de comunicação. Damos mais atenção a este fato na ocasião das análises dos relatos de nossos informantes.

Para esse cenário, considerado linguisticamente complexo, propomos um trabalho de investigação e, para tal, tomamos como base os aportes teórico-metodológicos da sociolinguística (BORSTEL, 1992, 1999, 2003, 2006; PEREIRA, 1999; DAMKE, 1988, 1997, 1998; CALVET, 2002; TARALLO, 2005; BORTONI-RICARDO, 1989, 2005; entre outros), das políticas linguísticas (MELLO, 1999; SANÉ, 2002; OLIVEIRA, 2003; HAMEL, 2003; SAVEDRA, 2003; DAMKE, 2008; entre outros), das atitudes linguísticas (ALLPORT,

1977; BERGAMASCHI, 2006; MORENO FERNÁNDEZ, 1998; SILVA-CORVALÁN, 2001; AGUILERA, 2008; entre outros) e das memórias dos informantes (POLLAK, 1989; HALBWACHS, 2004; MEIHY, HOLANDA, 2007; entre outros).

O tipo da pesquisa se justifica por tomar como campo de estudo uma região linguisticamente complexa. Trata-se de uma comunidade colonizada quase que em sua totalidade por imigrantes ucranianos e esses oportunizaram aos seus descendentes o conhecimento dos elementos culturais trazidos da Ucrânia e, na nova pátria, são obrigados a aprender o português como língua oficial do país. Baseamo-nos em Tarallo (2005) quando discute a questão das variantes linguísticas, para anunciar que há na comunidade de Itapará um tipo de caos linguístico. Segundo esse autor,

o caos basicamente se configura como um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de se dizer a mesma coisa (doravante chamadas ‘variantes linguísticas’) que se enfrentam em um duelo de contemporização, por sua subsistência e co-existência, ou, mais fatalisticamente, em um combate sangrento de morte (TARALLO, 2005, p. 05).

Entendemos que em Itapará o caos se apresenta no momento em que convivem lado a lado, em vários casos, a língua portuguesa e a língua ucraniana. Isso, porém, não chega a provocar nenhum duelo de morte, ao menos que saibamos, mas nos estimula a compreender como agem/vivem os membros da referida comunidade e quem faz e como fazem uso dessas duas línguas, assim como as atitudes dos falantes em relação às línguas.

A relevância da presente pesquisa se destaca, também, pelo fato de (re)discutirmos o mito do monolingüismo no território brasileiro. Para tanto, nos baseamos em Mello (1999), Bagno (2001), Heye (2003), entre outros. É sabido que em nosso país há um plurilingüismo expressivo e que as línguas, conforme Mello (1999, p. 23), “se mesclam, se misturam em um mesmo território, sem obedecer aos limites geográficos de suas fronteiras”. Em vista disso, o Brasil é conhecido, conforme Napolitano (2005, p. 07) como um grande mosaico nacional. Isso se deve à diversidade linguística e cultural encontrada neste contexto. São vários brasis dentro de um mesmo país (DAMKE, 2008). Portanto, trata-se de um país plurilíngue e

multiétnico. Algumas pesquisas mostram que aqui são faladas mais de duzentas línguas, somando-se as autóctones e as alóctones (MAHER, 1998). As línguas autóctones são as línguas indígenas e as alóctones são as línguas trazidas pelos imigrantes, no nosso caso, o ucraniano. Porém, vale dizer que não são em todos os lugares do território nacional em que são faladas várias línguas, mas a caracterização de um país plurilíngue se deve ao fato de no seu território serem faladas diversas línguas, que formam o plurilinguismo a nível nacional. A esse respeito, Oliveira (2009, p. 01) afirma que em nosso país “são faladas cerca de 210 línguas por cerca de um milhão de cidadãos brasileiros que não tem o português como língua materna, e que nem por isso são menos brasileiros” (OLIVEIRA, 2009, p. 01). Mesmo não concordando com o número citado de falantes que não tem o português como língua materna, que deve ser bem maior que um milhão, reconhecemos que estes não são menos brasileiros que os falantes monolíngues. Ao contrário, todos contribuíram e contribuem, conforme Napolitano (2005) e Damke (2008) para a formação deste *grande mosaico nacional onde os vários brasis se encontram*.

Diante do exposto, convém ratificar que o objetivo geral deste trabalho é estudar a diversidade linguística, cultural e as políticas linguísticas, dentro do contexto real do uso destas línguas na região citada onde, justamente, pode-se notar um paradoxo entre a relação das políticas linguísticas e a utilização destas línguas, como os dados, no capítulo IV irão confirmar.

Os objetivos específicos são: i) investigar quais as línguas e em que situações estas são utilizadas na comunidade ucraniana de Itapará; ii) levantar e descrever alguns aspectos culturais ucranianos como fator de conservação da própria língua; iii) analisar as atitudes dos falantes em relação às línguas portuguesa e ucraniana e, com isso, verificar se há preconceito para com os falantes do ucraniano como língua materna vernácula étnica e, iv) analisar as

políticas linguísticas e o paradoxo entre a quase não existência de políticas desta natureza e o uso intenso da língua ucraniana na região.

Devemos dizer, também, nesta parte introdutória, que o nosso trabalho está dividido em quatro capítulos: no primeiro relatamos a parte metodológica da pesquisa e anunciamos os caminhos percorridos para a realização deste estudo. No segundo capítulo fazemos um levantamento dos aspectos sócio-históricos da comunidade ucraniana de Itapará e da região Centro-Sul do estado do Paraná, assim como da imigração ucraniana para Irati, para o Paraná e para o Brasil. No terceiro capítulo a discussão que fazemos é sobre o referencial teórico da diversidade linguística e cultural, bem como discutimos aspectos relacionados às políticas linguísticas vigentes em nosso país e questões referentes a atitudes, identidade e preconceito linguístico. No quarto e último capítulo nos atemos às análises dos dados coletados por meio das entrevistas com os informantes e pelas observações *in loco*, refletindo, assim, acerca da importância da preservação da língua e dos elementos culturais trazidos pelos imigrantes ucranianos e acionando conceitos das teorias que alicerçam o estudo para fundamentação de nossas análises.

Ainda, nesta introdução, cabe destacar que este estudo vem somar-se a outros trabalhos realizados, vinculados ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e que versam sobre aspectos sociolinguísticos, como línguas em contato, aspectos de identidade, diversidade linguística e cultural, políticas linguísticas, crenças e atitudes em relação às línguas, etc. Citamos, entre eles, Hitz (2004), Schulz (2004), Teis (2004), Butzge (2006), Ribeiro (2006), Mezavila (2007) e Dalinghaus (2009). Esses estudos contribuem significativamente para o fortalecimento de discussões no tocante à diversidade linguística, étnica e cultural que marca de forma indelével o cenário paranaense. A UNIOESTE e, mais especificamente, o Programa *Stricto Sensu* ao qual este trabalho está vinculado, se fortalecem ao oportunizarem aos seus alunos a realização de pesquisas que

olhem para a relação linguagem e sociedade. Estas pesquisas são relevantes para a sociedade, de modo geral, por propiciarem reflexões científicas sobre a temática em questão e por despertarem nos membros das comunidades investigadas um sentimento de valorização dos seus elementos culturais.

Em síntese, são estas as considerações gerais que julgamos importantes a serem feitas nesta parte introdutória de nosso trabalho. Sabemos que não chegamos a respostas prontas nem conclusivas, mesmo porque não há como medir, com exatidão, a intensidade do uso da língua, da prática da cultura e nem as crenças, atitudes e percepções dos informantes. Entretanto, as reflexões feitas em nossas análises poderão servir para despertar possíveis interesses de outros pesquisadores no intuito de estudar temas idênticos ao que enfocamos em nosso trabalho.

CAPÍTULO I

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A escolha de uma metodologia que dê suporte para a realização da pesquisa não é uma tarefa sempre fácil. No nosso caso não foi diferente. A opção pelo recorte feito ocorreu após havermos cogitado a hipótese de investigar um número maior de informantes. Seriam, a princípio, dezoito informantes. Chegamos, ao final, a estabelecer o número de dez informantes para as nossas análises. Sabíamos, desde o início, que seria um trabalho de cunho qualitativo e que não analisaríamos variações linguísticas dos falantes em língua portuguesa e nem em língua ucraniana. Além disso, não foi nosso intuito investigar questões de transferência linguística, empréstimos linguísticos e alternância de código.

Em nosso estudo tomamos como base os postulados teórico-metodológicos da sociolinguística. Frente a isso, após (re)vermos aquilo que usa como norte essa teoria, entendemos pertinente realizar uma pesquisa de campo, na qual coletamos os dados por meio de entrevistas com informantes e observação *in loco*. As observações foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2008 e nos meses de março, abril e maio de 2009 com uma periodicidade de aproximadamente quinze dias. As entrevistas foram realizadas nos meses de maio e junho de 2009, também com uma periodicidade de quinze dias.

Para o levantamento de dados referentes aos temas *diversidade linguística, cultural e políticas linguísticas* escolhemos, como já mencionado anteriormente, uma comunidade rural, Itapará, do município de Irati e nela entrevistamos dez informantes com as características que descrevemos a seguir, como representantes de toda a população da comunidade.

Por se tratar de uma investigação sobre aspectos linguísticos e culturais relacionados à comunidade rural de Itapará, entendemos que era necessário criar alguns critérios para a inclusão de informantes em nossa pesquisa. Diante disso, tomamos como critérios o seguinte:

i) os informantes deveriam morar na comunidade² de Itapará de Itapará desde que nasceram ou deveriam ter ido morar naquela comunidade enquanto crianças; ii) os pais dos informantes deveriam ser imigrantes ucranianos e/ou descendentes ucranianos; iii) os informantes não deveriam ter morado em outra comunidade por um período maior que dez anos; iv) os informantes deveriam saber falar a língua portuguesa.

Além de obedecermos aos critérios estabelecidos e mencionados anteriormente, escolhemos os informantes considerando outros fatores, além dos citados, a saber, três faixas etárias, assim dispostas: a) um homem e uma mulher para a faixa etária dos vinte aos vinte e cinco anos; b) um homem e uma mulher para a faixa etária dos vinte e seis anos aos cinquenta anos; c) dois homens e duas mulheres para a faixa etária dos cinquenta e um anos em diante. Além dos oito informantes acima mencionados, participaram da pesquisa a diretora da escola local e o padre responsável pelas celebrações na comunidade. Mencionamos, aqui, que, “os fatores pessoais como idade, sexo, etnia ou procedência têm influênciam no comportamento linguístico do indivíduo” (RAMÍREZ, 1996, p. 37). Em face disso, levamos em conta questões relacionadas ao gênero e  idade dos informantes, assim como a sua etnia.

Incluímos, neste estudo, dois homens e duas mulheres para a faixa etária dos cinquenta e um anos em diante porque entendemos que os informantes dessa faixa etária guardam/lembra de forma mais viva as memórias da comunidade e da imigração ucraniana para o Brasil. Além disso, incluímos no rol de informantes, o Padre da Paróquia de Irati que atende à comunidade ucraniana de Itapará e a diretora da escola local por entendermos que um deles, o Padre, teria condições de trazer, em seus relatos, a relação que os membros da comunidade de Itapará mantm com a igreja e, a outra, a diretora, nos contaria questões relacionadas ao ensino de línguas na escola. A igreja e a escola são as duas instituições mais importantes na comunidade pesquisada.

² Entendemos como *comunidade*, aqui, a área territorial que fica dentro dos limites geográficos da própria localidade. É o termo têm usado recorrentemente pelos próprios moradores da comunidade/localidade.

É relevante mencionarmos que a observação *in loco* foi de grande valia para a seleção dos informantes. Descobrimos, nessa etapa, que algumas pessoas poderiam ser informantes em potencial. Algumas informações sobre isso foram procedentes e outras não. Além disso, estar na comunidade por período antes de realizar as entrevistas, propriamente ditas, serviu para que o pesquisador se ambientasse com aquele contexto. Além dos relatos dos informantes que compõem o *corpus* central deste trabalho e que apresentamos a seguir na tabela 1, outros relatos serão analisados, os quais foram coletados por meio das observações e anotados em diário de campo pelo próprio pesquisador.

A seguir, apresentamos uma tabela com os dados dos informantes que foram incluídos em nossa pesquisa. Compete-nos ressaltar que usamos pseudônimos para a identificação dos informantes. Optamos por dar nomes fictícios a eles e não usar as iniciais de seus nomes, como em alguns trabalhos, porque entendemos que dessa forma a identificação dos informantes é praticamente nula. Fizemos isso porque entendemos que são condições *sine qua non* a ética e sigilo para a realização de nosso estudo. Devemos mencionar, ainda, que os dados referentes à idade dos informantes foram relatados pelos próprios informantes e, desse modo, acreditamos que tenham relatado isso com exatidão.

	INFORMANTES	IDADE	GÊNERO
1	Ambrósio	24 anos	Masculino
2	Anastásia	25 anos	Feminino
3	Frederico	38 anos	Masculino
4	Valéria	28 anos	Feminino
5	Sebastião	81 anos	Masculino
6	Alexandre	74 anos	Masculino
7	Leandra	52 anos	Feminino
8	Carmelita	68 anos	Feminino
9	Aroldo (Padre)	29 anos	Masculino
10	Carolina (Diretora)	55 anos	Feminino

Tabela 1. Lista de informantes.

Os procedimentos metodológicos para a realização das entrevistas consistiam em informar às pessoas sobre o objetivo da pesquisa. Após a aceitação em participar da pesquisa

e assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), iniciávamos as entrevistas individualmente fazendo uso de um gravador. É válido expor que os informantes sabiam que estavam sendo gravadas as suas falas. Destarte, tivemos sempre o cuidado de posicionar o gravador em lugares que não oportunizassem desconforto aos informantes. Além disso, nossa intenção era que os informantes se sentissem à vontade para responder às perguntas feitas por nós e para relatarem as suas histórias.

O tempo de duração das entrevistas oscilou bastante. Isso se deve pelo fato de que os informantes mais jovens, primeira e segunda faixa etárias, dispõem de um repertório mais limitado no que se refere ao conhecimento das histórias dos imigrantes ucranianos, da história da comunidade e da região, entre outros tópicos abordados nas entrevistas. O tempo médio de cada entrevista com os informantes da primeira faixa etária foi de quinze minutos. Com os informantes da segunda faixa etária, as entrevistas duraram em torno de vinte e cinco minutos. Já as entrevistas com os informantes pertencentes a terceira faixa etária, ou seja, acima de cinquenta e um anos de idade, tiveram uma duração mais longa, aproximadamente uma hora cada entrevista. Devemos mencionar, nesta parte, que as entrevistas não seguiram um questionário fechado, mas, um roteiro para coleta dos relatos dos falantes. Convidávamos os informantes a relatarem suas percepções sobre determinados tópicos/temas e, nesse ínterim, motivávamos cada vez mais para continuarem seus relatos. Os referidos questionários para a coleta de dados se encontram anexados ao final deste trabalho.

Após a realização das entrevistas, o procedimento consistiu em transcrever as falas dos informantes gravadas na ocasião das entrevistas. Selecionamos trechos relevantes para a nossa análise, de forma que não perdêssemos de vista os objetivos desta pesquisa e, na sequência, os transcrevemos literalmente da forma que foram falados.³ As transcrições foram feitas após uma escuta prévia das gravações. Foram poucas as falas não compreendidas para a sua

³ Adotamos em nosso trabalho os moldes da transcrição grafemática.

transcrição. De posse do material para análise, ou seja, as entrevistas transcritas, o procedimento foi de analisar os relatos acionando-os com os aportes teóricos que sustentam este estudo.

A maioria das entrevistas foi realizada nas casas dos informantes e algumas no salão de festas da igreja da comunidade. Com a diretora, a entrevista ocorreu na escola, já com o Padre, a entrevista ocorreu na secretaria paroquial, na cidade de Irati. A respeito de como se deve portar o pesquisador antes e durante as entrevistas, nos apoiamos nos postulados de Labov (1983; 2008), André (1998), Pereira (1999) e Tarallo (2005). Sobre isso, Pereira (1999, p. 103) discorre que “a entrada de campo é um momento crucial para o desenvolvimento em uma pesquisa de campo, sendo assim, cabe ao pesquisador valer-se de sua intuição e sensibilidade para criar um contexto favorável ao seu trabalho”. Cientes da importância da entrada de campo para uma boa coleta de dados, buscamos nos aproximar dos informantes de modo que criássemos uma rede/sentimento de confiança, porém, mantendo certo distanciamento para que não interferíssemos nos dados da pesquisa. Além disso, devemos destacar que, pelo fato de termos conosco, na ocasião das entrevistas, uma acompanhante conhecida de alguns informantes, nosso acesso a eles se deu de maneira bastante produtiva e compensatória. Merece menção, ainda, a boa receptividade que tivemos de todos informantes. Eles se mostraram dispostos a colaborar com a realização da pesquisa.

Devemos destacar, nesta parte, que, pelo fato de o pesquisador haver residido em uma comunidade vizinha à de Itapará e por fazer parte de uma família *conhecida*⁴ no interior do município de Irati, a aceitação dos informantes para a realização das entrevistas se deu a contento. Além disso, a mãe e a tia do pesquisador são pessoas conhecidas de alguns dos informantes por elas trabalharem há mais de vinte anos na escola de uma comunidade

⁴ No interior do município de Irati algumas famílias são conhecidas dependendo de sua procedência. Isto é, sabe-se que fulano reside em determinada comunidade ao saber de que família que ele é e/ou sabe-se a qual família fulano pertence ao saber em qual comunidade ele reside. Nesse sentido, dizer que é de tal família e que reside em tal comunidade pode facilitar ou dificultar a aceitação na comunidade a que se pretende investigar.

próxima à comunidade de Itapará. Então, logo nas primeiras observações, os moradores de Itapará sabiam que havia um pesquisador na comunidade e sabiam quem era esse pesquisador.

Além de estarmos amparados pela boa aceitação na comunidade, buscamos apoio para a realização das entrevistas em algumas fontes teóricas, a saber, Pollak (1989) e Halbwachs (2004) no tocante à discussão que fazem sobre as Memórias, Meihy e Holanda (2007) nos deram suporte para uma discussão no campo da História Oral, e a respeito da pesquisa qualitativo-etnográfica nos amparamos em André e Lüdke (1986), Geertz (1989) e André (1998).

As memórias referem-se àquilo que cada um carrega consigo, seja no campo cognitivo, como as lembranças, seja de cunho social, como o sobrenome, a descendência e o parentesco (*jus sanguinis*)⁵. É a partir da História Oral que se tornou possível acessar e testemunhar essas memórias dos informantes. Sobre isso, Meihy e Holanda (2007, p. 14) afirmam que

muito do que é verbalizado ou integrado à oralidade, como gesto, lágrima, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo expressões faciais – que na maioria das vezes não tem registros verbais garantidos em gravações –, pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista de história oral (MEIHY & HOLANDA, 2007, p. 14).

Isso porque, por meio da história oral, o entrevistador pode conduzir os entrevistados às lembranças mais remotas permeadas por sentimentos de alegria, tristeza, raiva que apenas puderam ser observadas durante a conversa, pelo gestual, entonações, entre outras expressões que indicavam as sensações dos informantes ao relatarem fatos vivenciados/conhecidos.

No que diz respeito à abordagem etnográfica, Geertz (2001) citado por Bentes (2004, p. 141) afirma que “a compreensão daquilo que nos é estranho tende a continuar a sê-lo”. Isso porque é necessário que haja um distanciamento daquilo que o pesquisador encontra no campo onde realiza a investigação. Conforme o referido autor, o pesquisador deve ter um

⁵ É o termo em Língua Latina usado para designar o “direito de sangue”. Disponível em <<http://dicionario.babylon.com/jus%20sanguinis>> Acesso em: 31 ago. 2009.

discernimento quanto às suas percepções e isso implica não ter que concordar com as opiniões e comungar dos sentimentos dos entrevistados. Entra em cena a discussão feita por Labov (1983) acerca do “paradoxo do observador”. Mais tarde, Tarallo (2005, p. 21), baseado em Labov (1983), coloca que

seja qual for a natureza da situação da comunicação, seja qual for o tópico central da conversa, seja quem for o informante, o pesquisador deverá tentar neutralizar a força exercida pela presença do gravador e por sua própria como elemento estranho à comunidade (TARALLO, 2005, p. 21).

Devemos dizer, também, que, na ocasião das entrevistas, procuramos tomar o máximo de cuidado para que os informantes relatassem de forma espontânea as suas histórias. Não interrompíamos as falas, mesmo quando os informantes desviavam do assunto e, ao percebermos a importância de alguns conteúdos, retomávamos os assuntos que, aparentemente, passavam despercebidos.

A narrativa de experiência pessoal é, segundo Tarallo (2005, p. 23), “a mina de ouro que o pesquisador-sociolinguista precisa”. É por meio das narrativas que os informantes dão mais atenção ao fato narrado do que à forma como ele é narrado. Posto isso, devemos mencionar que “a narrativa privilegia a realidade do que é *experienciado* pelos contadores de história: a realidade de uma narrativa refere-se ao que é *real* para o contador de história” (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2000, p. 110, grifos dos autores). Logo, as narrativas são representações pessoais do real vivenciado e são expostas de acordo com a percepção que cada indivíduo tem sobre o que é real. Sendo assim, as informações compartilhadas pelos informantes não podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas, elas fazem/fizeram parte de um contexto sócio-histórico e são (re)discutidas a partir das marcas que deixaram.

Com relação à pesquisa qualitativa, Trask (2004) discorre que o número de informantes e/ou textos (e outros tipos de materiais, por assim dizer) não deve ser amplo demais porque, nesse tipo de abordagem, não se trabalha com dados estatísticos. Segundo o autor,

uma abordagem qualitativa enfoca tipicamente o estudo de pequenas quantidades de falantes ou textos, porque a abundância de dados e os estudos estatísticos são considerados menos importantes do que revelar os significados sociais que as pessoas atribuem a suas atividades linguísticas, quando falam ou escrevem (TRASK, 2004, p. 16-17).

O número de dez informantes é um número considerado pequeno e por isso se encaixa no tipo de pesquisa qualitativa. Trata-se de uma pesquisa por amostragem e, por isso, a inclusão dos informantes levou em conta fatores, mencionados anteriormente, como idade (três faixas etárias) e gênero (masculino e feminino).

No que tange aos aspectos éticos da investigação, submetemos o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIOESTE, vinculado ao Conselho Nacional de Saúde. O projeto de pesquisa foi aprovado no referido Comitê sob o número 277/2009. Os informantes foram avisados dos objetivos deste estudo e concordaram, por livre e espontânea vontade, em participar das entrevistas, assinando, conforme mencionado anteriormente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No TCLE (Anexo 1) constam todas as garantias de ética e sigilo em relação às suas identidades. Frente ao exposto, identificamos as pessoas que participaram da pesquisa somente como “informantes” e por meio dos nomes fictícios. Também, fizemos uso de imagens em nosso trabalho e, para tanto, pedimos autorização daqueles que forneceram as fotos. O modelo de Declaração de Consentimento de Uso de Imagens encontra-se anexado ao final deste trabalho (Anexo 2).

CAPÍTULO II

ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS REFERENTES À IMIGRAÇÃO UCRANIANA

Neste capítulo, apresentamos alguns aspectos históricos, culturais, linguísticos, identitários da região Centro-Sul do estado do Paraná, assim como da imigração ucraniana para o Brasil, para o Paraná e para Irati. Discutir esses aspectos é pertinente, principalmente, porque nosso trabalho se fundamenta, entre outras, nas palavras de Calvet (2002, p. 12) quando afirma que “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”. Nesse sentido, para a compreensão e análise de questões linguísticas e culturais de um povo, é necessário olhar para o processo histórico por que os falantes passaram/passam. A esse respeito, ancoramo-nos, também, em Oliveira (2009, p. 01) quando diz que “línguas são artefatos históricos, construídos coletivamente ao longo de centenas ou milhares de anos”. Diante disso, em linhas gerais, este capítulo versa sobre a história da imigração ucraniana por entendermos que isso nos dá sustentação para analisar os relatos dos informantes, acionando, assim, com os conceitos teóricos.

Iniciamos, nesta parte, tecendo considerações sobre a imigração ucraniana para o Brasil.

2.1 IMIGRAÇÃO UCRANIANA PARA O BRASIL

O Brasil é composto por uma diversidade linguística, étnica e cultural que ocorreu, também, pelo fenômeno da imigração. Em vista disso, encontram-se espalhados pelo território nacional representantes das mais diversas partes do mundo, entre eles, índios, africanos, europeus, asiáticos que contribuíram e contribuem sobremaneira para a riqueza do nosso país. Nessa perspectiva, destacamos a importância da imigração europeia para o desenvolvimento do Brasil e discutimos aqui, mais precisamente, a imigração ucraniana para o solo brasileiro.

Para isso, acreditamos ser necessário anunciar, primeiramente, como ocorreu a política de imigração em nosso país.

Segundo Burko (1963, p. 43), “foi justamente D. Pedro II quem iniciou, com melhor sucesso, uma política imigratória, destinada a trazer para o Brasil e conservar no país o elemento estrangeiro útil à formação da nossa economia, quando não da raça brasileira”. Entre outros motivos, era preciso o braço do imigrado para que o país melhorasse a sua produção agrícola com o intuito de aumentar a exportação, uma vez que o Brasil importava mais que exportava e isso gerava um déficit na balança comercial. Sobre esse intuito de trazer imigrantes para o Brasil e a colaboração que trariam ao desenvolvimento brasileiro, Nadalin (2001, p. 65) afirma que “além de inovar no que concerne à ruptura do sistema latifundiário, os imigrantes deveriam introduzir no país novas e produtivas técnicas agrícolas, ensinando-as aos habitantes da terra, junto com as *virtudes do trabalho*” (NADALIN, 2001, p. 65, grifos do autor). Para isso, D. Pedro II, entre outras ações, estabeleceu, por meio de decreto,

que as colônias fossem divididas em lotes urbanos e rurais de diversas extensões, devendo estes últimos ser cedidos aos imigrantes por um preço modicíssimo, depois de livre escolha. Tais lotes deveriam ser ainda previamente desbastados, cercados e providos de uma casa provisória, de instrumentos agrícolas necessários e de sementes (BURKO, 1963, p. 43-44).

Isso mostra claramente a tentativa de atrair para o Brasil pessoas que pudessem trabalhar no cultivo da terra, trazendo e implantando conhecimentos advindos dos países europeus. No quarto capítulo deste trabalho apresentamos alguns relatos de nossos informantes nos quais estão postas algumas informações de que não foi bem assim que aconteceu na chegada dos imigrantes ao Brasil, ou seja, o governo brasileiro não disponibilizou instrumentos agrícolas e sementes suficientes para a adaptação dos imigrantes em terras brasileiras.

As campanhas feitas para atrair imigrantes europeus foram mediadas pelas companhias de navegação transoceânicas que, por meio de seus agentes de imigração, divulgavam as possibilidades de vida nova aos europeus num país do novo mundo, o Brasil.

Esses agentes conseguiram maior êxito nos países eslavos, uma vez que lá havia a maior concentração de camponeses, considerados mais humildes e, portanto, mais fáceis de convencê-los em buscar vida nova em outro território (RAMOS, 2006). Nesse cenário, convém mencionar, que “para as autoridades brasileiras do século XIX, que num primeiro momento estavam preocupadas apenas com o *povoamento* do Brasil, eram bem vindos os imigrantes europeus de origem camponesa, que se radicassem em pequenas propriedades” (NADALIN, 2001, p. 65, grifo do autor). Somada à facilidade de convencimento, de modo geral, os camponeses europeus não viviam em boas condições econômicas e os agentes de imigração ofertavam uma nova pátria onde a terra produzia *tudo* o que se plantava. Contam os descendentes de imigrantes ucranianos mais antigos, baseados em relatos dos próprios imigrantes, que alguns agentes agiram de má fé, passando-se por herdeiros de tronos e prometiam dinheiro, fazendas, casas, gado, entre outras regalias para os que resolvessem sair de seus países e emigrar para outras terras. Obviamente, quando os imigrantes aqui chegaram, a realidade era bem diferente daquela que fora prometido. Fato significativo apontado por Ogliari (1999, p. 62) diz respeito a que os camponeses ucranianos “eram por vezes enganados pelos próprios agentes de imigração, quando, por exemplo, embarcavam para São Francisco da Califórnia e desciam em São Francisco do Sul, em Santa Catarina” (OGLIARI, 1999, p. 62). Conforme a autora, os imigrantes saíam de seus países na Europa com destino aos Estados Unidos da América e desembarcavam no Brasil.

A respeito da vinda dos ucranianos para o Brasil, Oksana Boruszenko, em relato ao documentário *Made in Ucrânia: os ucranianos no Paraná* (2006) menciona que

o Brasil na época tinha acabado de abolir a escravidão e, inclusive Dom Pedro estava muito interessado [...] em trazer imigrantes europeus para substituir o braço escravo que não ia durar muito tempo. Na Ucrânia, por exemplo, eram distribuídas cartas endereçadas aos agricultores e assinadas por Dom Pedro II, que convidava eles, convidava o seu João da Porta Baixa, a vir viver no Brasil que ele seria muito bem-vindo aqui (MADE IN UCRÂNIA, 2006).

De acordo com o relato acima, os agentes de imigração distribuíam cartas remetidas por Dom Pedro II aos imigrantes europeus convidando-os para que eles viessem para o Brasil e que aqui teriam uma boa acolhida. Naquela época a mão-de-obra escrava estava acabando e atrair imigrantes, especialmente camponeses, era uma das alternativas para que o Brasil produzisse e para o povoamento de suas terras.

O transporte dos camponeses ucranianos para o Brasil era pago pelo governo brasileiro (conforme verificaremos nos relatos dos informantes no quarto capítulo deste estudo), porém, muitos emigrantes vieram para cá às próprias custas, principalmente aqueles que fugiam de suas aldeias. O emigrante ucraniano deixou seu país de origem, conforme Burko (1963, p. 51), fugindo das “perseguições religiosas e políticas, da guerra, da dominação de estrangeiros, da miséria e, algumas vezes, da própria fome”. Diante disso, é possível verificar que a imigração para o Brasil foi favorecida por ambas as partes, ou seja, pelo interesse mútuo, de um lado havia o interesse em povoar as terras brasileiras ainda não habitadas e trazer mão-de-obra especializada para trabalhar no cultivo do solo, e, de outro lado, o objetivo do povo ucraniano em deixar sua terra e livrar-se da miséria e das pressões vividas naquela pátria. De fato, por um lado, o Brasil se configurava/configura⁶ como um país de imigração que atuava/atua como elemento atrativo e, de outro lado, havia/há países de emigração que ofereciam/oferecem aos seus habitantes situações insustentáveis de sobrevivência.

Convém sublinhar que a imigração europeia, *grosso modo*, se assemelha à imigração dos povos eslavos. Nesse sentido, Ogliari (1999, p. 54) afirma que “a Europa, desde o século XVIII, assim como durante a maior parte do século XIX, viveu em estado revolucionário”. Em vista disso, italianos, alemães, holandeses, poloneses, entre outros, deixaram seus países e vieram para o Brasil, principalmente para os estados do sul, também motivados pelas propagandas de vida fácil nestas terras, para buscarem condições melhores de vida, pois,

⁶ Usamos os termos no passado e também no presente por acreditar que o Brasil foi e ainda é visto como um país de imigração.

conforme a referida autora, “a densidade populacional europeia atingia altíssimos índices. Logo, a válvula de escape para essa população ociosa era procurar novas fronteiras para viverem” (OGLIARI, 1999, p. 54). Sobre a crise na Europa no final do século XIX, Farah, Guil e Philippi (2008, p. 14) acenam que “Itália e Alemanha ainda estavam feridas pelas lutas de unificação; França e Espanha eram marcadas por revoluções internas; Polônia e Ucrânia tentavam livrar-se da dominação russa e austríaca”. Portanto, quando nos referimos à imigração ucraniana, é válido lembrar que os outros imigrantes também passaram por condições imigratórias semelhantes.

Devido ao fenômeno da imigração, houve uma mudança na estrutura trabalhista no Brasil. Não se podia mais contar com o trabalho escravo, desencadeando-se, assim, o regime de trabalho livre. A esse respeito, Nadalin (2001, p. 53) aponta que “no lugar do trabalho escravo, a mão-de-obra livre e assalariada”. Falamos mais sobre isso no próximo tópico quando abordamos a imigração ucraniana para o Paraná.

Os imigrantes organizaram-se em pequenas vilas rurais e naquele espaço, com muita dificuldade, produziam o próprio sustento, haja vista que não trouxeram quase nada de seus países de origem e que, segundo Burko

a assistência do Governo [brasileiro] limitava-se, pois, ao pagamento de transportes marítimos e terrestres até ao destino definitivo, a uma pequena ajuda financeira nos primeiros dias e à distribuição quase gratuita de lotes para aqueles agricultores que se mostravam capazes e dispostos a cultivá-lo (BURKO, 1963, p. 52).

No concernente à chegada dos emigrantes ao Brasil, Farah, Guil e Philippi (2008, p. 14) anunciam que “as dificuldades não eram menores. Recebiam animais de tração, ferramentas agrícolas e uma ajuda de custo para os primeiros meses. Soltos no sertão bravio, eles precisavam absorver rapidamente as características do solo e do clima para aplicar suas técnicas de cultivo”. Desse modo, o uso da terra também sofreu mudanças, pois, houve uma democratização na produção agrícola que possibilitou o surgimento de atividades nos mais

diversos segmentos do setor, o que culminou no fortalecimento da estrutura econômica brasileira.

Cabe dizer que quando um grupo imigrante passa a viver num contexto antes habitado por um grupo autóctone, é inevitável que um grupo provoque alterações e mudanças econômicas, sociais e linguísticas no outro grupo. Sobre isso, Ogliari (1999, p. 39) diz que

ocorrem desconstruções e construções contínuas em ambos os grupos envolvidos, surgindo, naturalmente, fenômenos de assimilação e acomodação nas culturas em contato. Por isso é que se considera que a imigração causa efeito revolucionário em todos os setores da vida humana (OGLIARI, 1999, p. 39).

Esse aspecto do fenômeno imigratório se aplica ao que ocorreu no Brasil, isto é, houve revolução em todos os segmentos da sociedade, seja no sentido do desenvolvimento agrícola e econômico, mencionado anteriormente, seja nos elementos culturais e linguísticos que se mesclaram/mesclam por ocasião do contato entre os grupos. Com relação a essa temática, Aguilera e Busse (2008, p. 13) afirmam que

não se trata apenas de línguas que se encontram em contato, mas de culturas que passam a coexistir. Essa convivência não poderia ocorrer de forma estável ou nivelada, pois são modos de pensar e organizar a realidade pelos quais são filtrados, também, os processos de interação. A língua pode ser considerada, nesse campo de complexas relações, o cenário de intermediações ou negociações, uma vez que se inscreve como elemento prioritário nas modalidades interacionais (AGUILERA & BUSSE, 2008, p. 13).

Ainda, a esse respeito, Burko (1963, p. 81) afirma que “um povo quando emigra leva consigo, mesmo que disto não se aperceba, todo aquele complexo que faz uma nacionalidade ser diferente da outra, ou seja, a raça, a cultura, a língua, os costumes, o ‘way of life’, e principalmente o acervo que se diz tradição”. Frente a isso, vale ressaltar que no Brasil são vários *modos de vida* que se entrecruzaram e que formam o que hoje podemos chamar de uma nação multicultural. São os *vários brasis* que se encontram.

Neste momento, acreditamos ser necessário falar um pouco sobre a Ucrânia, uma vez que afirmamos que a imigração gera fatores que transformam uma sociedade, logo, a

imigração ucraniana também ajudou na transformação do povo e das terras brasileiras. Nesse sentido, é válido dizer que, segundo Ogliari (1999) baseada em investigações arqueológicas, o território onde atualmente se encontra a Ucrânia foi habitado desde o quarto milênio antes de Cristo, ou seja, a civilização ucraniana é uma das mais antigas da humanidade. Entre outras características, a história da Ucrânia é conhecida, em grande parte, pelas invasões que ocorreram naquele país. Por ocasião das invasões, a Ucrânia, conforme aponta Ogliari (1999, p. 40) “viveu sempre entre dois extremos, ora como importante centro político e cultural europeu, ora completamente destruído”. A isso, convém sublinhar que essa certa instabilidade era um dos principais motivos para o povo ucraniano migrar para outros países.

Ainda, no que diz respeito aos aspectos históricos da Ucrânia, Oksana Boruszenko afirma que aquele país

faz parte do leste europeu. É um país, ele é integrado por eslavos do ramo oriental e é um país que ele vai ter uma grande importância na idade média. E como ele era passagem entre o oriente e o ocidente, então, era uma terra que era cobiçada por todos, tanto pelos cruzados que vinham do ocidente, pelas cruzadas, como pelos árabes e, sobretudo, pelos turcos, pelos turcos otomanos. E por ser explorada por seus vizinhos e invasores, então, a população sempre teve dificuldade de sobrevivência. E a gente vê isso historicamente desde o Principado de Kiev (MADE IN UCRÂNIA, 2006).

Com base nas palavras acima, podemos perceber que a localização geográfica da Ucrânia (ponto de passagem) motivava outros povos a invadirem e explorarem as terras ucranianas. Isso gerava uma condição de vida instável naquele país.

Cabe expor, ainda, que a Ucrânia está localizada na Europa Oriental e a cidade mais populosa é a capital Kiev. Esse país tem seus limites geográficos, a sul, com o Mar de Azov e o Mar Negro, a norte, com a Bielorrússia, a norte e a leste, com a Rússia, e a oeste com a Romênia, a Moldova, a Hungria, a Eslováquia e a Polônia. A língua ucraniana é falada por mais de quarenta milhões de pessoas, e aproximadamente trinta milhões em território ucraniano e o restante espalhados pelo mundo, principalmente em países da América, como

Brasil, Argentina e Canadá⁷. Para ilustrar o nosso trabalho, apresentamos, a seguir, um mapa de uma parte da Europa, com destaque para a Ucrânia.



Imagem 1. Mapa de uma parte da Europa com destaque para a Ucrânia⁸.

Outra característica do povo ucraniano e, por conseguinte, dos descendentes, diz respeito ao aspecto religioso. É sabido que os ucranianos têm uma ligação estreita com a fé, as crenças e os ritos religiosos. Nesse sentido, a religião é responsável, em grande parte, pela conservação da língua e de outros elementos culturais ucranianos. Fato significativo que comprova isso, é que, também e principalmente por causa da religião, a língua ucraniana foi conservada e se mantém como língua oficial nas celebrações dos cultos litúrgicos. A relevância desse fato, além disso, diz respeito à conservação da língua ucraniana, pois é o uso dessa língua nas celebrações dos cultos, entre outros, que faz com que a língua ucraniana continue sendo falada pelos descendentes em suas comunidades. A esse respeito, Szewciw (1988) citado por Ogliari (1999, p. 42) afirma que

um grupo de religiosos, provavelmente, da região, [da Ucrânia] adotou a língua eslava no culto religioso, em detrimento do Latim, a língua da cultura e da religião na época. Junto a isso, todavia, preservaram-se os antigos costumes e crenças pagãos, como o culto às forças elementares da natureza e aos espíritos dos ancestrais (SZEWCIW, 1988 *apud* OGLIARI, 1999, p. 42).

⁷ Conforme apontam dados recentes disponíveis em sítios da internet.

⁸ Disponível em: <<http://pessoas.hsw.uol.com.br/informacoes-ucrania.htm>>. Acesso em 20 jul. 2009.

De fato, a religião se faz presente no dia-a-dia dos descendentes ucranianos e, somada à língua e outros elementos culturais, é uma das características que marcam a identidade ucraniana. Ademais, conforme Burko (1963, p. 79), vale expor que “vinculados à religião, os imigrantes da Ucrânia seguem estritamente a moral católica, sobretudo no que se refere à santidade e indissolubilidade do matrimônio, à grande estima e respeito pela maternidade e alto apreço da integridade virginal das donzelas”. No quarto capítulo deste trabalho discutimos alguns aspectos relacionados à importância da igreja para a conservação da língua e cultura ucraniana na comunidade de Itapará.

Ainda sobre as características do povo ucraniano, convém anunciar que a igreja, por meio de seus missionários, assumiu/assume papel relevante para a sobrevivência dos imigrantes aqui no Brasil. Como já foi dito, os imigrantes quando chegaram aqui não encontraram vida fácil e os missionários é quem os auxiliavam naquilo que era necessário. Alguns relatos que apresentamos a seguir versam sobre isso que anunciamos. Com relação à ajuda dos missionários para os imigrantes ucranianos que vieram ao Brasil, Burko (1963, p. 53) aponta que

as únicas pessoas que se preocupavam com a sua sorte e lhes serviam de guias, de companheiros e mesmo de pais, eram os sacerdotes, os zelosos missionários ucranianos, que quase desde os primeiros anos da imigração, seguindo também para o Brasil, aqui os assistiam, confortando-os espiritual e moralmente, e, na medida do possível, também materialmente (BURKO, 1963, p. 53).

Diante do exposto, é válido discorrer que a imigração ucraniana para o Brasil ocorreu, basicamente, para os estados do Paraná e Santa Catarina e se deu, conforme Boruszenko (1995), em três fases, a saber: a primeira foi no final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, época em que a Ucrânia pertencia ao Império Austro-Húngaro, administrado pelos poloneses e judeus. A segunda, logo após a Primeira Guerra Mundial, ocorreu por motivos políticos em virtude da catástrofe sofrida pelo jovem Estado ucraniano (1918-1920) e, a

terceira etapa da imigração ucraniana, diga-se de passagem, a mais representativa, aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial.

A primeira fase da imigração ucraniana para o Brasil foi motivada pela superpopulação agrária e pela fraca industrialização vigente, à época, naquele país. Os camponeses que vieram para cá eram oriundos das regiões da Galícia e da Bukovina. Lá viviam em péssimas condições socioeconômicas e não visualizavam melhoras naquele território. Conforme Andrezza (1996), citada por Ogliari (1999, p. 46-47), “até a primeira metade do século XIX havia, por parte da coroa Austro-Húngara, a clara política de desestímulo à escolarização das camadas populares nas regiões da Galícia [...], o campesinato era miserável, analfabeto e submisso a uma visão tradicional de mundo”. Sobre isso, Burko (1963, p. 39) corrobora dizendo que os ucranianos

resolveram definitivamente transferir-se para além das fronteiras de suas queridas e fertilíssimas “terras negras”. Foram os camponeses, sobretudo, das províncias ocidentais da Ucrânia, então incorporadas ao império Austro-Húngaro, a tomarem essa decisão. Emigraram para os Estados Unidos, Canadá, Argentina, e Brasil, buscando melhores condições de vida (BURKO, 1963, p. 39).

Os ucranianos saíram de seu país em busca de uma nova pátria que os acolhessem e onde existisse liberdade, pois, viviam oprimidos na Ucrânia. Não sabiam para onde ir, conforme explana Burko (1963, p. 39), “mas para onde iria aquele colono, que a mór parte de sua vida passara na noite de um atraso medieval; um colono escravizado pelos latifundiários estrangeiros, desprovido quase de tudo e com diversos filhos pela mão?”. Um dos caminhos indicados seria o *Novo Mundo* e, assim, rumaram para a América, na esperança de encontrar aqui aquilo que lhes faltava em seu país. Conforme Andrezza (1996, p. 81), “os camponeses da Galícia, [...] em meados da década de 1890, quando emigraram para o Brasil, trouxeram uma visão de mundo essencialmente camponesa e tradicional”. Devemos dizer que, se o contexto em que viviam os emigrantes era um contexto rural, logo, a única visão de mundo que poderiam trazer ao Brasil (ou para qualquer outro lugar) era rural.

Encontraram, já na viagem, muitas dificuldades devido às precárias condições dos navios que transportavam os imigrantes ucranianos para o Brasil. Para exemplificar isso, Kociolek e Kociolek (2009, p. 01) relatam a história da vinda dos ucranianos para o Brasil.

[...] Viajando em condições quase desumanas, chegam a Curitiba, onde recebem os lotes de terra no interior. Em seguida, seguem em comboios de carroças, a cavalo ou a pé. Para onde? Para o interior do Paraná, nas regiões íngremes do norte do município de Prudentópolis. Outros seguem para Santa Catarina, em terras tomadas dos índios Botocudos, na região de Iracema, hoje municípios de Itaiópolis, Papanduva e Santa Terezinha. Outros descem pelo Rio Iguaçu, atingindo a região de Santa Cruz do Rio Claro (Colônia 5, Serra do Tigre), hoje municípios de Mallet, Paulo Frontin, Paula Freitas, Rio Azul. Outros ainda vão mais além, para as regiões inóspitas de então, do Jangada, hoje municípios de União da Vitória, Porto União, General Carneiro e Cruz Machado (KOCIOLEK & KOCIOLEK, 2009, p. 01).

No Brasil, a realidade era completamente diferente da anunciada pelas agências de colonização na Europa, aquilo que era prometido não era cumprido quando os emigrantes chegaram ao nosso país. Das terras não *brotava ouro*, como outrora foi dito. As dificuldades aqui eram imensas. Sobre isso, Burko (1963, p. 52) diz que os ucranianos,

desconhecendo por completo a língua do país [do Brasil], tiveram ainda que enfrentar dificuldades de transporte e escassez de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Vieram quase desprovidos de recursos, com pouca economia, e já ao desembarcar vinham as primeiras provações (BURKO, 1963, p. 52).

Em razão disso, um novo desafio estava lançado, sobreviver num país onde tudo era desconhecido, sem estrutura básica, enfrentando doenças, dificuldades com o transporte, alguns moraram em barracões coletivos, passaram fome, sentiram problemas de adaptação e sofreram para se comunicarem com quem já vivia aqui, uma vez que falar a língua portuguesa não era privilégio dos que aqui chegaram. Inicia-se, então, uma luta por dias melhores e, nesse sentido, cabia aos imigrantes estruturarem-se e desenvolverem-se em comunidade, de modo que produzissem o seu próprio sustento. Acerca disso, Trindade e Andrezza (2001, p. 55) afirmam que “pela falta de escolas públicas nos locais em que foram instalados [...] propiciar formação escolar e religiosa, casar, manter as tradições, era responsabilidade de cada núcleo étnico”. Em Itapará, comunidade objeto de nosso estudo, logo após a chegada dos primeiros

imigrantes ucranianos, houve a preocupação de encaminhar os filhos para as escolas mais próximas e logo construir a escola local, conforme vemos nas análises dos relatos dos informantes no quarto capítulo deste estudo.

Na primeira fase da imigração ucraniana para o Brasil, Burko (1963) menciona dando destaque a um grupo de oito famílias, proveniente da Galícia Oriental que desembarcou em 1891 em solo brasileiro e fixou moradia por algum tempo em Curitiba/PR, para mais tarde criar raízes na Colônia de Santa Bárbara, localizada próximo à cidade de Palmeira/PR. Segundo o autor, “estes são reconhecidamente os primeiros imigrantes ucranianos no Brasil” (BURKO, 1963, p. 48). Depois deles vieram outros tantos imigrantes ucranianos e trouxeram a sua cultura para o Brasil.

A segunda fase da imigração ucraniana para o Brasil ocorreu logo após a Primeira Guerra Mundial e teve como motivador o fator político. Segundo Ogliari (1999), nosso país passou a ser um dos lugares para o refúgio dos ucranianos. No Brasil, os novos imigrantes ucranianos se juntaram aos que aqui já haviam fixado residência. Vale dizer que, segundo a referida autora, os ucranianos que vieram para cá na segunda fase da imigração possuíam escolaridade maior do que aqueles que vieram na primeira fase. Os primeiros imigrantes ucranianos passavam por um processo de aculturação no Brasil e alguns elementos culturais ucranianos já vinham sendo deixados de lado. Com a chegada dos novos compatriotas houve uma espécie de *reavivamento* da cultura ucraniana nas comunidades. Os imigrantes da segunda fase se fixaram, principalmente, nas zonas urbanas, enquanto que os da primeira fase se fixaram nas áreas rurais do estado.

A terceira fase da imigração ucraniana para o Brasil ocorreu logo após a Segunda Grande Guerra. Muitos ucranianos que vieram para cá eram refugiados e estavam fora da Ucrânia por haverem sido retirados de lá pelos alemães e também porque quem administrava politicamente a Ucrânia era a União Soviética (OGLIARI, 1999, p. 67). Sobre isso, em

entrevista, Boruszenko (1998) relata à Ogliari (1999) que naquela época, isto é, após a Segunda Guerra Mundial,

todo mundo queria emigrar e entre os países que aceitavam imigrantes estava o Brasil. Mas o Brasil aceitava, nessa época ainda, somente agricultores. Então médicos, engenheiros, profissionais liberais, operários e outros, aqueles que eram candidatos à imigração para o Brasil, fizeram um curso rápido de técnicas agrícolas. Meu pai era engenheiro, como era um homem previdente matriculou-se nesse curso e também em um curso de português para estrangeiros e matriculou-me também nesse curso (BORUSZENKO, 1998 *apud* OGLIARI, 1999, p. 67).

Segundo a autora citada, o perfil dos imigrantes e as exigências em relação a eles eram das mais diversas possíveis. Motivo que fez com que também na região de Irati/PR houvesse imigrantes ucranianos com essas características, como as nossas considerações nos tópicos seguintes comprovam.

Grosso modo, discorremos, nesta parte, sobre a imigração ucraniana para o Brasil, falamos acerca de aspectos que motivaram a vinda dos ucranianos para o nosso país, as condições (sofrimentos) durante a viagem e a chegada ao Brasil, e, a seguir, apresentamos alguns aspectos relacionados à imigração ucraniana para o Paraná.

2.2 IMIGRAÇÃO UCRANIANA PARA O PARANÁ

Para iniciar esta parte, citamos Martins (1995, p. 143) quando diz que há no nosso estado “o espetáculo da diversidade, da complexidade”. Na mesma direção, Wachowicz (2001), assegura que “provavelmente o Paraná seja o maior *laboratório étnico* do Brasil” (WACHOWICZ, 2001, p. 157, grifos do autor). Frente a isso, cabe afirmar que a imigração europeia em nosso estado propiciou sobremaneira a referida diversidade.

O Paraná foi o estado brasileiro que mais recebeu imigrantes ucranianos. O clima paranaense foi um dos grandes motivadores para a imigração ucraniana e europeia de modo geral. Cerca de vinte mil ucranianos desembarcaram no Brasil no ano de 1895 e se fixaram nas redondezas de Curitiba. Nos anos seguintes, conforme Burko (1963), a maioria dos

camponeses ucranianos que para cá vieram foram encaminhados a Prudentópolis, Antonio Olinto, Ponta Grossa, Irati, União da Vitória, Dorizon e Marechal Mallet.⁹

No Segundo Planalto Paranaense, dividido em quatro zonas, a de Irati, a de Prudentópolis, a de União da Vitória e a de Cândido de Abreu, localizam-se a maior parte dos imigrantes de origem eslava que se dirigiram para o Brasil. Quando os imigrantes ucranianos chegaram aqui, na primeira fase da imigração, segundo Ogliari (1999, p. 76) “não só a região, como o próprio Estado e, inclusive, o Brasil não estavam em condições de receber uma população tão grande e de modo repentino”. Por não estarem preparados, não puderam auxiliar suficientemente os emigrantes que aqui chegaram. A mesma autora acena que

o resultado do despreparo, do desconhecimento e da falta de infra-estrutura elementar de ambas as partes, foram muita fome, desolação, epidemias (tifo, malária), reemigrações, vendas ou doações de filhos, bebedeiras, revoltas, e morte, de até 20 imigrantes ucranianos por dia (OGLIARI, 1999, p. 76).

A situação que os emigrantes encontraram no Paraná era semelhante à situação difícil em que o Brasil se encontrava. Nosso estado passava por um período de transições e crises. Sobre isso, Prado Júnior (1994) citado por Ogliari (1999, p. 69) aponta que os imigrantes ucranianos que vieram na primeira fase da imigração encontraram “uma série de crises, motivadas pelas transições por que o país passava: a transição da monocultura de exportação para a policultura de abastecimento; a transição do Império para a República e as efervescências políticas e sociais decorrentes dessa mudança” (PRADO JÚNIOR, 1994 *apud* OGLIARI, 1999, p. 69). Um dos principais motivos para a crise vivida no Paraná no final do século XIX, mencionado pelo autor, foi a Revolução Federalista. No início do século XX o Paraná sofre também por causa da Guerra do Contestado. Em decorrência da referida crise, os imigrantes ucranianos “ficaram largados, literalmente, à própria sorte” (OGLIARI, 1999, p. 70). De fato, o apoio aos imigrantes ucranianos foi bastante reduzido. Eles tiveram que buscar alternativas de sobrevivência num chão ainda não muito conhecido e em condições precárias.

⁹ Atualmente é o município de Mallet. Esse município foi essencialmente formado por imigrantes ucranianos e poloneses.

No quarto capítulo deste trabalho apresentamos alguns relatos de nossos informantes que confirmam isso que vimos dizendo. Não apresentamos uma discussão extensa sobre a imigração ucraniana para o Paraná porque entendemos que o foco de nosso estudo se direciona para a imigração ucraniana no município de Irati, mais precisamente para a comunidade de Itapará e que, obviamente, se refere à imigração ucraniana para o Paraná.

A seguir, tecemos considerações acerca da imigração ucraniana para o município de Irati.

2.3 IMIGRAÇÃO UCRANIANA PARA IRATI

Nesta parte, acreditamos ser necessário trazer à baila um pouco da história do município de Irati. Para tanto, nos apoiamos em Orreda (1999; 2007) e em Farah, Guil e Philippi (2008). O primeiro é o principal historiador e memorialista desse município e, os outros, elaboraram, recentemente, com brilhantismo uma obra em comemoração ao Centenário do município de Irati. Frente a isso, acreditamos ser fundamental citarmos os referidos trabalhos para que o nosso esteja satisfatoriamente amparado em relação à parte histórica do município. Desse modo, ancorados nos mencionados trabalhos, expomos que Irati, conhecido como *Terra dos Pinheirais*, *Pérola do Sul*, *Terra dos Governadores*, entre outros, está localizado na região Centro-Sul do Paraná e fica cento e cinquenta e cinco quilômetros distante de Curitiba, a capital do Estado. Sua altitude média é de oitocentos metros e possui um clima subtropical úmido. Irati faz divisa com os municípios de Imbituva, Prudentópolis, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul, Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro. Com vistas a ilustrar a localização geográfica de Irati, apresentamos o mapa do Paraná e em destaque o município de Irati.



Imagem 2. Mapa do Paraná com destaque para o município de Irati¹⁰.

No que concerne à parte histórica do nome do município, é válido expor que *Iraty*, antes com “y” e depois com “i”, após a reforma ortográfica realizada no primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, na década de 1930, etimologicamente significa *ira* = mel, *ty* = rio, logo, rio de mel, em idioma indígena. A referência feita ao seu nome ocorreu em virtude de um rio que corta a cidade, hoje conhecido, como Rio das Antas. Além disso, *Irati* faz referência à abelha nativa *Iratim* ou *Iraxim*. Farah, Guil e Philippi (2008, p. 10) apresentam também a genealogia do município de Irati da seguinte forma:

Irati originou-se em 02 de abril de 1907 de Imbituva, que se emancipou em 26 de março de 1871 de Ponta Grossa, que se desmembrou em 7 de abril de 1855 de Castro, que em 24 de setembro de 1788 se originou de Curitiba, que em 29 de março de 1693 se emancipou de Paranaguá, que foi criado por Carta Régia em 29 de julho de 1648 (FARAH, GUIL & PHILIPPI, 2008, p. 10).

Antes de ser chamado de *Irati*, o município era conhecido como *Covalzinho*, nome dado em decorrência de um quintal cheio de pés de couve de propriedade de Manuel Mendes e que ficava à margem do caminho pelo qual passavam os tropeiros. Após três anos sendo distrito de Imbituva, finalmente em 1907, é emancipado politicamente, por meio da lei estadual n° 716, o município de Irati (FARAH, GUIL & PHILIPPI, 2008).

¹⁰ Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parana_Municip_Irati.svg>. Acesso em 20 jul. 2009.

No que se refere à diversidade linguística, étnica e cultural do município, Farah, Guil e Philippi (2008, p. 14-15) apontam que “a população de Irati é formada por descendentes de indígenas, portugueses e espanhóis, além de poloneses, árabes, italianos, alemães e ucranianos. Também há uma pequena porcentagem de russos, africanos, austríacos, letônios e japoneses”. Convém acrescentar nesse rol os imigrantes holandeses, que também compõem a referida diversidade linguística, étnica e cultural iratiense. Tomamos como objeto de análise neste estudo, uma parte dessa diversidade presente em Irati. Trata-se, pois, da etnia ucraniana. Segundo os referidos autores, “os primeiros imigrantes ucranianos chegaram a Irati em 1908, estabeleceram-se na comunidade de Itapará” (FARAH, GUIL & PHILIPPI, 2008, p. 32). Conforme relatos dos moradores de Itapará, os primeiros ucranianos que chegaram a Itapará, cerca de trezentas famílias, haviam passado um período de aproximadamente três meses em Prudentópolis.

Com relação à língua e à cultura ucranianas, em Irati há um grupo folclórico chamado *Ivan Kupalo*. Esse grupo conta atualmente com cerca de sessenta componentes divididos em três categorias (infantil, juvenil e adulto). Tal grupo está diretamente vinculado à Igreja Imaculado Coração de Maria, do rito ucraniano católico. O objetivo é manter as tradições culturais ucranianas, tais como a dança, a música, a culinária, a língua, entre outras, tendo participado de apresentações no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

O grupo foi fundado em 1976 por iniciativa de Jaroslau Scrobot, que, a princípio, batizou-o como *Grupo Folclórico Ucraniano de Irati*, porém, mais tarde foi rebatizado com o nome de *Ivan Kupalo*. Este nome significa um personagem eslavo da Ucrânia pagã, onde representava os fenômenos da natureza, como a chuva, o vento, trovões, ou raios. Os jovens costumavam fazer grandes festas em oferenda a *Ivan Kupalo* buscando realizações amorosas, para que isto se efetivasse era necessário saltar por cima da fogueira. Já as meninas deveriam oferecer velas às ninfas protetoras dos lagos, pois acreditavam estar diretamente ligados a

Ivan Kupalo, e também, deveriam pendurar seus *vinothok* (coroa de flores que simboliza a feminilidade) nos galhos das árvores, pois assim seus futuros amores iriam escolhê-las sob o consentimento de *Ivan Kupalo*. Com o advento do cristianismo, este personagem foi associado a São João Batista. Essas informações citadas acima foram obtidas junto ao atual coreógrafo e dançarino do grupo *Ivan Kupalo*. Apresentamos, a seguir, uma imagem de uma das apresentações do referido grupo folclórico.



Imagem 3. Grupo folclórico ucraniano *Ivan Kupalo*. Fonte: Lucas Ruteski – coreógrafo e dançarino do grupo.

Observamos na imagem anterior a decoração do ambiente com os temas e as cores da Ucrânia. A indumentária também é característica da cultura ucraniana. Além disso, percebemos a sintonia de movimentos dos componentes do grupo nessa apresentação. Sobre a diversidade cultural paranaense e regional e a imigração ucraniana para essa região, poderíamos mencionar outros tantos fatos, contudo, entendemos que o local específico de levantamento dos dados de nossa pesquisa é a comunidade rural de Itapará. Em vista disso, abordamos com mais especificidade os temas relacionados à imigração ucraniana e a diversidade linguística, étnica e cultural enfocando nessa comunidade.

2.3.1 A comunidade de Itapará

A comunidade rural de Itapará, que em tupi-guarani significa *pedra colorida*, está localizada na região Oeste de Irati, distante cinquenta quilmetros do centro da cidade. Itapará, como mencionado na parte introdutória deste trabalho, é um dos três distritos de Irati, os outros são Guamirim e Gonçalves Júnior e conta, atualmente, com aproximadamente cento e cinquenta famílias, conforme relato do Padre Aroldo (um dos informantes de nosso trabalho), a maioria de ascendência ucraniana. Sobre isso, Gluchowski (1924) citado por Farah, Guil e Philippi (2008, p. 39) acena que “Itapará foi colonizado por imigrantes eslavos, encaminhados através de Prudentópolis a partir de 1908, ‘com três quartos de ucranianos’”. Chamamos a atenção, aqui, para a localização de Itapará no município de Irati e, para isso, ilustramos com a exposição de um mapa de Irati e região.

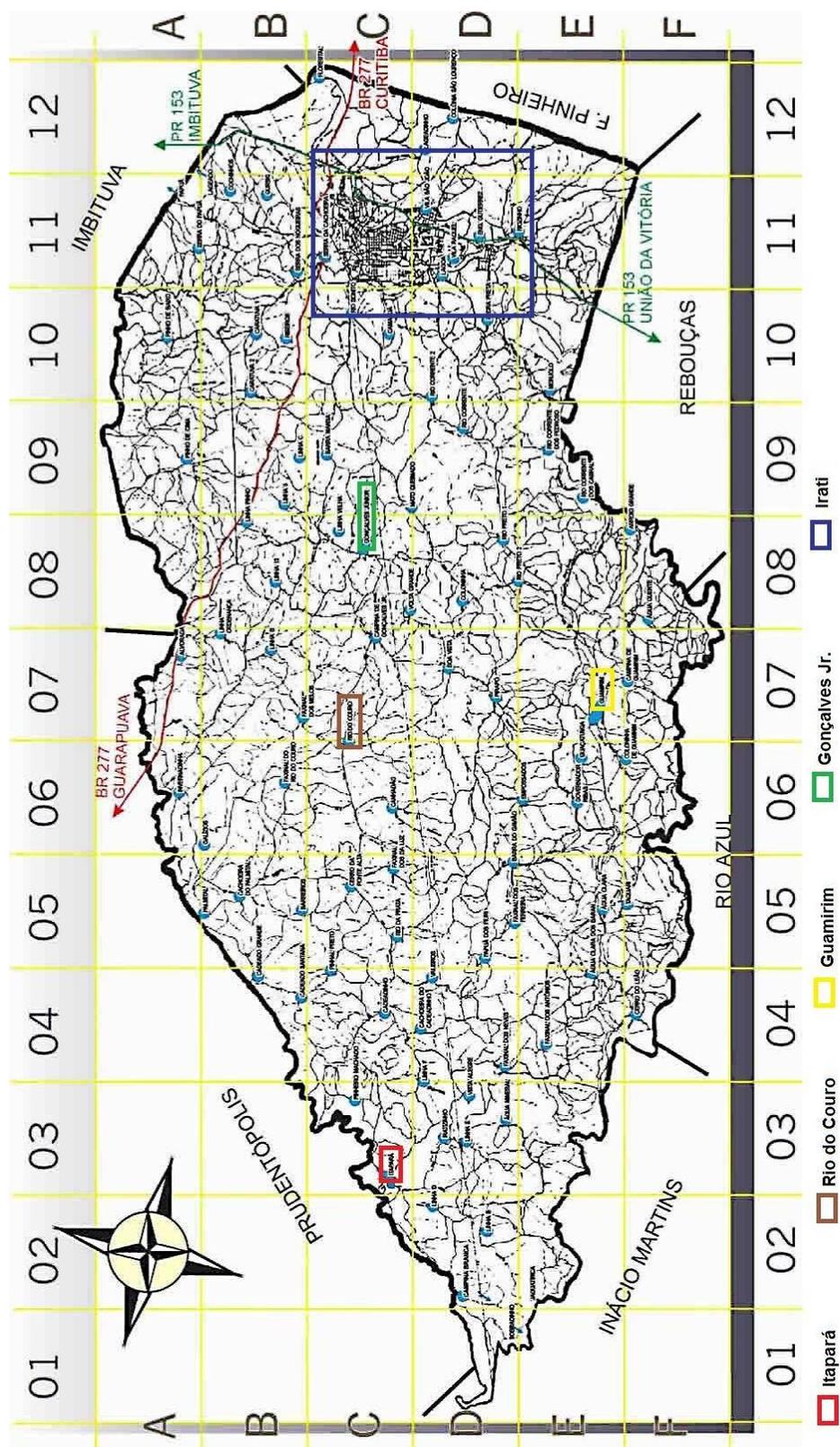


Imagem 4. Mapa de Irati e região (destaques e legenda feitos pelo autor)¹¹.

¹¹ Disponível em: <<http://www.irati.pr.gov.br/imagens/mapagrande.jpg>>. Acesso em 20 jul. 2009.

Para se chegar a essa comunidade, tomando como saída a cidade de Irati, há uma estrada geral que passa por várias comunidades rurais, entre elas o distrito de Gonçalves Júnior (em destaque no mapa), que fica a quinze quilômetros do centro da cidade, comunidade centenária colonizada por ucranianos, poloneses, holandeses e alemães. Essa mesma estrada geral passa pela comunidade de Rio do Couro (em destaque no mapa), que fica a vinte e cinco quilômetros do centro da cidade de Irati e foi colonizada quase que em sua totalidade por imigrantes italianos (AGGIO, 2005). Ainda sobre a composição das comunidades próximas a Itapará, vale expor que o distrito de Guamirim (em destaque no mapa) foi colonizado basicamente por imigrantes italianos. Retomamos, na parte em que tratamos das análises e discussões dos dados, a diversidade linguística, étnica e cultural presente nas comunidades iratienses.

A comunidade de Itapará é uma comunidade centenária, haja vista que sua colonização teve início, aproximadamente, em 1908, conforme menciona Orreda (1999), época em que ainda não existia a estrada que ligava a referida comunidade à cidade de Irati. Em razão disso, os contatos comerciais se davam, à época, conforme Orreda (1999), com a cidade de Prudentópolis, município cujo acesso era menos dificultoso. Podemos perceber na imagem 4 (Mapa de Irati e região) que a comunidade de Itapará (em destaque no mapa) faz divisa com o município de Prudentópolis. O tempo médio que se demora para ir do centro da cidade de Irati ou da cidade de Prudentópolis a Itapará é de uma hora e meia. É válido mencionar que, segundo relatos dos próprios moradores de Itapará, ainda hoje, muitos deles costumam manter suas relações comerciais no município de Prudentópolis por encontrarem lá o maior número de imigrantes e descendentes ucranianos e muitos deles ainda usam a língua ucraniana para realizarem os negócios.

O centro do distrito de Itapará é uma área de faxinal. Chama-se sistema de faxinal a certo modo de utilização das terras em comum existente na região Sul do Brasil para a criação

de animais e que se tem classificado como manifestação cultural pertencente à categoria dos povos tradicionais. Os estudiosos do assunto apontam que o *sistema faxinal* constitui-se como acontecimento singular por causa de sua forma organizacional. Chang (1985) lembra que os faxinais distinguem-se dos outros sistemas pelo uso coletivo da terra para a criação de animais. O caráter coletivo se expressa na forma de criadouro comum.

Percebe-se que os imigrantes eslavos, contrariando a tendência geral dos outros imigrantes europeus vindos para a região Sul do Brasil, tenham adotado tal sistema. Imigrantes vindos da Europa, neste período, adotaram o sistema de lotes individuais. Segundo Gregory (2002, p. 25), no sul do Brasil, a colonização europeia significa o estabelecimento de europeus, principalmente colonos que em pequenos lotes de terras cultivaram e exploraram, normalmente, sem o auxílio de máquinas agrícolas. Em vista disso, a colonização foi a instalação dos imigrantes em pequenas propriedades rurais de tipo europeu em terras brasileiras, a instalação da pequena propriedade de terras sob o domínio do latifúndio em áreas autorizadas para tal finalidade.

O modelo geral adotado pelas empresas de colonização e por funcionários públicos empenhados nos negócios de colonização foi, conforme Gregory (2002), o das pequenas propriedades rurais exploradas, individualmente, pelos imigrantes e seus familiares. Boa parte dos eslavos assentados na região dos pinhais, no entanto, adotou um sistema de aproveitamento coletivo da terra. É o caso de Itapará, em que os imigrantes receberam lotes individuais e optaram por outro sistema, que vigora, ainda, por cerca de um século.

A principal fonte de renda dos moradores de Itapará, cerca de cento e cinquenta famílias, está baseada na agricultura, principalmente no cultivo do fumo. Isso porque a cultura do fumo não exige quantidades extensas de terras, e, como o relevo da comunidade é acentuado, a solução é dedicar-se a essa cultura. Cabe mencionar que no município de Irati, assim como nos outros municípios da região predominam a pequena propriedade rural.

A comunidade de Itapará e conhecida, também, pelas inúmeras cachoeiras. São muitos os turistas que visitam a região para conhecer a *terra de ucranianos* e ter contato com a natureza. O acesso  difıcil, porém, a beleza do lugar compensa qualquer sofrimento para chegar até lá. Ilustramos, a seguir, isso que dissemos com uma imagem de uma das cachoeiras de Itapará.



Imagem 5. Uma das cachoeiras de Itapar¹².

Em Itapará está localizada a Escola Rural Municipal de Itapará (121 alunos de primeira  quarta série) e a Escola Estadual São Miguel (101 alunos de quinta  oitava série). A primeira escola foi construída em 1937, quando o ensino era ofertado somente de primeira  quarta série. Hoje as duas escolas ocupam o mesmo prédio. Atualmente, são não é ofertado Ensino Médio aos alunos na escola local. Os alunos que frequentam a escola são da comunidade de Itapará e também de comunidades vizinhas. A diretora da escola municipal citou algumas comunidades que são atendidas pela escola local. Segundo ela, as comunidades são: “gua Mineral [...], Linha E, Linha D, Campina Branca, Linha B, Pinheiro Machado,

¹² Disponível em: <<http://www.hojecentrosul.com.br/hoje/especial/itapar-beleza-um-caminho-dif-cil>>. Acesso em 20 ago. 2009.

Cachoeira, Faxinal dos Neves, Faxinal dos Antônios, seriam essas localidades que os alunos vêm pra cá. Eles, maioria vem com o transporte escolar” (Carolina – 55 anos). Compete-nos ratificar, logo no primeiro relato de nossos informantes, que usamos pseudônimos para (não) identificar os sujeitos da pesquisa. Devemos dizer que todas essas comunidades mencionadas pela informante Carolina, são comunidades marcadas pelo fenômeno da imigração, sobretudo da imigração ucraniana.

Ilustramos o nosso trabalho apresentando duas imagens da escola localizada na comunidade de Itapará. A primeira é uma imagem da escola na década de 1960 e a segunda é uma imagem atual da escola.



Imagem 6. Inauguração da Escola São Miguel de Itapará, em 1960. Fonte: Irati: revista do centenário.



Imagem 7. Escola da comunidade de Itapará, em 2009. Fonte: Acervo do Autor.

Em Itapará há duas igrejas católicas, uma do rito romano e outra do rito ucraniano. Nosso trabalho faz referência aos aspectos religiosos relacionados  igreja do rito ucraniano. Apresentamos imagens da igreja ucraniana localizada na comunidade de Itapará, nas quais se podem ver claramente aspectos religiosos e arquitetnicos característicos desse rito.



Imagem 8. Igreja ucraniana de Itapará, em 1936 e em 2009. Fontes: Irati: revista do centenário e acervo do autor, respectivamente.

A organização das primeiras famílias de imigrantes ucranianos em Itapará se deu, inicialmente, da seguinte forma: eram trezentas famílias e a cada uma coube um lote urbano e um lote rural. Sobre isso, apresentamos o relato de um de nossos informantes. Trata-se do relato de Sebastião. Segundo ele,

[...] aqui era cada um que queria era lote urbano e lote rural, os lote rural era tudo de oito a déz arqueire e esses urbanos aqui é trinta metro de largura, sessenta de comprido, eu aqui tenho cercado dois lote, [...] aqui é quadro urbano, aqui era pra ser cidade, Itapará. Essa rua Doutor Melo, essa de cima Engenheiro Franco (Sebastião – 81 anos).

Notamos que o informante Sebastião relata de maneira a valorizar a comunidade de Itapará quando diz que ali era para ser uma cidade. Pareceu-nos que a ele fazia bem falar da comunidade e que possuía *dois* lotes urbanos. Na época da distribuição dos lotes cabia a cada família apenas um lote urbano e um lote rural.

São estes os dados que consideramos importantes sobre a história da imigração ucraniana para o Brasil, o Paraná, a região de Irati e, especificamente, a comunidade de Itapará. Os aspectos sócio-históricos são necessários para a melhor compreensão das relações históricas e sociais, entre as quais a língua e cultura estão em primeiro lugar e que são objeto do nosso estudo. Voltamos a fazer menção a esses aspectos referentes à imigração ucraniana e os fatores linguísticos e culturais no quarto capítulo deste trabalho, quando da ocasião das análises dos relatos dos informantes.

CAPÍTULO III

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, enfocamos, de modo especial, os aspectos teóricos que fundamentam este estudo. Fazemos, na primeira parte, uma explanação breve sobre o surgimento da sociolinguística e alguns apontamentos para essa área de estudo. Na segunda parte apresentamos uma reflexão sobre aspectos relacionados ao bilinguismo. Na terceira parte, a reflexão que nos propomos é sobre aspectos relacionados à identidade e preconceito linguístico. Isso dará suporte às discussões feitas sobre as atitudes dos falantes em relação às línguas portuguesa e ucraniana. Na quarta parte discorreremos sobre políticas linguísticas e sua importância para os estudos relacionados à sociolinguística.

Estes suportes teóricos estão presentes constantemente na análise dos dados empíricos que levantamos e nas conclusões sobre os temas enfocados.

3.1 APORTES SOCIOLINGÜÍSTICOS

Nossa pretensão, nesta parte, é de (re)discutir os apontamentos teóricos dos estudos sociolinguísticos. Sabemos que essa tarefa é árdua, por vários motivos, entre eles, por se tratar de uma área na qual já foram feitos diversos trabalhos, alguns, diga-se de passagem, com muito cuidado e sapiência, também, pela diversidade de textos teóricos que servem de apoio para nosso estudo e que, seguramente, deixamos alguns importantes sem dar a devida atenção. Além disso, por se tratar de um campo de estudo que merece ser olhado com muita atenção, uma vez que falar da relação língua/linguagem e sociedade é sempre *perigoso*, haja vista que o foco de estudo é direcionado, entre outros, para o homem, a língua, a cultura, a identidade, o contexto.

Expomos, inicialmente, um pouco da história dos estudos sociolinguísticos, que iniciaram nos anos sessenta, mais precisamente em 1964, ano que marca o início da

sociolinguística, cujo representante mais importante é o americano William Labov. Naquele ano foi organizado um evento na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, Estados Unidos, sob responsabilidade do também americano William Bright. Além da organização do evento, intitulado “*Sociolinguistics*”, Bright ficou responsável também pela organização e publicação das atas e dos trabalhos apresentados na ocasião (CALVET, 2002).

Compete-nos fazer alusão, ademais, a Ramírez (1996, p. 41) quando discorre sobre o termo *sociolinguística* e sobre o objeto de estudo dessa área. Segundo ele,

o termo sociolinguística apareceu por primeira vez no título de um trabalho de Currie. A sociolinguística se dedica a estudar sistemas linguísticos em seu contexto social. Esta orientação tem diferentes enfoques: 1) as relações entre língua e sociedade, 2) os usos da língua na sociedade, 3) a língua nos contextos socioculturais e 4) a língua e as redes sociais (RAMÍREZ, 1996, p. 41).

Os enfoques mencionados anteriormente se referem à relação língua e sociedade. Nosso estudo percorre o caminho da discussão sobre uma comunidade composta por descendentes de imigrantes ucranianos e o uso da língua materna vernácula étnica e a língua oficial do Brasil: a portuguesa. Trata-se, então, de um estudo com vistas a discutir questões sociolinguísticas. O estudo sobre as redes sociais também faz parte de nosso trabalho. Sobre isso, Bortoni-Ricardo (2005) faz referência às redes densas e às redes frouxas. A autora acena que as primeiras (as densas) se referem a um número restrito de possibilidade de comunicação, com poucos interlocutores e, as segundas (as frouxas) dizem respeito a um número amplo de possibilidades de comunicação, com vários interlocutores.

Conforme mencionamos anteriormente, William Labov é o representante principal dos estudos na área da sociolinguística. Dificilmente algum trabalho nessa área é elaborado sem que seus textos sejam citados. Entre outros argumentos, a importância de Labov se percebe em virtude de ele ter sido o primeiro a discutir com mais objetividade a relação entre língua e sociedade e por estudar os fatos linguísticos baseados em usos *reais* da língua. Outro motivo da importância de Labov para os estudos sociolinguísticos se apresenta por ter sido ele a falar

que as línguas variam (sociolinguística variacionista) por motivos extralinguísticos, entre eles, a faixa etária, o gênero/sexo, o grau de instrução, rural ou urbano (LABOV, 1983).

Vale mencionar que o campo de estudo da sociolinguística dialoga de forma interdisciplinar com outras áreas das ciências, como a Linguística Aplicada, a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia, a Psicologia, a Dialetoлогия, a Geolinguística, entre outras. Ainda, sobre o campo de estudo da sociolinguística, Alkmin (2003, p. 31) aponta para a sociolinguística dizendo que ela é “o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso”. A esse respeito, Damke (1992) e Calvet (2002, p. 12) afirmam que o termo *sociolinguística* é redundante, uma vez que, se a concepção de língua for a de que ela é parte integrante do homem, logo não haveria a necessidade de fazer referência à parte social da língua.

Ainda no que diz respeito à caracterização do campo de estudo da sociolinguística, é válido expor que, conforme Ramírez (1996, p. 41), os estudos da sociolinguística

abarcam diversos temas como os dialetos sociais, as atitudes linguísticas, o bilinguismo, as línguas em contato, o conflito linguístico, a variação e a mudança linguística, a competência sociolinguística e a análise do discurso em situações interativas (RAMÍREZ, 1996, p. 41).

Nosso estudo versa sobre duas línguas em contato, a portuguesa e a ucraniana e, sobre as atitudes dos falantes em relação ao uso e conservação dessas línguas. Além disso, nesse contexto, é sensato discutir o bilinguismo e as políticas com vistas à preservação da língua minoritária, no caso, a ucraniana. É válido mencionar que algumas comunidades vizinhas a Itapará, como por exemplo, Rio do Couro e Guamirim, foram colonizadas por imigrantes italianos e, por isso, a língua italiana também é uma língua que manteve/mantém contato com o ucraniano e o português na região.

Devemos lembrar que pela diversidade cultural, linguística e étnica, o Brasil se apresenta como um cenário favorecido para os mais diversos tipos de investigação na área da sociolinguística. Nesse contexto, são vários os estudos já realizados aqui e que resultaram em

diversas teses de doutoramento e dissertações de mestrado, assim como trabalhos monográficos, entre outros. Além dos já existentes, entendemos que muitos outros ainda serão realizados, justamente pelo cenário encontrado aqui, cuja diversidade estimula pesquisadores a esclarecer (ou não) seus questionamentos, a solucionar (ou não) suas dúvidas e a fazer sistematizações e descrições.

No caso do cenário linguístico e cultural adotado para a realização de nosso estudo, trata-se de uma região paranaense marcada sobremaneira pelo fenômeno da imigração e onde se encontra uma diversidade considerável de etnias. Para reforçar esse aspecto da diversidade cultural causada pelo fenômeno da imigração (e também da migração no mesmo país) citamos aquilo que Mello (1999, p. 34) anuncia. Segundo ela,

o movimento migratório das pessoas é uma das principais causas para que ocorram situações de bi- ou multilinguismo. A história nos fornece inúmeros exemplos de pessoas ou grupos de pessoas que deixaram sua pátria em busca de novas terras, à procura de riquezas, trabalho, comida, religião, novas perspectivas de vida etc (MELLO, 1999, p. 34).

De fato, o fenômeno da imigração causou no contexto paranaense e, principalmente, na região Centro-Sul do estado, situações de contatos linguísticos. No município de Irati isso não foi diferente. Conviveram e convivem imigrantes europeus e seus descendentes em comunidades vizinhas. Esse convívio entre pessoas e culturas diferentes causa um processo de aculturação, defendido por Schumann (1978). Sobre isso, Griffin (2005, p. 38) baseado na teoria da aculturação de Schumann (1978), argumenta que “para poder aprender uma segunda língua é imprescindível assimilar valores e comportamentos culturais da comunidade que utiliza esta língua” (GRIFFIN, 2005, p. 38). Entendemos que isso vale para outros elementos culturais, não só para a língua. No que tange ao bilinguismo, independente das conceituações que a esse termo sejam feitas, é válido mencionar que ele se apresenta de forma significativa nas comunidades, principalmente rurais do município de Irati. A seguir, na segunda parte deste capítulo, lançamos alguns olhares sobre essa temática.

3.2 QUESTÕES DE BILINGUISMO

Alertamos, inicialmente, que nosso intuito, nesta parte, não é definir o que é bilinguismo e nem fazer grandes afirmações acerca dessa temática. Nosso objetivo, então, é discutir alguns aportes que versam sobre o bilinguismo e línguas em contato por acreditar que eles podem ser úteis para fundamentar nosso estudo e, por consequência, nos ajudar nas análises dos dados. Quando nos referimos, anteriormente, à diversidade linguística, cultural e étnica no Brasil, abordamos de maneira geral o tema, porém, entendemos que se faz necessário falar do bilinguismo com mais objetividade. Para tanto, nos apoiamos em Mello (2001) para dizer que não são poucos os contatos linguísticos no Brasil, embora haja, por parte de leigos e até mesmo de educadores, uma visão de que o nosso país é monolíngue. Ora, em meio a tanta diversidade de culturas e de línguas, como pode o nosso país ser monolíngue?

Vale dizer que não temos a pretensão de trabalhar com índices e medidas de bilinguismo, mencionado e definido por Heye (2003) como *bilingualidade*, e, além disso, não é nosso objetivo discutir níveis de competência comunicativa (HYMES, 1979). Isso se deve porque entendemos que é difícil analisar os usos linguísticos dos falantes de determinada comunidade e classificar esses falantes como competentes ou não em duas ou mais línguas. Em vista disso, e para embasar nossa discussão, nos apoiamos em Griffin (2005, p. 28) quando afirma que “o bilingue ‘perfeito’, uma pessoa que domine exatamente ao mesmo nível dois idiomas, é um fenômeno muito raro, para não dizer inexistente”. Trata-se, pois, nessa definição, de um bilingue individual idealizado, ou seja, não há, nessa perspectiva, alguém que consiga ter o mesmo desempenho¹³ em línguas diferentes. Na mesma linha de raciocínio, Mello (1999, p. 30) diz que “o conceito de bilinguismo é complexo e difícil de ser definido, uma vez que são várias as abordagens e os critérios usados para caracterizar uma situação de bilinguismo”. A referida autora argumenta, ainda, que “o termo bilinguismo é amplo e não se

¹³ Não é nossa meta discutir o binômio competência-desempenho, proposto por Chomsky quando tratou da Competência Linguística.

aplica necessariamente às situações em que apenas duas línguas estão envolvidas, mas é também usado para abraçar casos de multi- ou plurilinguismo” (MELLO, 1999, p. 59). A reflexão que a autora faz gira em torno da dificuldade de se definir o falante bilingue e em que proporções e medidas ele pode ser bi ou plurilíngue.

Para sustentar o que vimos dizendo sobre a dificuldade de lidar com conceitos e *graus* de bilinguismo, citamos Borstel (1999) por entendermos que ela discorre/questiona com bastante clareza sobre a temática em questão.

a) Até que ponto o falante é bilíngue e qual é o seu domínio sobre cada uma das línguas usadas? b) Em que situações os falantes usam as duas línguas e, em que situações usam uma língua e em que situações usam a outra? c) Até que ponto os falantes trocam as duas línguas e sob quais condições passam de uma para outra? d) Até que ponto o falante emprega as duas línguas separadamente? e) Qual é o momento que se faz a fusão das línguas num único sistema? f) Quais os fenômenos de interferência manifestados pelo uso alternado das duas línguas? g) Como o uso de uma língua influencia o uso da outra? (BORSTEL, 1999, p. 08).

Embora o estudo do bilinguismo gere controvérsias quanto às terminologias, conceitos e definições, é necessário que ele faça parte das discussões acadêmicas. Sobre isso, Heye e Vandresen (2006, p. 393) afirmam que “a relevância do bilinguismo é sugerida pela vasta literatura e pela falta de consenso nas tentativas de conceituação e classificação”. De fato, não são poucos os estudos que tomam a temática do bilinguismo como ponto central em seus trabalhos. Não é esse o nosso foco principal neste estudo.

Sobre essa temática, Mackey (1968 *apud* Borstel, 1992, p. 09) argumenta que o bilinguismo é compreendido como uma “característica individual que pode ocorrer em graus variáveis, desde uma competência mínima até o domínio completo de mais de uma língua”. (MACKEY, 1968 *apud* BORSTEL, 1992, p. 09). Nesse caso, o desempenho do falante pode ser (para não dizer que é) variável e que são diversos os fatores que implicam essa variabilidade. O domínio das habilidades linguísticas não precisa, necessariamente, ser igual, haja vista que o falante varia seus níveis de atuação em línguas diferentes.

Com relação ao bilinguismo, Heye (2003) diz que é necessário relativizar o fenômeno *bilinguismo*, isto é, devemos levar em conta o contexto onde se desenvolve o bilinguismo, haja vista que contextos diferentes nos quais os falantes estão situados sugerem domínio de duas línguas de forma diferenciada, conforme mencionamos anteriormente, são os *estágios* de bilinguismo. Segundo o autor, “a condição de bilíngue se modifica na trajetória de vida dos indivíduos e assume diferentes contornos em relação ao domínio e à variação de uso de ambas as línguas” (HEYE, 2003, p. 232). Essa afirmação do autor é válida para o contexto de pesquisa para o qual este estudo lança seu olhar. Embora não tenhamos analisado o bilinguismo, propriamente dito, percebemos nos relatos dos informantes que ele atua em vários níveis e em diferentes contextos. A língua a ser usada depende, além de outros fatores, também, do tópico e do interlocutor. Essa discussão ganha corpo no quarto capítulo deste trabalho.

Sobre o tópico *bilinguismo*, obviamente, poderiam ser feitas abordagens mais amplas e aprofundadas, como, no entanto, ratificamos que não é este um dos focos principais da nossa pesquisa, consideramos esta abordagem suficiente para o embasamento deste estudo.

3.3 IDENTIDADE, PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ATITUDES LINGUÍSTICAS

Entendemos que é relevante trazer para a nossa discussão os estudos que versam sobre identidades¹⁴, e para tanto, ancoramo-nos, entre outros, em Hall (2007). Esse autor concebe que “as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; [...] as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (HALL, 2007, p. 108). Com base nas palavras do autor, dizemos que não se pode falar em identidade única e estática, mas sim, de identidades.

¹⁴ Usamos o termo no plural por entendermos, baseados em Hall (2003), que os sujeitos “pós-modernos” assumem mais que uma identidade.

Aguilera (2008, p. 106), apoiada em Moreno Fernández (1998) define *identidade* da seguinte forma:

A identidade pode ser definida sob duas formas: (i) objetiva, ou seja, caracterizando-a pelas instituições (educacionais, artísticas, políticas, culturais, sociais, religiosas) que a compõem e pelas pautas culturais (usos, costumes, tradições) que lhe dão personalidade; ou (ii) subjetiva, antepondo o sentimento de comunidade partilhado por todos os seus membros e a ideia de diferenciação com respeito aos demais (Moreno Fernández: 1998, p. 180). Na maioria das vezes, ao caracterizar um grupo ao qual não pertence, a tendência é o usuário fazê-lo de forma subjetiva, procurando preservar o sentimento de comunidade partilhado e classificando o outro como diferente (AGUILERA, 2008, p. 106).

Nessa perspectiva, vale mencionar que partimos de uma concepção, cuja base se vincula ao entendimento de que a língua, a cultura, a identidade e as atitudes linguísticas passam constantemente por um processo de mudança. Portanto, nestes termos, nada é estático, tudo evolui¹⁵. Damke (1998, p. 19) expõe que “quando falamos em identidade, bem como em língua/linguagem, estamos nos referindo a algo que é dual, ou seja, a língua é ser individual, mas ao mesmo tempo ser também coletivo”. Segundo o autor,

não se pode falar em língua, variação linguística, sem que esteja ligada à identidade do próprio falante. Por outro lado, também não é possível falar em construção do sujeito ou da identidade do indivíduo, sem se falar também da identidade étnica, do aspecto cultural, e portanto também, da própria identidade linguística (DAMKE, 1998, p. 19).

Com base nas palavras do autor, dizemos que, se a identidade e os falantes estão em constante transformação, isso depende sobremaneira do contexto em que os falantes estão inseridos e também das oportunidades que a eles são dadas para se transformarem. Aquilo que cerca o falante assume papel relevante para a (re)construção de sua identidade. Além disso, em se tratando especificamente de identidade linguística e principalmente vinculadas a línguas étnicas, não podemos dizer que essas identidades não façam parte do próprio falante. Elas são partes integrantes dele. A verificação disso é possível por meio das análises das

¹⁵ Entendemos que *tudo evolui* no sentido de não permanecer estático e não no sentido de evolução para melhor, ou seja, não queremos dizer que a língua, a cultura e identidade do passado eram piores que as do presente e que estas serão piores que as do futuro.

atitudes dos falantes em relação à sua descendência e, por conseguinte, de sua língua e cultura.

Quando falamos em identidade, falamos também em cultura. Sobre a cultura, Ferreira (2000, p. 118) diz que “cultura é muito mais amplo do que somente ver a cultura do ponto de vista do mundo letrado, pois vejo a cultura que vai além, ou seja, todo comportamento e forma de viver de um povo, independentemente de sua classe social e sua condição financeira” (FERREIRA, 2000, p. 118). De fato, sob o guarda-chuva da cultura se abriga uma diversidade de identidades e atitudes linguísticas, de saberes e rituais, entre outros. Com relação a isso, Jacumasso (2009, p. 11) afirma que os elementos culturais são “as músicas, os costumes, as histórias, a arquitetura, os causos, as comidas, as danças, o folclore, a literatura, o teatro, a língua, as crenças y *un montón de cosas más*” (JACUMASSO, 2009, p. 11), ou seja, pelas palavras do autor, aquilo que está na e no entorno de uma sociedade.

Cabe mencionar que nos últimos tempos vários estudiosos se preocuparam em discutir questões relacionadas a identidades, entre eles Damke (1992), Moita Lopes (2002; 2003), Butzge (2006), Hall (2007), Silva (2007), Woodward (2007). Desse modo, nos apoiamos nesses estudos para fundamentar a nossa pesquisa. Expomos, inicialmente, alguns conceitos que consideramos úteis para nossa temática. Para Woodward (2007, p. 09) “a identidade é, assim, marcada pela diferença [...] a diferença é sustentada pela exclusão”. Nesse sentido, não se pode falar em identidade sem falar em diferença. E a diferença pode gerar exclusão. Com base nessas afirmações, nos propomos, nesta parte, discutir, também, o preconceito linguístico, e, para isso, nos apoiamos em Mello (1999), Bagno (2001), Oliveira (2003), entre outros. Fazemos isso porque entendemos há uma relação estreita entre identidade, preconceito e atitudes linguísticas.

Para Moita Lopes (2002, p. 34) “a construção da identidade é vista como estando sempre em processo, pois é dependente da realização discursiva em circunstâncias

particulares”. Na mesma linha de raciocínio, o autor aponta que “as identidades estão sujeitas a mudanças, isto é, podem ser reposicionadas” (MOITA LOPES, 2002, p. 37). De fato, não podemos conceber que as identidades são/estão estáticas. As pessoas mudam com o passar do tempo e as identidades também. É um processo de reconstrução constante.

Frente a isso, é válido citar Damke (1998), para dizer que a identidade é em parte herdada e em parte adquirida por meio das relações sociais, ou seja, uma parte do que somos devemos ao nosso berço e a outra parte construímos e modificamos diariamente em tudo aquilo que fazemos e acreditamos. Segundo ele,

assim como a própria língua/linguagem, em parte [...] é trazida do próprio berço e em parte ela vai se formando ao longo da vida, de acordo com a realidade da vivência do indivíduo. A construção da identidade, pois, é resultado de fatores individuais, mas também depende de fatores coletivos, sociais (DAMKE, 1998, p. 22).

Ademais, no que concerne às questões de identidade, nos compete mencionar que, segundo Woodward (2007, p. 15) “os movimentos étnicos ou religiosos ou nacionalistas frequentemente reivindicam uma cultura ou uma história comum como o fundamento de sua identidade”. Nesse sentido, nos cabe dizer que o grupo étnico foco de nosso estudo, amiúde busca o fortalecimento da identidade em relação à cultura ucraniana. Além disso, é válido assinalar que essa busca pela identidade, conforme Woodward (2007, p. 14) “está vinculada *também* a condições *sociais* e *materiais*. Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isto terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais” (WOODWARD, 2007, p. 14, grifos da autora). Convém ratificar a relação que existe entre identidade, preconceito e atitudes linguísticas.

A respeito do preconceito linguístico, mencionado anteriormente, Bagno (2001) retoma alguns pontos discutidos por Labov e explora essa temática afirmando que não existe o *certo* e o *errado* no que tange à fala das pessoas. Esse autor menciona, com base na sociolinguística, a quebra de mitos, como, por exemplo, de que em determinado lugar do Brasil se fala *melhor*, que em nosso país há uma unidade linguística, que língua e fala são

iguais e que saber *bem* a língua é o caminho para a ascensão social, entre outros. Ainda, a respeito do preconceito linguístico, Oliveira (2003, p. 11) aponta que “certos grupos de intelectuais – gramáticos, acadêmicos – desenvolveram uma maquinaria de conceitos para manter essa discriminação, a começar pelo conceito de *erro*, esgrimido para cercear a amplas camadas da população *lusófona* do país o direito à fala” (OLIVEIRA, 2003, p. 11, grifos do autor).

Entendemos que fazer menção ao preconceito linguístico é relevante para o nosso trabalho porque no Brasil ainda é comum que os falantes que têm como língua materna outras línguas que não a portuguesa sofram preconceito em relação ao seu modo de falar. São marcas linguísticas da primeira língua que os falantes descendentes de imigrantes carregam/usam e que marcam a própria identidade. Sobre isso, Hanks (2008, p. 55) diz que “o falante censurado ou obrigado a algum eufemismo, no intuito de conquistar confiança, de demonstrar lealdade, ou de manter confiança, é objeto de violência simbólica porque sua fala é restringida, seja por ele mesmo ou pelo outro”. Deixar de comunicar-se em língua ucraniana, conforme veremos na ocasião da análise dos relatos, foi mencionado pelos informantes em nosso estudo, portanto, sofreram/sofrem violência simbólica. Alvar (1996) se refere ao preconceito linguístico e menciona que é normal que ele ocorra. Segundo o autor, “podemos entender por prestígio, a aceitação de um tipo de conduta considerado melhor que outro. Que dúvida cabe que – linguisticamente falando – as coisas são assim, inclusive para quem recusa qualquer tipo de superioridade cultural, intelectual, de dedicação, etc” (ALVAR, 1996, p. 15). No nosso ponto de vista, não há tipos de condutas melhores que outros. O que existe (ou deve existir) é o respeito para com as diferenças, sobretudo as diferenças linguísticas e culturais.

No que tange às atitudes linguísticas, elas estão estreitamente relacionadas à identidade linguística. Sobre isso, Aguilera (2008, p. 105-106) afirma que “a atitude

linguística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro” (AGUILERA, 2008, p. 105-106). Com base nas palavras da autora, podemos fazer relação com aquilo que citamos anteriormente, isto é, que a identidade é marcada também pela diferença.

Mackey (1968, p. 567) citado por Fraga (2009, p. 300) diz que “a atitude de um bilíngue com relação às duas línguas e com as pessoas que as falam influenciará o seu comportamento em áreas de contato diferentes nas quais cada língua é usada” (MACKEY, 1968, p. 567 *apud* FRAGA, 2009, p. 300). Em face disso, é possível dizermos que a atitude de um falante está condicionada à sua identidade e às suas crenças. Os preconceitos e estereótipos também se relacionam com identidade e atitude.

Bergamaschi (2006) busca sua fundamentação em Grosjean (1982) e afirma que

as atitudes ou posicionamentos em relação à língua refletem as atitudes ou posicionamentos em relação aos usuários daquelas línguas. As línguas das minorias nos países bilíngues e multilíngues têm sido objetos frequente de ataques por parte de grupos dominantes (BERGAMASCHI, 2006, p. 56).

No caso da comunidade de Itapará, a língua ucraniana não tem sido objeto de ataque, conforme relatos de nossos informantes, porém, a sua conservação tem se mostrado comprometida. O uso da língua oficial do país assume um lugar privilegiado em detrimento das línguas minoritárias, no caso sob análise, a ucraniana.

3.4 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E LÍNGUAS EM CONTATO

Entendemos que é pertinente trazer à baila a discussão sobre políticas linguísticas. Para tanto, nos apoiamos, entre outros, em Mello (1999), Hamel (2003), Oliveira (2003), Calvet (2007) e Damke (2008). Brun (2007, p. 50) diz que “como as civilizações sempre tentaram legislar sobre a língua e também sobre o seu uso, a intervenção humana sobre a língua ou sobre as situações linguísticas não é novidade da nossa época” (BRUN, 2007, p.

50). De fato, conforme a autora, desde sempre os povos discutiram as questões relacionadas aos usos de uma ou de outra língua. Isso sugere, entre outros enfoques, a discussão sobre quem tem direito a que, em se tratando de língua, ou seja, a discussão dos direitos linguísticos.

De acordo com Hamel (2003, p. 50-51), “os direitos linguísticos fazem parte dos direitos humanos fundamentais, tanto individuais como coletivos, e se sustentam nos princípios universais da dignidade dos humanos e da igualdade formal de todas as línguas”. O direito do homem em fazer uso de sua língua é universal e inalienável e todos os povos, segundo Calvet (2007), desde sempre se preocuparam em criar leis e dizer como as pessoas deveriam fazer uso das línguas em suas comunidades e estados. A isso o autor chama de *políticas linguísticas*. Na mesma linha de raciocínio, Hamel (2003, p. 57) argumenta que “a legislação em matéria linguística surge fundamentalmente como necessidade de proteger os direitos de um grupo linguístico quando este sente que outro ameaça sua língua no mesmo território” (HAMEL, 2003, p. 57). Atualmente, no Brasil, entendemos que a ameaça e violência em relação ao uso de uma ou outra língua não sai do plano simbólico. Porém, a história nos mostra que, no passado, não foram poucos os casos em que a pessoa era penalizada dependendo de qual fosse sua língua.

Embora o homem desde sempre tenha se preocupado com essa temática e feito política para as línguas, foi só na metade do século XX que surge, de fato, o planejamento linguístico, entendido como a aplicação da política linguística, propriamente dita. A esse respeito Calvet (2007, p. 12) afirma que “o sintagma *language planning*, traduzido para o português por *planejamento linguístico*, apareceu em 1959 num trabalho de Einar Haugen”. Trata-se, pois, de uma área de estudo relativamente recente e que merece ser olhada/estudada com mais atenção. Como exemplo de quanto essa discussão é recente no Brasil, Oliveira (2009, p. 03) diz que

a década de 1990 viu a formulação da perspectiva fundamental de reconhecer e levar a efeito os DIREITOS LINGUÍSTICOS das comunidades de brasileiros que falam outras línguas – minoritárias e minorizadas – em conformidade com o que reza a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS apresentada pela UNESCO na Conferência de Barcelona em 1996 e traduzida e publicada no Brasil apenas em 2003 (OLIVEIRA, 2009, p. 03, grifos do autor).

Conforme menciona o autor, se passou mais de uma década para que a referida Declaração chegasse, mesmo que timidamente, ao ambiente acadêmico e político. Isso, de fato, é um dado significativo em se tratando de Brasil, país no qual convivem por meio de seus falantes mais de duas centenas de línguas.

De acordo com Oliveira (2009, p. 03)

inexiste até o momento um programa que dê unidade aos trabalhos descritivos realizados e que ultrapasse a questão apenas da documentação técnica da língua para fins acadêmicos, incorporando a questão dos DIREITOS LINGUÍSTICOS dos falantes e, ao lado disso, o que é mais importante: o reconhecimento do *Político* que há nessa questão – a inclusão, e mais do que isso, a redefinição da associação proposta pelo Estado Brasileiro entre língua e cidadania, língua e identidade (OLIVEIRA, 2009, p. 03, grifos do autor).

Sobre a importância e a dificuldade de preservar os direitos linguísticos, Oliveira (2003, p. 16) menciona que “articular os direitos linguísticos de comunidades, grupos e pessoas que partilham um mesmo espaço é imprescindível para a convivência; isso, entretanto, é um empreendimento extremamente complexo”. A referida complexidade se apresenta no momento em que as políticas linguísticas tentam impor *verdades* e usos linguísticos aos falantes. Acerca disso, Calvet (2007, p. 72) argumenta que “de nada adianta, na realidade, prover uma língua de um alfabeto se ele não aparece na vida cotidiana dos falantes dessa língua”. Surge, nesse ponto, a importância dos estudos sociolinguísticos, uma vez que identificam, por meio de estudo de campo, as necessidades e vontades dos membros das comunidades e estados. Sobre isso, Hamel (2003, p. 66) diz que

a sociolinguística não pode substituir o trabalho das ciências do direito e da jurisprudência; pode, porém, descrever em detalhe os processos sociais em torno das línguas para as quais estão em jogo os direitos linguísticos. A partir do funcionamento das línguas em contextos multilíngues, cabe a ela

identificar necessidades específicas das minorias etnolinguísticas (HAMEL, 2003, p. 66).

Ainda, no tocante à importância da sociolinguística para a elaboração e aplicação de políticas linguísticas, o autor afirma que

para poder formular com mais precisão estes direitos linguísticos e suas condições de exercício exitoso em cada caso, necessitamos investigar primeiro as práticas linguísticas concretas em que se usam e se reproduzem as línguas: os eventos comunicativos de contato, as múltiplas expressões de conflito, de discriminação e subordinação; os processos de deslocamento e de resistência (HAMEL, 1995, p. 79).

Ademais, no que se refere à relevância da sociolinguística, Calvet (2007, p. 86) afirma que “é ele [o sociolinguista] que pode indicar o que é tecnicamente possível fazer e o que será psicologicamente aceitável pelos falantes”. Em decorrência de um *bom* trabalho desenvolvido na área da sociolinguística, é que se pode perceber que as línguas não devem ser impostas a falantes/comunidades de modo forçado. A esse respeito, o autor argumenta que “a linguística nos tem ensinado que as línguas não podem ser decretadas, mas que são produtos da história e da prática dos falantes, que elas evoluem sob a pressão de fatores históricos e sociais” (CALVET, 2007, p. 85). Isso quer dizer, então, que cada falante e, por consequência, cada comunidade carrega uma história de vida que se manifesta por meio de sua língua/linguagem.

Diante do exposto, acreditamos que essas afirmações também se apliquem à comunidade ucraniana que estudamos, pois, entender a história, a língua e a cultura de uma comunidade, é condição *sine qua non* para entender quem são os membros dessa comunidade e para entender o Brasil como um todo, ainda mais se nos remetermos à afirmação de que o Brasil é um *grande mosaico nacional*, ou seja, composto de uma diversidade de culturas. Em outras palavras, é preciso conhecer as partes para entender o todo. Eis um dos trabalhos do sociolinguista.

Ainda, no que diz respeito às políticas linguísticas, cabe expor que há no Brasil, sobretudo, políticas de incentivo à preservação das línguas indígenas. Oficialmente isso ocorreu a partir de 1988 com a Constituição Federal. A partir dessa data, os indígenas

passaram a ter direitos sobre suas terras, sua cultura e sua língua e, portanto, conforme Oliveira (2003, p. 09), “passaram a ser considerados pelo Estado como elemento constitutivo da sociedade brasileira e não mais como categoria provisória”. Sabe-se que a história dos povos indígenas no Brasil é marcada por problemas graves nos mais diversos níveis e contextos.

O referido incentivo dado à preservação das línguas e culturas indígenas não é o mesmo dado às línguas e culturas dos imigrantes. Sobre isso, Oliveira (2003, p. 10) diz que o ensino das línguas de imigrantes no Brasil, “são ensinadas hoje, entretanto, tanto ideológica como metodologicamente, como *línguas estrangeiras*, e não como as *línguas comunitárias e maternas* que efetivamente são” [Grifos do autor]. Ainda, a esse respeito, Hamel (2003, p. 56) diz que “as minorias imigrantes, ao contrário, não gozam de direitos similares, o que é muito evidente na América Latina”. De fato, são poucos os casos de ensino de línguas étnicas aos descendentes de imigrantes. Para exemplificar, no estado do Paraná, por meio do CELEM¹⁶ são oferecidas aulas em diversas línguas e, para isso, a metodologia está modelada aos cursos de línguas estrangeiras e não como línguas comunitárias. Em Irati há uma escola que oferece aos alunos da rede estadual de ensino e à comunidade, em geral, o curso de língua ucraniana. Trata-se da Escola Estadual João de Mattos Pessoa, localizada na cidade desse município.

Com relação a essa diferenciação no tratamento dado às línguas indígenas e às línguas de imigrantes, Saavedra (2003, p. 40) assinala que:

a) a Constituição atual em seus artigos 215 e 216 admite que o Brasil é um país pluricultural e multilíngue; b) no Brasil coexiste um grande número de línguas de imigrantes; c) para integração cultural e linguística das comunidades de imigrantes no território nacional pouco foi feito e ainda persiste o desprezo por minorias linguísticas, revelando a discriminação legal para as comunidades de língua materna não portuguesa; d) a pluralidade linguística no Brasil delinea situações diversas de bilinguismo e multilinguismo e somente a educação indígena está contemplada com propostas curriculares de educação bilíngue na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 (SAAVEDRA, 2003, p. 40).

¹⁶ Centro de Línguas Estrangeiras Modernas. Oferece cursos de alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês, polonês, ucraniano e mandarim.

Concordamos com a autora que as comunidades de imigrantes merecem ser olhadas com mais atenção. No caso sob análise, na região Centro-Sul do Paraná, especificamente, marcada pelo fenômeno da imigração, é necessário que se criem políticas de valorização e conservação das línguas e culturas dos imigrantes.

Não respeitar as minorias imigrantes significa, no nosso entendimento, ferir, entre outros, os direitos linguísticos, pois, como proclama a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, deve-se assegurar igualmente a todos os cidadãos, “a igualdade de direitos linguísticos, sem distinções não pertinentes entre línguas oficiais/não-oficiais; nacionais/regionais/locais; majoritárias/minoritárias; ou modernas/arcaicas” (OLIVEIRA, 2003. p. 15). Ainda sobre o que reza a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, é pertinente e importante que se considerem

inseparáveis e interdependentes as dimensões coletiva e individual dos direitos linguísticos, pois a língua é constituída coletivamente no seio de uma comunidade e é também no seio desta comunidade que as pessoas a utilizam individualmente. Assim sendo, o exercício dos direitos linguísticos individuais só pode ser efetivado se são respeitados, de igual forma, os direitos coletivos de todas as comunidades e de todos os grupos linguísticos (OLIVEIRA, 2003, p. 15-16).

Dar atenção aos anseios da coletividade é necessário para que se estabeleça uma política linguística capaz de atender às necessidades dos membros de cada grupo. Nesse sentido, fazemos referência novamente à importância da sociolinguística para uma planificação e inserção de políticas para as línguas em diversos tipos de comunidades. A esse respeito, Oliveira (2009, p. 03) cita que há muito trabalho –para o sociolinguista– a ser feito no Brasil no tocante às políticas linguísticas, principalmente porque aqui não se conhece, de fato, a riqueza linguística. Segundo o autor,

enquanto o Brasil, sistematicamente, desconhece sua riqueza linguística e não pensa uma política para uma gestão do conhecimento produzido nestas línguas, entidades norte-americanas e européias, por exemplo, às vezes em parceria com entidades brasileiras, às vezes não, têm registrado nossas línguas e composto acervos no exterior, onde esta informação é processada de vários pontos de vista (OLIVEIRA, 2009, p. 03).

Nesse sentido, entendemos que cada vez mais há que se redobrem os esforços para que se criem políticas linguísticas para a valorização e preservação desse patrimônio imaterial¹⁷ que é a riqueza linguística no Brasil.

Mais especificamente sobre os direitos daqueles que aprenderam uma língua materna e essa língua não é a portuguesa, no caso do Brasil, os direitos incluem que a pessoa possa fazer uso de sua língua materna e que a ela sejam oferecidas condições de aprender a língua oficial/nacional neste território. A esse respeito, Hamel (1995, p. 79) acena que

os direitos linguísticos compreendem o direito a identificar-se com sua própria língua, a usá-la em contextos sociais e políticos relevantes como são a educação e administração e a contar com os recursos necessários para desenvolvê-la. Inclui também o direito a aprender a língua nacional (HAMEL, 1995, 79).

Por sua vez, Calvet (2007, p. 21) nos convida a admitir que “na maior parte dos casos, as políticas linguísticas são iniciativa do Estado ou de uma entidade que disponha no seio do Estado de certa autonomia política”. Ainda, o autor acena que “qualquer grupo pode elaborar uma política linguística [...] mas apenas o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas” (CALVET, 2007, p. 20-21). As políticas linguísticas não devem ou não deveriam se limitar a fatores explícitos. Sobre isso, Hamel (2003, p. 68) argumenta que “são vários os exemplos nos quais medidas explícitas de uma planificação da linguagem fracassaram ou produziram efeitos contrários”. Isso ocorreu porque não consideraram fatores importantes como, por exemplo, colocar os movimentos etnolinguísticos no centro do estudo, ou seja, os membros dos grupos são os atores principais para que haja uma planificação linguística satisfatória.

A esse respeito, Mey (1998, p. 77) diz que “o contexto que torna a língua possível é também o contexto que permite ao indivíduo ser ele mesmo, e usar sua língua de acordo com os desejos pessoais” (MEY, 1998, p. 77). Além de o contexto assumir papel fundamental para

¹⁷ Usamos os termos *patrimônio material e imaterial* com base na terminologia usada recorrentemente pela UNESCO, IPOL, IPHAN, entre outros, para referir-se a *bens palpáveis e não palpáveis*, respectivamente.

o uso das línguas, os falantes em situações de línguas em contato, no caso sob análise, devem, além de preservar a materna minoritária, ter acesso e usar, quando necessário, a língua oficial do país, no nosso caso, a língua portuguesa. Nesse sentido, caminham (ou deveriam caminhar) juntos a preservação da língua ucraniana e o acesso à língua portuguesa.

As políticas de incentivo à preservação de línguas minoritária, segundo Mello (1999, p. 32-33) não é característica da maioria dos países marcados pelo plurilinguismo. Segundo a autora:

Infelizmente, a maioria dos países multilíngues não possui uma política linguística capaz de oferecer direitos e oportunidades iguais para todos os grupos linguísticos, uma vez que o bilinguismo é consequência do contato de grupos que não têm a mesma proporção numérica e a mesma importância política e econômica (MELLO, 1999, p. 32-33).

Comungamos da mesma postura da autora sobre o fato de não haver políticas que garantam os direitos e oportunidades aos grupos minoritários e suas línguas e culturas. Esta é a triste situação vivenciada no Brasil. Com relação a isso, Mello (1999, p. 37-38) sublinha o seguinte:

A tendência natural do Estado é não dar prioridade à questão do bilinguismo, em geral, por razões econômicas, ideológicas, políticas e sociais. A falta de uma política educacional [e linguística] oficial, com base em um planejamento linguístico que leve em consideração o reconhecimento pelo contexto bilingue, faz com que se acentue ainda mais a situação estigmatizante na qual essas minorias se encontram (MELLO, 1999, p. 37-38).

Devemos mencionar, ainda, que com o processo acentuado da globalização, a tendência à uniformização é vigente e cada vez mais ganha espaço em nossa sociedade. Uma comunidade que se isole fica à margem das discussões e do acesso aos bens de consumo impostos pelo mercado capitalista. Com relação a isso, Mey (1998, p. 87) diz que qualquer comunidade que tenha interesse em “participar da circulação de bens e serviços tem que fazê-la nas premissas do sistema de mercado capitalista compulsório. Uma comunidade étnica viável (que é a base para a identidade étnica) somente pode ser construída sobre uma fundamentação econômica viável” (MEY, 1998, p. 87). Este é o foco central da nossa

discussão. Se uma comunidade não entra no ritmo competitivo do *ter e saber mais*, que vigora atualmente, ou seja, uma *comunidade viável social e economicamente*, conforme citado, essa comunidade passa a isolar-se. Por outro lado, uma comunidade étnica que participe da circulação de bens e serviços com base no modelo atual, *perde* a identidade da comunidade, e com isso, há uma regressão da língua e cultura étnica. Eis um dilema: conservar e isolar-se ou circular e perder a identidade?

Entendemos que não há respostas que possam esclarecer com exatidão esse questionamento. Isso porque devemos ser o mais democráticos possível em se tratando de práticas linguísticas e culturais, principalmente porque no nosso país, marcado pelo fenômeno do pluralismo linguístico e multiculturalismo, cada grupo minoritário tem seus direitos e seus modos de ser e fazer, além de serem todos esses grupos, sobretudo *brasileiros*.

Retomamos, neste momento, a discussão sobre o plurilinguismo, por entender que ele é pertinente e fundamental para o nosso estudo. Desse modo, vale dizer que ele é, por um lado, fator de dominação no sentido de que algumas línguas assumem papel privilegiado enquanto outras são consideradas subalternas. No caso sob análise, o português assume função “alta” e a língua ucraniana assume o papel de língua “baixa”. Entretanto, segundo Sané (2002, p. 11), baseado em Ferguson (1959), “o plurilinguismo é também um fator de comunhão, de convivência e de abertura ao próximo pela diversidade que apresenta, pela coexistência que impõe, pelos intercâmbios que permite” (FERGUNSON, 1959 *apud* SANÉ, 2002, p. 11). Isso é o que se pode perceber, na maioria dos casos, no Brasil, apesar de as línguas minoritárias se situarem numa posição, teoricamente, *mais baixa*, elas, juntamente com tudo aquilo que a elas se agrega, contribuem sobremaneira para a riqueza do povo brasileiro e para a construção desses *vários brasis*.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo fazemos a análise e a discussão de alguns relatos coletados que compõem a parte central do *corpus* desta pesquisa. Os relatos foram coletados por meio de um roteiro de entrevistas que originou as narrativas, conforme discutido no primeiro capítulo deste trabalho quando apresentamos os aspectos metodológicos. Dada a pluralidade de assuntos abordados durante as entrevistas sobre a diversidade linguística, cultural e políticas linguísticas, objeto deste estudo, entendemos que seria necessário definir aqueles assuntos e delimitá-los como temas. Diante disso, expomos, aqui, aqueles temas que consideramos mais significativos para nosso trabalho. Buscamos, de modo geral, trazer à baila os relatos dos informantes e analisá-los de modo que possamos discuti-los à luz da base teórica que fundamenta este trabalho. Selecionamos os seguintes: Tema 1) Relatos sobre a imigração ucraniana para Itapará; Tema 2) Os primeiros tempos dos imigrantes ucranianos no Brasil; Tema 3) Fatores de conservação da língua e cultura ucranianas; Tema 4) As atitudes dos falantes em relação às línguas portuguesa e ucraniana e; Tema 5) Políticas linguísticas e o paradoxo do uso da língua ucraniana.

Os relatos dos informantes estão relacionados às memórias que cada um constrói e preserva (ou preserva e constrói?) com o passar do tempo. Nesse sentido, as histórias que são narradas podem ser elementos constitutivos de suas crenças. Sobre isso, Geertz (1989) assinala que os relatos coletados em uma pesquisa do tipo etnográfica podem não ser os mais confiáveis, porém, eles podem gerar discussões interessantes sobre o objeto que se quer investigar. É certo que, por meio das memórias, se conservam as histórias das famílias, da comunidade, da identidade e da cultura de um povo, no nosso caso, dos imigrantes e descendentes ucranianos da comunidade rural de Itapará. A propósito, Pollak (1989, p. 07) afirma que a memória é uma

operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (POLLAK, 1989, p. 07).

Essas fronteiras não são tão nítidas ao tratar-se de coletividades, de grupos que interagem entre si. Ou seja, transformam-se e evoluem com o passar do tempo. Entretanto, é possível perceber que os grupos mantêm certa coesão ao referirem-se à própria cultura, principalmente quando se trata de preservação dos elementos culturais que caracterizam determinado povo. É o caso dos membros da comunidade ucraniana de Itapará ao fazerem referência à sua cultura.

A memória assume papel relevante no sentido de referenciar o passado e de manter a coesão entre os mais diversos grupos que compõem uma dada sociedade (POLLAK, 1989, p. 08). Além disso, quando se trata de memórias *subterrâneas*¹⁸, elas ganham força quando saem do campo das lembranças e invadem o espaço público e entram em disputa com as memórias, até então, tidas como oficiais, geralmente as do Estado. As memórias *subterrâneas* são transmitidas oralmente de uma geração a outra e, de certa forma, permanecem vivas nas lembranças dos membros dessas gerações.

Convém mencionarmos, neste momento, que a história oral serve como instrumento para o entendimento de uma sociedade. Sobre isso, Meihy e Holanda (2007, p. 09) afirmam que “a história oral se apresenta como solução moderna disposta a influir no comportamento da cultura e na compreensão de comportamentos e sensibilidade humana” (MEIHY & HOLANDA, 2007, p. 09). Na mesma linha de raciocínio, os autores concordam que a

história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do **tempo presente** e também reconhecida como **história viva** (MEIHY & HOLANDA, 2007, p. 17, grifos dos autores).

¹⁸ Baseamos-nos em Pollak (1989) e Halbwachs (2004) para falar de memórias *subterrâneas*. Segundo esses autores, elas são as memórias das minorias, que, por vezes, ficam escondidas, são proibidas, clandestinas.

Ainda, sobre o uso da história oral como meio para a documentação e registros de aspectos sócio-históricos de movimentos, comunidades, cidades, estados, países, Burke (1992) relata que historiadores mais conservadores não admitiam o uso desse instrumento. Os que mantinham uma posição contrária ao uso da história oral acreditavam que eram evidentes as distorções dos fatos. Somos favoráveis a fazer uso da história oral como instrumento para a coleta de dados, uma vez que é por meio dela que se pode documentar fatos que não se encontram escritos nas páginas de livros, jornais etc. As fontes que a história oral busca estão, na maioria das vezes, vivas nas memórias de pessoas.

Na ocasião da coleta de relatos, por meio das entrevistas com os moradores da comunidade de Itapará, estimulamos os informantes a contarem momentos marcantes de sua vida, da família, da comunidade, da vinda dos imigrantes para o Brasil, enfim, da cultura ucraniana de modo geral. Embora não seja objetivo principal deste estudo analisar a língua vernácula e suas variações, entendemos que seria pertinente, baseados nos moldes da pesquisa sociolinguística (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006; LABOV, 2008), levar os informantes a prestarem mais atenção ao fato narrado que à forma como ele era narrado.

Em relação aos temas, fazemos, a seguir, uma discussão apresentando os relatos dos informantes e tecendo considerações sobre cada tema. O primeiro tema diz respeito aos relatos sobre a imigração ucraniana para Itapará.

4.1 TEMA 1: RELATOS SOBRE A IMIGRAÇÃO UCRANIANA PARA ITAPARÁ

Os imigrantes ucranianos que vieram para o Brasil, assim como os que foram para outros países, estavam passando por dificuldades em sua terra. Era a depressão econômica que assolava os países, principalmente os do leste europeu no final do século XIX. Eram diversos os problemas enfrentados, como, fome, miséria, desemprego, opressão. As perspectivas de melhora naquele território eram quase nulas, logo, a alternativa mais adequada para o

momento era ir para outro país que lhes acolhessem e onde pudessem sobreviver dignamente e realizar seus sonhos. Devemos mencionar, aqui, o que Damke (1997) discorre sobre as condições catastróficas por que passaram os alemães que vieram para o Brasil. O referido autor relata que os alemães vieram com *uma mão na frente e outra atrás*.¹⁹ As condições por que passaram os alemães foram parecidas com as condições por que passaram os emigrantes ucranianos, assim como as condições por que passaram poloneses, italianos, holandeses, entre outros.

O Brasil se mostrava um bom destino, haja vista que, aqui, conforme as propagandas das Agências de Imigração, os imigrantes seriam acolhidos e poderiam desenvolver suas atividades profissionais de acordo com seus sonhos. Por motivo de segurança e na espera de um momento propício para emigrarem, alguns trocavam de sobrenomes, outros diziam que eram austríacos, poloneses, russos, etc. Sobre isso, exemplificamos, mais adiante, com a análise dos relatos de nossos informantes. De acordo com Ogliari (1999, p. 53), havia, na Ucrânia, na época, uma forte pressão contra o povo ucraniano. Sobre isso, expomos um relato que compõe o *corpus* de nosso trabalho. Quando perguntamos ao informante Frederico sobre a sua origem e a origem de seus avós, ele afirma que “a avó austríaca, mas geralmente o pessoal veio como ucraniano, [...] bastante documento velho de terreno que eu tenho visto é austríaco, agora por que ucraniano aqui eu não sei” (Frederico – 38 anos).

A troca de nacionalidade ajudava as pessoas que queriam sair de seus países, os quais estavam sob domínio de outros países. Era uma válvula de escape dizer que não era ucraniano, polonês, etc, para não ser penalizado e/ou sofrer agressões por ser de determinada nacionalidade, como podemos observar no relato de Carmelita. Segundo ela, “Deus o livre se dissesse que era ucraniano, disse que apanhava bastante, uns até eles consumiam, os guarda,

¹⁹ Vir com *uma mão na frente e outra atrás* é um termo relativamente comum e se refere a não trazer nada, ou seja, vir de mãos vazias.

né, então eles diziam que eram de otros país” (Carmelita – 68 anos). A troca de nacionalidade, como afirmamos acima, facilitava o acesso a outros países e a deixarem a Europa.

O jornal *Prácia*, de Prudentópolis, cuja finalidade principal é difundir a cultura ucraniana desde 1912, publica quinzenalmente informações em língua portuguesa e língua ucraniana sobre diversos temas, principalmente, relacionados a questões religiosas dos ucranianos e seus descendentes. Devemos destacar que esse periódico é um grande aliado à conservação da língua e cultura ucranianas na região Centro-Sul do Paraná, assim como em outros lugares do país para onde são enviados exemplares das publicações do referido jornal. Ogliari (1999) cita em seu trabalho o seguinte relato de imigrante: “nós éramos austríacos, galicianos, rutenos, russos, polacos. Éramos o que cada um preferia ou queria ser, menos ucranianos. Era a situação do nosso país” (PRÁCIA, 1936, p. 03 *apud* OGLIARI, 1999, p. 63). Esse relato de imigrante ratifica o que vimos dizendo sobre a troca de nacionalidade dos emigrantes ucranianos para não sofrerem penalidades por serem o que realmente eram: ucranianos. Cada um escolhia ser aquilo que achava melhor, menos, é claro, ser ucraniano.

Ainda, com relação à vinda dos ucranianos para o Brasil, no documentário *Made in Ucrânia: os ucranianos no Paraná*, Meroslava Krevey, de Prudentópolis, relata que

naquela época a região da Galícia pertencia ao império Austro-Húngaro. Então, o imigrante veio com passaporte austríaco. Hoje, muitos imigrantes, os filhos e netos de imigrantes, buscando suas raízes eles se deparam na questão de meu bisavô ou meu tataravô é austríaco, e este austríaco, na maioria das vezes, é o imigrante ucraniano, da Galícia, ou seja, do leste europeu (MADE IN UCRÂNIA, 2006).

Conforme a entrevistada, no referido documentário, os ucranianos vieram para o Brasil com nacionalidade austríaca, porém, eram da região ucraniana situada no leste europeu.

A esse respeito, Ramos (2006, p. 06) contribui para a nossa discussão afirmando que

alguns grupos se aventuram, saindo clandestinamente de seus países, e na maioria das vezes trocando de sobrenomes e se fazendo passar, ora por poloneses, ora por austríacos e até mesmo como russos para que desse modo pudessem se deslocar com segurança pelos países vizinhos até que encontrassem o momento propício para a emigração (RAMOS, 2006, p. 06).

Com base nas palavras do autor, identificamos que os ucranianos passavam períodos em outros países antes de virem para o Brasil. Trata-se, pois, de esperar para encontrar um momento adequado para a sua saída. A troca de nacionalidade era um meio para que as repressões fossem minimizadas. Em nota feita em diário de campo, por ocasião da observação na comunidade, analisamos o seguinte relato: “falavam que eram qualquer coisa, menos ucraniano. Não dava pra dizê que eram de lá, porque podiam até apanhá” (Diário de Campo). Esse relato corrobora com a questão da troca de nacionalidade para que os ucranianos não fossem penalizados.

No segundo capítulo deste trabalho abordamos a questão dos motivos da vinda dos ucranianos para o Brasil. Retomamos isso, nesta parte, citando o que Ogliari (1999) discute a respeito. Sobre a emigração ucraniana, Ogliari (1999, p. 53) resume: “foi motivada por um emaranhado de forças socioeconômicas e políticas que interagiram e estimularam o abandono definitivo da pátria, em busca de vida melhor em ambiente cuja natureza era totalmente desconhecida” (OGLIARI, 1999, p. 53). Com base nas palavras da autora, mencionamos que foram vários os motivos para a saída dos ucranianos de seu país.

No que diz respeito às condições por que passavam os ucranianos (e outros imigrantes) antes de virem para o Brasil, apresentamos um dos relatos que compõem o *corpus* deste estudo. Segundo Alexandre,

porque lá entrô o colunismo [comunismo] e daí ele se obrigô de saí, abandonaro tudo, qué dizê que o meu pai não tinha nada, o pai dele tinha, eles tinham propiedade e tudo, mas lá era muito difícil pra vivê, daí o pai disse ‘o que que nós imo fazê aí?’ aí o pai do meu pai disse assim “vamo embora pro Brasil” (Alexandre – 74 anos).

Devemos destacar o fato de o informante relatar que seu pai disse que deveriam vir *embora* para o Brasil. Isso mostra certo *pertencimento* ao novo lugar onde construiriam moradia e um *distanciamento* do país de nascimento. Não ter mais o que fazer na Ucrânia e a vida difícil que levavam os ucranianos, conforme relato, motivou o patriarca da família em tomar a decisão de abandonar *tudo*, conforme mencionado no relato. Depois de tomada a

decisão de emigrarem, alguns ucranianos avisaram o governo daquele país que deixariam as suas terras e viriam *embora* para o Brasil. Não nos parece que o fato de terem avisado o governo, conforme está no relato a seguir, o fizeram no intuito de deixar as *portas abertas* daquele país para que um dia pudessem para lá voltar. Pelo contrário, deixaram suas terras já prevendo que um retorno àquele lugar seria praticamente impossível. Alexandre continua o relato sobre as condições precárias por que passaram os ucranianos na época do comunismo.

[...] daí falaro lá po governo, po presidente, pra dar orde pra eles í pro Brasil porque eles tavam sofrendo, então o senhor vê, não eram dono de nada, eles abraçaro tudo, então o senhor vê, tinha lavora, trabaiavam, mas primero quando entrô o comunismo lá, daí eles breçaro tudo, então tinha uma vaca com ternero, um boi no potrero, só esse e dois animal pra trabaiá, então ia pa roça, trabaiava de oito até onze hora, jogava a enxada e, como diz, não ia carpí, não ia ará, não ia fazê nada, ia pra casa armoçá, depois das uma até cinco, vamo embora, na casa o senhor não mandava nada o que era seu, então lá tinha pósito [depósito] lá no centro, não sei aunde lá, eles fizero assim, vinha o fiscal na casa, “quanto o senhor gasta de feijão e essas coisa?” Tanto e tanto, então vamo pôr do lado, esse é po gasto e o resto é nosso [...] levavo tudo no armazém, tinha um armazém grande, o senhor precisava de uma carça, de uma camisa, açúcar, sal, essas coisa e iam lá pegá no armazém, mas é descontado do produto que o senhor entregô pra eles, se o senhor não tinha dinheiro, não tinha nada, eles davam um vale para o senhor se fornecê ali e era nesse tipo e daí o povo sofria muito, o padre tinha que tirá a batina e i carpí roça, ou carpí o que fosse [...] frera, mesma coisa, tinha que tirar a batina e ia trabaiá na roça, tinha hora de rezá missa e hora de trabaiá, não tinha nada com nada (Alexandre – 74 anos).

Convém apontar para o fato de o informante Alexandre relatar que os padres e freiras tiveram que deixar as suas atividades religiosas e dedicarem-se ao trabalho do campo. Trocar a batina pela enxada é sinal de um rompimento hierárquico na sociedade ucraniana da época. Desconstrói-se, assim, aquela visão de que os religiosos da época eram *superiores*²⁰ aos trabalhadores rurais. Além disso, no relato acima, percebemos que os ucranianos trabalhavam em troca de mantimentos básicos e necessários para a alimentação diária e por algumas peças de roupas. Tudo o que era produzido além do necessário para a sobrevivência era entregue ao governo. Se o número de animais que as famílias tinham era superior ao necessário para as

²⁰ Em virtude de os padres e freiras representarem os caminhos a serem seguidos pelos ucranianos, isto é, os representantes da igreja sob certo aspecto ditam os rumos que seus fiéis devem seguir, eles eram considerados superiores e serviam (ainda servem) como exemplo de conduta para o povo em geral. Sobre a importância da igreja para a vida dos ucranianos damos mais atenção quando discutimos o terceiro tema nas análises neste capítulo.

atividades cotidianas de trabalho e sobrevivência, esses deveriam ser entregues ao governo. Conforme Alexandre, “na casa o senhor não mandava nada o que era seu”. Possuir *bens*²¹ e não poder usá-los foi um dos grandes agravantes e motivadores para os ucranianos deixarem seu país de origem.

Semelhante ao de Alexandre é o relato do Padre Aroldo. Trata-se de um relato que versa sobre a vinda dos imigrantes ucranianos para o Brasil como fugitivos. Segundo esse informante,

todos os que vieram pra cá, você pode ver que têm os sobrenomes iguais, parecidos, em vários pontos, em vários lugares, porque essas pessoas saíam fugitivas de lá, né, elas tavam em busca, assim, de algo pra eles, né, por causa do comunismo [...] então pra eles sobreviver, eles perdiam lá as casas, o governo toma tudo, né, você perdia a liberdade, perdia tudo [...] você pode ver que eles não saíram legalmente lá da Ucrânia, tudo clandestino (Padre Aroldo – 29 anos)

No relato acima percebemos que alguns imigrantes ucranianos vieram de forma clandestina e ilegal para o Brasil. O comunismo foi o grande motivador para que deixassem suas terras e buscassem *algo melhor* (conforme relato). Na Ucrânia, o governo tomava tudo o que os ucranianos tinham, inclusive a liberdade, de acordo com o relato do Padre Aroldo. Esses relatos que apresentamos, entre outros que apresentaremos a seguir, confirmam o que dissemos no segundo capítulo deste trabalho sobre a vinda dos emigrantes para o Brasil.

Depois de tomada a decisão de emigrar para o Brasil, os emigrantes vieram, alguns por conta própria, outros custeados pelo governo brasileiro. A viagem de navio era demorada e as condições eram precárias. Naquela época não havia o conforto e rapidez que hoje as grandes embarcações oferecem aos passageiros. Conforme relato de Frederico, a seguir, faltava-lhes comida durante a viagem, sofriam adversidades climáticas, não tinham assistência médica e, por isso, muitos acabavam morrendo antes de chegarem ao destino final. Isso também está em Ogliari (1999) e Ramos (2006) quando relatam as condições de viagem dos ucranianos para o

²¹ Fazemos referência, neste caso, a bens materiais (utensílios domésticos, terrenos, animais, entre outros) e bens culturais (língua, costumes, religião, entre outros). Além disso, a troca de nacionalidade é vista, no nosso entendimento, como um bem que se perdeu pelo caminho até que encontrassem um lugar seguro para voltarem a ser ucranianos.

Brasil. Ogliari (1999, p. 62) cita o relato de um emigrante ucraniano no qual são contadas as condições de viagem para o Brasil: “muitos morreram na viagem, principalmente crianças. Alemães e italianos vinham juntos, mas eles sempre eram os primeiros e nós os últimos” (PRÁCIA, 1936 *apud* OGLIARI, 1999, p. 62). Esse relato mostra que o emigrante faz menção ao fato de que emigrantes italianos e alemães tinham lugares privilegiados em relação aos ucranianos.

Ainda, sobre as dificuldades enfrentadas durante a viagem e sobre a morte de um parente, relata Frederico,

o pai ca mãe sempre falam, né, que sofrido era, era muitos dia, né, que viajavam, perdiam família, que nem pra começá, o vô, né, perdeu uma irmã, parece que com quatorze ano, que morreu no trajeto de navio, né, daí tinham que jogar no mar, não teve outro jeito (Frederico – 38 anos).

Devemos chamar a atenção para a pouca idade de Frederico. Seguramente o relato que ele nos apresenta é fruto de histórias contadas por seus pais e/ou avós. Isso não diminui, no nosso entendimento, a importância de analisarmos o conteúdo de seu relato. Ele é válido, uma vez que ali se fazem presentes as memórias dos emigrantes ucranianos quando da sua vinda para o Brasil. No caso do relato de Frederico, a história da perda de um membro da família passou de geração para geração e seguramente será lembrada e relatada sempre que a discussão for sobre a vinda dos ucranianos para o Brasil. Além disso, ter que *jogar no mar* aquele parente, foi a única solução para aquele momento e isso desperta no informante, ao fazer esse relato, um sentimento de impotência, haja vista que não puderam ao menos fazer um sepultamento digno. Isso nos remete à relação estreita e harmoniosa que os ucranianos têm para com as questões religiosas e, de fato, não poder sepultar um parente deve ter marcado bastante aquela família. Sobre os aspectos religiosos dos ucranianos, discutimos na ocasião das análises do terceiro tema neste capítulo.

Compete lembrar que, como muitos imigrantes vieram como fugitivos, alguns sem documentos, outros embarcavam sem serem notados. Não havia um controle exato sobre

quantas pessoas embarcavam e quantas desembarcavam e, em vista disso, não é difícil imaginar que foram muitos os casos de mortes durante a viagem. Além disso, ocorriam, conforme relatos sobre as viagens dos emigrantes, desentendimentos e brigas nos navios e, por conta disso, muitos eram lançados ao mar. Outros relatos acenam que algumas pessoas eram jogadas ao mar porque estavam doentes e, possivelmente, não aguentariam até chegar ao destino. Ademais, economizar água e comida era argumento para diminuir o número de pessoas na embarcação. Sobre isso, Carmelita relata: “não pense que tinha comida suficiente no navio, né. Sede e fome esses que viero passaro” (Carmelita – 68 anos). Além disso, muitos são os relatos que versam sobre os desencontros entre famílias durante a viagem. São casos de pais que perderam de vista os seus filhos no navio e nunca mais os encontraram, casos de irmãos que se perderam, entre outros. As dificuldades no trajeto da Ucrânia para o Brasil foram anunciadas no segundo capítulo deste trabalho quando apresentamos o relato de Kociolek e Kociolek (2009, p. 01). Segundo esses autores, as condições de viagem eram quase desumanas.

A respeito das condições de viagem dos emigrantes ucranianos, apresentadas acima, entendemos que é pertinente fazermos menção às condições por que passaram os emigrantes de outros países, da Europa principalmente, quando vieram para o Brasil. Citamos, aqui, por exemplo, as condições por que passaram os alemães no trajeto até o Brasil. Sobre isso, Merten (1976, p. 132) escreve: “Como em 1828 o navio ‘Albers’ iniciou sua viagem por sobre o oceano com 783 pessoas a bordo, sob tempestades e vendavais durante dez dias, morreram 7 mulheres e 33 crianças a bordo, 42 crianças nasceram. Muitos não chegaram a seu destino” (MERTEN, 1976, p. 132). De fato, ter um controle sobre os tripulantes não era preocupação dos responsáveis pelas viagens. Com relação às mortes e nascimentos nos navios, mencionados pelo autor, ocorreu também nas viagens de poloneses, italianos, ucranianos, etc.

Ainda, com relação às condições de vida na Ucrânia, temos o relato de Sebastião. Esse informante observa que não havia condições dignas de sobreviver naquele país. Além da miséria, o lugar era pequeno e os ucranianos não tinham como produzir os seus próprios alimentos. O Brasil era o rumo a ser tomado, haja vista que aqui havia possibilidades de melhoras e o governo brasileiro ajudava a trazer os imigrantes, custeando parcial ou integralmente a passagem deles. Segundo Sebastião, “lá era muita gente e o lugar era pequeno, sabe, eles não tinham no que trabaiá, não tinham co que vivê, daí anunciari que descobriro o Brasil e o Brasil ajudava trazê os amigrantes pra cá, eles viero, um tanto viero por conta do governo, sabe” (Sebastião – 81 anos). Retomamos o que Burko (1963, p. 51) discorre sobre as adversidades enfrentadas na Ucrânia antes de os ucranianos emigrarem para o Brasil. Segundo o autor, os emigrantes fugiram das “perseguições religiosas e políticas, da guerra, da dominação de estrangeiros, da miséria e, algumas vezes, da própria fome” (BURKO, 1963, p. 51). Sebastião, no relato acima, faz referência ao fato de a Ucrânia ser um país pequeno e não poder suportar tanta gente, ainda mais, pelas dificuldades que eram enfrentadas na época naquele país. Segundo esse informante, os ucranianos não tinham no que trabalhar e produzir o seu próprio sustento, além disso, naquela época *descobriram*²² o Brasil, país que ajudava a trazer os imigrantes.

A relação que os ucranianos tiveram e ainda têm com o trabalho é com frequência destacada nos relatos dos informantes. A falta de trabalho, então, é um fator problemático. Não ter trabalho causa desconforto e faz as pessoas buscarem lugares melhores para a sobrevivência. Sobre a vinda dos ucranianos para o Brasil, Carolina, uma de nossas informantes, relata: “a gente sabe que todos eles que vieram lá da Ucrânia, eles vieram pra conseguir, né, fazer uma vida melhor, né, porque como lá era difícil, então eles vieram à procura de se colocar melhor aqui no Brasil, né [...] pra ter mais trabalho né” (Carolina – 55

²² Destacamos esse termo para chamar a atenção sobre a concepção que o informante tem sobre o descobrimento do Brasil.

anos). O Brasil foi, pois, a solução encontrada pelos ucranianos para encontrarem trabalho e para se *colocarem melhor*. Deixar a vida difícil e mudar para um lugar onde as condições eram melhores foi o caminho encontrado pelos ucranianos e pelos outros tantos imigrantes que vieram para o nosso país.

Alexandre, continuando seu relato, mostra o quanto os ucranianos eram oprimidos, inclusive dentro de suas casas. Segundo esse informante,

[...] por em roda da casa o fiscal andava escutando, sondando se o senhor tá rezando ucrânico ou brasileiro o língua que fosse, se tivesse rezando em voz alta, ali ca família, eles batiam na porta “você não pode rezar mais, você tem tempo para rezar” tudo era na lei, então o povo de lá veio tudo embora (Alexandre – 74 anos).

Conforme o relato de Alexandre, as ações dos ucranianos eram controladas pelos fiscais comunistas que, de forma imperativa, vigiavam e ditavam seus passos. Os ucranianos não tinham liberdade para usar a língua que quisessem e nem rezar quando sentissem vontade, porque, naquela época, *tudo era na lei*. As rezas poderiam ser em determinados espaços de tempo e deveriam ser feitas discretamente, isto é, não podiam rezar em voz alta.

Sobre essa questão do sofrimento dos emigrantes ucranianos antes de virem para o Brasil, Wolodymyr Galat relata que

o regime comunista, por exemplo, ele conseguiu destruir muita coisa ucraniana, primeiro lugar destruiu a família, destruiu a esperança do povo ucraniano, tirou a iniciativa deles porque, naturalmente, o povo parou de pensar porque o partido comunista pensava por ele, dizia o que ele devia fazer e o que não devia fazer (MADE IN UCRÂNIA, 2006).

Segundo o relato acima, os ucranianos estavam passando por um período bastante doloroso. A família estava destruída e, além disso, o povo ucraniano não tinha mais esperança, não tinha tanta iniciativa. De fato, a solução encontrada era abandonar tudo e procurar novos lugares para se estabelecerem. Foi o que muitos fizeram.

Quando os ucranianos emigraram para o Brasil, não tinham aqui um lugar certo para se estabelecerem. Vieram *embora*, conforme menciona Alexandre, sem saber onde eram as

suas casas. Ao chegarem aos portos brasileiros, tinham que decidir²³ o lugar onde construiriam suas moradias. A esse respeito, Alexandre relata:

[...] então o meu pai contô que viero pra Curitiba, viero pra Prudentópolis, pra toda parte se espaiaro, viero de navio [...] então viero de navio em Curitiba e então lá o gerente lá saiu e perguntô pra onde querem ir, querem i po Irati o querem i po Pitanga o Guarapuava, onde querem i, onde querem ficá, e daí eles pagavam carona para eles, então o meu pai ca mãe dele e o pai eles viero aqui na colônia daí o prefeitura foi ajudando esses que viero de lá, davam, como diz, uma chácra para eles, déis arqueire e pagavam prestação por ano (Alexandre – 74 anos).

Ao analisarmos as partes do relato de Alexandre, mencionadas acima, sobre as condições de vida na Ucrânia e a chegada dos imigrantes ao Brasil, podemos perceber a riqueza de detalhes expressa nas palavras desse informante. Trata-se de um relato em que estão presentes as memórias que foram construídas com o passar do tempo a respeito da vinda dos ucranianos para o Brasil. O fato de o informante mencionar que entrou, naquele período, o comunismo na Ucrânia, mostra o quanto esse período simboliza tristeza para os ucranianos. Entretanto, é válido expor que o território ucraniano sofreu transformações significativas em todo o seu processo histórico, seja no sentido territorial, devido às invasões e disputas pelos limites geográficos, seja no sentido identitário e cultural.

Conforme a descrição que Ramos (2006) faz da história da Ucrânia, as diversas invasões sofridas e as retomadas de controle do seu território, percebemos que a Ucrânia oscilou entre uma nação bastante desenvolvida, servindo de exemplo a outros países, mas também passou pela miséria em determinadas épocas. O fato de possuir um solo característico pela fertilidade despertava a cobiça em outras nações e, aliado a outros, esse era um dos grandes motivos de sofrerem com as invasões. Essas invasões (pode-se imaginar que nunca eram pacíficas) causavam graves problemas para os ucranianos, seja no sentido material, seja no sentido cultural.

²³ Sob certo aspecto os lugares já estavam determinados. A maioria dos ucranianos foram encaminhados para a região Centro-Sul do Paraná, conforme mencionamos no início deste trabalho.

Quanto ao período do comunismo e seus condicionantes, o informante Alexandre relata, ainda, que seu avô teve que abandonar tudo e *vir embora* para o Brasil. Havia, de fato, a propaganda de que o Brasil recebia emigrantes e, frente àquela situação, o avô do informante conclui: “*vamo embora pro Brasil*” e foi o que fizeram. Merece destaque o fato de que, conforme citado no relato acima, seus familiares pediram permissão ao governo para deixar sua propriedade. Isso mostra a submissão de um povo acostumado com uma vida simples e sofrida.

Ainda, em relação ao sofrimento por que os emigrantes ucranianos passaram, cabe apontar para o relato de Alexandre, no qual afirma que, antes que entrara o comunismo, os ucranianos passavam por um período de *vida normal*, haja vista que “*tinha lavora, trabaiavam*”, ressaltando, assim, a íntima relação do povo ucraniano com o cultivo da terra. Cabe dizer, nesta parte, que em Itapará, a grande maioria das famílias sobrevivia e ainda hoje sobrevive do trabalho com a terra, principalmente, na época atual, com a cultura do fumo. Sobre as pressões que sofriam os ucranianos naquela época em seu país, convém apontar para a estreita relação que eles têm com a igreja. O fato de não poderem rezar quando quisessem foi um dos fatores determinantes para a busca de um novo lugar. Discutimos isso na terceira parte deste capítulo, quando falamos de fatores de conservação da língua e cultura ucranianas.

Outro dado significativo para nossa análise é a proibição do uso da língua ucraniana em lugares públicos. Nesse sentido, afirmamos que não é possível que alguém esqueça a sua língua e a deixe de falar de forma imediata e forçada, principalmente, porque, se partirmos da premissa de que a língua/linguagem é parte integrante do ser humano (DAMKE, 1992), não podemos nos livrar daquilo que faz parte do nosso próprio ser. Conforme esse autor, “a linguagem é parte integrante da pessoa humana. A língua/linguagem tem uma função prática imprescindível na vida do ser humano, seja no plano individual, seja no seu relacionamento

social” (DAMKE, 1992, p. 19). Com base nas palavras do autor, não se pode deixar automaticamente de usar a língua que faz parte de si, como se fosse num passe de mágica.

Ademais, no que diz respeito ao não uso da língua ucraniana e às proibições de se seguir as suas crenças religiosas e de praticar a sua religião, Alexandre relata que os fiscais rondavam as casas com vistas a saber o que os ucranianos estavam fazendo. Essa talvez seja uma das principais afrontas por que passaram os emigrantes antes de deixarem as suas terras, ou seja, a perda da liberdade serve como trampolim para que muitos tenham decidido procurar novos rumos.

Wachowicz (1995, p, 26) argumenta a respeito dos motivos da vinda dos emigrantes ucranianos para Brasil. Segundo ele, os fiscais comunistas tinham por objetivo “impedir o desenvolvimento cultural dos oprimidos, dificultando-lhes a educação e em consequência o discernimento e a capacidade de pensar, para mais facilmente se utilizarem dos seus trabalhos braçais” (WACHOWICZ, 1995, p. 26). A isso que menciona o autor, somam-se os relatos de nossos informantes, ou seja, os relatos versam no mesmo sentido: as possibilidades de sobrevivência na Ucrânia eram mínimas e isso motivava a saída daquele país. Por outro lado, havia interesse do governo brasileiro em povoar suas terras e o imigrante europeu era bem-vindo.

Com relação aos primeiros tempos dos imigrantes ucranianos no Brasil, apresentamos alguns relatos a seguir.

4.2 TEMA 2: OS PRIMEIROS TEMPOS DOS IMIGRANTES UCRANIANOS NO BRASIL

Apresentamos alguns relatos que versam, principalmente, sobre as dificuldades que os imigrantes ucranianos encontraram em terras brasileiras e, mais especificamente, na comunidade de Itapará. Expomos, na sequência, o relato de Leandra. Ela assinala que, quando

os imigrantes ucranianos chegaram ao Brasil, eles não conheciam nada e, por isso, sentiram bastante dificuldade na adaptação. Segundo Leandra,

[...] assim dizia a minha avó, né, a mãe do meu pai, quando eles chegaro pra cá pro Brasil, eles viero, eles viero de navio, né, não tinham conhecimento de nada, viero porque vieram fugitivos de lá, né, por causa da guerra, mas viero pra cá, né, daí, diz a minha avó que tavam na roça, daí começô, disse que viro o ronco do avião e começaram a se agarrar nos capim, né, porque tinham medo do que que era, né, daí até a minha avó começô gritar, ‘venham aqui porque isso vai ser fim do mundo’ (Leandra – 52 anos).

Atualmente, não é comum que alguém se assuste com o barulho de um avião, mas, naquela época, aquele ronco causou bastante desconforto e medo aos imigrantes, chegando ao ponto de imaginarem o fim do mundo e de agarrarem-se nos *capins* como forma de proteção. Além disso, percebemos no relato citado, a menção que é feita sobre a vinda dos imigrantes ucranianos como fugitivos. Leandra aponta, também, para o fato de que os primeiros imigrantes que se estabeleceram no distrito de Itapará, passaram uma temporada de aproximadamente três meses em Prudentópolis. Em relação às dificuldades, essa informante relata que os imigrantes não tinham o que calçar e nem o que vestir e, em decorrência disso, sofriam bastante, principalmente com baixas temperaturas que caracterizam a região Centro-Sul do estado do Paraná. Leandra continua seu relato sobre os primeiros tempos dos imigrantes ucranianos em Itapará:

[...] e também eles, assim, foram umas pessoas sofridas, né, porque aqui não tinha nada, eles vieram pra cá, depois ali em Prudentópolis, depois viero pra cá, eles não tinham nada, assim, terra não tinham, nem com o que produzir, mas eles sempre eram unidos, assim que as pessoas colaboravam, faziam as lavouras, eles ajudavam, um dia eles iam lá carpí pra aquele, outro dia pra aquele, aquela época eram as pessoas unidas, não que nem agora, fazem cada um pra si, né, então porque, não tinha esses negócios de briga, porque acho que as pessoas tinham mais união, elas mais se uniam mais, e como diz o meu pai, a gente não tinha o que calçá, não tinha o que vestí muito, daí pra vender as coisas, tinham que ir de carroça, muitas vezes não tinha o que comê, tinham aquela jorna, moíam o milho pra comê, porque muitas vezes não tinha o que, né, e outra coisa que antigamente, né, até o vestuário era diferente (Leandra – 52 anos).

Leandra menciona em seu relato as dificuldades que os primeiros imigrantes ucranianos tiveram quando chegaram a Itapará. Conforme a informante, a alimentação era à

base de milho moído num instrumento chamado *jorna*. Percebemos, *in loco*, que em muitas propriedades de Itapará ainda há, em funcionamento, essa máquina de moer milho. Outra questão significativa para nossa análise, é que existe, por parte da informante, um sentimento de nostalgia do passado, pois afirma que não havia brigas, que as pessoas eram mais unidas e todos se ajudavam. Cabe mencionar, ainda, que a união é uma das principais características do povo ucraniano. Sobre isso, ilustramos, por meio de uma imagem, como eram os mutirões²⁴ na comunidade de Itapará na década de 1960.²⁵



Imagem 9. Imigrantes e descendentes ucranianos de Itapará trabalhando na colheita do trigo na década de 1960. Fonte: Sebastião, um de nossos informantes.

A respeito dessa união do povo ucraniano em Itapará, o informante Alexandre relata que antigamente havia mais união entre as pessoas, que se ajudavam umas às outras.

²⁴ Conforme relatos de pessoas mais idosas entrevistadas e baseado em nossas próprias experiências de vida, como morador de uma comunidade vizinha de Itapará, os mutirões eram trabalhos comunitários realizados em equipe. Se havia na comunidade uma causa nobre, as pessoas se reuniam e trabalhavam juntos em prol daquela causa. Por exemplo, se havia um homem impossibilitado de colher sua safra por motivos de saúde, os outros homens se reuniam e faziam a colheita daquela safra. Se havia uma mulher impossibilitada de fazer os serviços domésticos, as outras mulheres se reuniam e faziam aquilo que estava por ser feito. Além disso, os mutirões eram organizados para a construção de bens comuns, como, por exemplo, igrejas, escolas, estradas.

²⁵ Não encontramos nenhuma imagem que fosse mais antiga a essa data para exemplificar o que vimos dizendo sobre a união dos moradores da comunidade de Itapará nos primeiros tempos da formação da comunidade.

Alexandre conta uma passagem que aconteceu com o seu sogro. Trata-se de um mutirão que fizeram para colher uma safra de trigo que havia sido plantada pelo sogro de Alexandre.

O meu sogro foi tirá tempo [...] tinha as criança pequena, daí ele tinha semeado trigo e ele falô po gerente lá [...] “você me dá licença pra eu ponhá gente pra cortá o trigo, porque o que que nós imo comê?” [...] [os vizinhos] foram cortaro e daí com uma semana, não sei quantos dias, enxugô aquele trigo [...] quando o meu sogro chegô do exército, daí foi e oiô no paió, trigo no paió, ele disse: “que beleza” o povo reconhecia que criança qué comê (Alexandre – 74 anos).

Por ocasião da ida ao exército, o sogro do informante não tinha como colher a safra de trigo e, como relatado, foram os vizinhos que colheram e guardaram no paiol²⁶ o trigo daquela safra. Havia uma preocupação com o bem-estar dos vizinhos e membros da comunidade.

Ainda, em relação aos primeiros tempos dos emigrantes ucranianos no Brasil, Frederico conta como eram as dificuldades por que passaram os ucranianos quando da sua chegada a Itapará: “o acesso, né, não tinham estradas, não tinham casa boa, né, tinham que tá fazendo barraco, cobertura das casas, partiam pinheiro e tudo, faziam aquelas cobertas e, se ajeitando, né” (Frederico – 38 anos). A falta de casas e estradas dificultava de forma significativa a vida dos primeiros imigrantes ucranianos de Itapará, haja vista que tiveram que construir suas moradias sem possuírem instrumentos adequados para tal. As estradas também foram abertas sem que fizessem o uso de máquinas. Conforme relatos, a maioria das estradas foram construídas pelos próprios imigrantes em troca de alimentação para a família nos primeiros tempos até que começassem a produzir os seus próprios alimentos. Os imigrantes entravam com a mão-de-obra e em contrapartida o poder público fornecia alimentos para as famílias.

Padre Aroldo menciona que os ucranianos, quando chegaram ao Brasil, eram assentados em povoados e que, muitas vezes, as famílias foram separadas. Um dos motivos era a vinda em navios diferentes, outro era que, quando da ocasião da chegada aos portos

²⁶ Galpão onde se guardam mantimentos e ferramentas. A maioria das propriedades rurais tem um paiol, geralmente ao lado da casa.

brasileiros, alguns imigrantes se perdiam de suas famílias. Além disso, alguns eram enviados para povoados diferentes pelos responsáveis pela organização e assentamento dos imigrantes em terras brasileiras. De acordo o referido informante,

essas pessoas ficavam em povoado, então chegava nos portos, o governo pegava, então assentava essas pessoa em lugares diferentes e, às vezes, elas até vinham em navios diferentes [...] moravam no Brasil sabendo que existem familiares, que existe irmãos, que existe, até, às vezes, o pai e mãe, mas se ta vivo ou se ta morto (Padre Aroldo – 29 anos).

Nesse relato, o informante menciona que alguns imigrantes ucranianos sofreram no Brasil porque se separaram de seus familiares.

Com relação aos primeiros passos dos imigrantes ucranianos no Brasil, mencionamos, também, o relato de Sebastião. Segundo esse informante, nos primeiros tempos os imigrantes não tinham nem com o que esquentar o almoço, mas, logo foram se adaptando àquela situação. Conforme ele,

[...] aí [os imigrantes] entraro nos mato, eles não tinham nem co que esquentá o armoço [...] eles fizero os barraco, aqui era cidade, mas daí tinha os brasileiro trabaiano, gente boa, né, e já se aligaro cos amigrantes, não se compreendiam, mas daí meio mostrando nos dedo, tinha aqueles pinhero arto que eu me lembro muito bem, derrubavam, traçavam, partiam, faziam tábua lascando, nada de serraria, eu sei, eu trabaiei nisso, eu sei, lascá tábua, tabuinha pra cobrí casa (Sebastião – 81 anos).

É válido mencionar o fato de que os imigrantes entraram *nos mato*, conforme o relato de Sebastião. De fato, a região ainda não havia sido explorada e os imigrantes começaram a derrubar árvores para construir as suas moradias. Merece destaque, também, no sentido de relatar as dificuldades, que os ucranianos não tinham condições apropriadas para preparar a própria alimentação e, como não falavam português, a comunicação era dificultada. Em vista disso, a comunicação com os brasileiros *gente boa* (conforme relato anterior) era por meio de gestos. No segundo capítulo deste trabalho mencionamos o que Burko (1963, p. 52) discorre sobre a comunicação dos imigrantes no Brasil. Ele afirma que os ucranianos desconheciam completamente a língua do nosso país.

Sobre a comunicação com os brasileiros nos primeiros tempos dos imigrantes ucranianos em Itapará, Leandra relata: “meus avós chegaram aqui era só ucraniano, ninguém sabia falar em português, depois eles foram convivendo com as outras pessoas e se aprendendo, mas não o correto, né” (Leandra – 52 anos). A informante relata que os imigrantes ucranianos tiveram dificuldades na comunicação porque ninguém sabia falar a língua portuguesa. Convém citar aqui aquilo que Fishman (1979, p. 57) afirma sobre a aprendizagem de línguas na fase adulta. Segundo ele,

o acesso a um repertório verbal amplo também está rigorosamente limitado, porque a maioria das variedades não aprendidas na infância só está disponível a aqueles que possam esforçar-se em consagrar muitos anos de paciente formal e aplicado estudo em sua aquisição (FISHMAN, 1979, p. 57).

De fato, aprender uma nova língua, no caso o português, não foi tarefa fácil para os primeiros imigrantes ucranianos que se estabeleceram em Itapará. Isso se deve ao fato de que, como se tratava de um grupo numeroso de imigrantes, cerca de trezentas famílias, que se instalaram em Itapará e que mantinham certa união, como apontam os relatos anteriores, para eles era mais *cômodo* permanecer com seus costumes e outros elementos culturais, inclusive a língua ucraniana. A esse respeito, Griffin (2005, p. 40) afirma que “quando um grupo de uma identidade cultural e linguística é muito numeroso, é difícil que queiram integrar-se ou que os queiram integrar outros”. Em posição contrária a esse raciocínio de Griffin, Mello (1999, p. 34) argumenta que o bilinguismo é rápido e inevitável quando um grupo migra para uma comunidade na qual a língua usada é diferente da sua. A autora diz:

São comuns as migrações por razões sociais, religiosas e econômicas. Esse tipo de migração rapidamente leva ao bilinguismo, pois a língua de origem continua sendo usada entre familiares e aqueles que compartilham as mesmas raízes, enquanto a língua da comunidade local é adquirida para uso nas demais interações (MELLO, 1999, p. 34).

Entra em cena a questão dos domínios linguísticos (FISHMAN, 1979), isto é, no domínio da casa prevalece o uso de uma língua e nas relações sociais na comunidade, a língua é outra (no Brasil a língua oficial portuguesa prevalece nesse domínio social). Se os membros

de determinada comunidade não mantêm muitas relações com outros membros de comunidades diferentes, há a tendência de os membros dessa comunidade preservar os seus elementos culturais, entre eles a língua materna étnica. Sobre isso, Heye e Vandresen (2006, p. 394) apontam que “o isolamento de comunidades rurais em ilhas linguísticas favorece o monolinguismo infantil em LM [Língua minoritária]”. Voltamos a discutir a esse respeito com mais profundidade nas análises do quinto tema neste capítulo.

Sobre as questões relacionadas ao uso da língua portuguesa e ucraniana, o Padre Aroldo comenta que os imigrantes ucranianos registraram seus filhos no Brasil, porém, devido ao seu sotaque, os sobrenomes dos filhos eram escritos diferentes um do outro. Segundo o relato do Padre Aroldo,

você vê pessoas da mesma família hoje com sobrenomes, irmãos, tudo diferentes um do outro, dizia uma coisa e se escrevia outra, né, pelo sotaque e tudo, então você vê nos cartórios, famílias, mesma família e se escreve diferentes, e, às vezes, igual e dizem hoje que não são parentes (Padre Aroldo – 29 anos).

Por meio das palavras desse informante, percebemos como eram grandes as dificuldades dos imigrantes ucranianos em relação à comunicação no Brasil com as pessoas que não sabiam a língua ucraniana.

Com relação às construções das casas em Itapará pelos primeiros imigrantes ucranianos, como vimos falando das dificuldades nos primeiros tempos, compete-nos dizer que as casas eram construídas seguindo modelos parecidos aos das casas na Ucrânia. Deve-se ressaltar, nesta parte, que, conforme anunciado anteriormente, os imigrantes não tinham ferramentas apropriadas para o trabalho de carpintaria e, por isso, as primeiras casas eram mais simples, com pouco detalhe. Nas décadas seguintes à instalação dos ucranianos em Itapará e já com instrumentos adequados, a arquitetura das casas ganhou em riqueza de detalhes. A seguir, ilustramos nosso trabalho expondo uma imagem de uma casa com modelo idêntico aos modelos das casas na Ucrânia.



Imagem 10. Casa de Itapará com modelo idêntico às casas na Ucrânia. Fonte: Acervo do Autor.

Ademais, a respeito das dificuldades que sofreram os imigrantes ucranianos em Itapará, Sebasto relata que não havia escola na comunidade e que, para estudar, as crianças tinham que ir a p mais de três quilmetros, até chegarem  escola mais próxima.

Eu comecei and pra a escola em 1937, sabe, aqui não existia colégio das Irmãs, não tinha escola, daí veio uma [professora] l de Prudentópolis, então, sabe, eu quando conto ninguém acredita que eu três quilmetros andava a p pra a escola e descaro, geada via branca que levantava, não se tinha recurso, era pobreza nos começo era, Deus o livre (Sebasto – 81 anos).

Conforme relato de Sebasto, os recursos dos imigrantes eram mínimos e não podiam se *dar o luxo*, na época, de comprar roupas e calçados para se protegerem do frio. Tinham, literalmente, que *pisar na geada*. Ressaltamos, novamente, que a região Centro-Sul do estado do Paraná é uma das regiões mais frias do Brasil.

Wouk (1981, p. 25) contribui com a discussão a respeito das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes ucranianos em terras brasileiras. Segundo ele,

imensas e ásperas foram as dificuldades com que depararam os primeiros imigrantes. Sem assistência efetiva dos poderes públicos, desconhecendo a língua do país, sem meios de transporte, sem estradas, sem ferramentas, desprovidos de recursos, desbravavam regiões incultas, arrotearam terras e fundaram cidades. Não podiam sequer pedir o apoio de seus cônsules e embaixadores, pois não os tinham – filhos de uma grande nação, mas sem governo próprio (WOUK, 1981, p. 25).

Com base nas palavras do autor, percebemos que as dificuldades aqui encontradas foram grandes. O governo brasileiro não oferecia condições básicas para os imigrantes ucranianos. Ademais, a região onde se instalou a maior parte dos ucranianos no Paraná é uma região com relevo bastante acentuado o que dificultava ainda mais o traslado e a produção de seus próprios alimentos. Além disso, os ucranianos não podiam contar com o apoio de autoridades ucranianas, haja vista que, à época, conforme Wouk (1981, p. 25) na citação anterior, a Ucrânia estava sob o domínio do império Austro-Húngaro.

Adiante, apresentamos a continuação do relato de Sebastião, um dos nossos informantes. As dificuldades dizem respeito ao fato de não poderem vender a produção agrícola e ao acesso à cidade de Irati. A viagem até a cidade era feita de carroça ou a cavalo e se demorava de dois a três dias. Tinham que parar no meio do caminho para que os animais descansassem. Não havia conforto durante a viagem e, às vezes, perdiam a viagem por não acharem compradores para seus mantimentos. De acordo com Sebastião,

naquela época, sabe, era, era triste vida, plantavam mio, não tinha pra quem vendê, plantavam fíjon também, Irati era, era bem aqui na frente do Banco do Brasil, era atoladô véio que carrocinha, cansei de i de carrocinha, cansei de i a cavalo, não tinha estrada, sabe, então minha mãe, falecida, tinha quatorze ganso e despenava os quatorze ganso [...] ele [o comprador de penas] vinha pegava aquela pena e comprava fazendinha pra nós pras roupa, trazia um pouco de dinheirinho e moinho aqui também não tinha então tinha aquela jorna, sabe, que nós temo até agora, se for preciso, mostro ali, moía, moía, pra fazer pão pra nós comê, quem se criou na pobreza é ieu, né (Sebastião – 81 anos).

Segundo o relato acima, uma das fontes de renda da família era os catorze gansos. Conforme relato, a mãe do informante depenava os gansos e trocava aquelas penas por pedaços de tecidos que seriam usados para a confecção de roupas. Outra dificuldade relatada é que os moradores de Itapará não tinham moinho para moer o milho para fazer pão e a ida para a cidade de Irati era bastante difícil, conforme relatado anteriormente. Eles dispunham e ainda dispõem da *jorna* para a moagem do milho. Além disso, em relação às dificuldades por que passaram os imigrantes ucranianos em Itapará, cabe retomar a parte final do relato de

Sebastião. Nessa parte, o informante diz: “*quem se criô na pobreza é ieu, nê*”, demonstrando que ele, efetivamente, passou por muitas dificuldades.

Baseados nos relatos que compõem o *corpus* desta pesquisa, é fácil percebermos que os emigrantes eram pessoas passíveis de serem enganadas. E isso, de fato, ocorreu, conforme o relato de Valéria.

Quando eles [os imigrantes] tavam vindo pra cá, falaram pra eles que era um país subtropical, primeira coisa que eles fizeram foi jogar no mar as cobertas deles, chegaram aqui, frio, não tinha estradas, tinham que fazer tudo com a mão, com o braço, casa não tinha, eles construam de palha, né, fizeram as cobertas, foi muito difícil, pra ir pra Irati levava dois, três dias de carroça, não tinha estrada, não tinha ônibus, carro, nada (Valéria – 28 anos).

O relato acima ressalta as dificuldades dos primeiros imigrantes ucranianos em relação ao transporte quando chegaram a Itapará. Não havia meios de transportes e nem estradas que davam acesso à cidade de Irati. A informante relata que os ucranianos jogaram as suas cobertas no mar porque a eles foi informado que o Brasil era um país subtropical onde fazia muito calor. Ao chegarem à região de Irati, o frio era constante e isso aumentava as dificuldades, haja vista que não possuíam mais suas cobertas e roupas de frio.

Ao analisarmos o relato citado, pareceria cômico se não fosse *verdade*²⁷, mas, de fato, são vários os relatos que mostram o quanto eram enganados os emigrantes a respeito das condições de vida no Brasil. Devemos chamar a atenção para a pouca idade de Valéria. Fazemos isso porque a informante faz seu relato baseada nas histórias que foram contados pelos seus antepassados. Ela não viveu na época da imigração ucraniana para a comunidade de Itapará. São relatadas, desse modo, as memórias que são passadas de geração para geração.

Conforme alguns relatos, o trabalho nunca *assustou* o povo ucraniano, conhecido por seu espírito trabalhador, mesmo que as adversidades, muitas vezes, os acompanhassem. A respeito de ser o povo ucraniano muito trabalhador, citamos, como exemplo, dois relatos de Sebastião. Ele, com 81 anos de idade, contou-nos que vai à roça todos os dias.

²⁷ Destacamos esse termo porque, como anunciado anteriormente, estamos discutindo relatos que versam sobre memórias e não sobre verdades.

[...] mas tudo dia, amanhã, se Deus quisé, quebrá mio, porque nós temo roça, sabe, eu tenho chakra, doze arquere e por em roda, é tudo pertinho, óia esse rio aqui é divisa com Prudentópolis, [...] ali passa a ponte e já é Prudentópolis e minha chakra é ali (Sebastião – 81 anos).

Percebemos que antes de fazermos a entrevista com Sebastião, ele estava dando de comer aos animais e se mostrava, aos 81 anos, bastante disposto e ágil naquela atividade. Essa característica de ser o povo ucraniano bastante trabalhador é passada de geração para geração. Os pais ensinam seus filhos, desde muito novos, a trabalharem na roça e a fazerem os serviços domésticos. A esse respeito, Sebastião afirma, no relato a seguir, que sua filha, a mais nova, desde criança trabalhou na roça e que isso não causou a ela nenhum dano.

[...] ói essa minha fia que tá aqui, ia pro Rio do Couro, na escola e depois de meio dia, enxadinha e ia carpí e tá uma muiézinha forte [...] casada, tá bem de vida e trabaia até o dia de hoje e o que que aconteceu? (Sebastião – 81 anos).

Notamos, no relato acima, que, além de o trabalho, na concepção de Sebastião, não causar nenhum dano à saúde dos filhos, ele é visto como um elemento positivo na formação das pessoas. Uma moça *trabalhadeira*, principalmente nas comunidades rurais, é argumento positivo para *arrumar casamento* e ser bem quista na comunidade. Ainda sobre essa característica de trabalhador que é peculiar ao povo ucraniano, expomos um relato de Alexandre. Ele nos conta que sabe fazer os serviços domésticos e que “graças a Deus, se for pra cozinhá um galo ali no fogão, eu cozinho, eu aprendi” (Alexandre – 74 anos). Além disso, quando perguntado se trabalha na roça, a resposta foi: “lido, tenho duas égua trabaio e tenho os porquinho, tenho umas galinha, eu trabaio” (Alexandre – 74 anos). Alexandre, com seus 74 anos, não somente trabalha na roça como também sabe e, se for preciso, faz os serviços domésticos. A análise dos relatos de Alexandre, somados aos relatos de Sebastião, nos mostra que são relatos nos quais se percebe um sentimento de valorização ao trabalho e de luta constante para conseguirem melhores condições de vida. No Brasil, ao contrário de que acontecia na Ucrânia no tempo da imigração, os ucranianos sempre tiveram muito

trabalho, inicialmente para se estabelecerem dignamente e depois para construírem suas famílias e a elas darem condições melhores de alimentação e conforto.

Apresentadas algumas considerações sobre o espírito trabalhador dos descendentes ucranianos, é salutar que mencionemos que, por mais difícil que tenha sido a vida na Ucrânia, que tenham passado por dificuldades durante a viagem ao Brasil e que tenham sofrido nos primeiros tempos em nosso país, os emigrantes se esforçaram e souberam lidar com as situações adversas, confirmadas essas considerações com os relatos dos informantes. A esse respeito, Wouk (1981, p. 25) menciona que os primeiros imigrantes ucranianos que vieram à nossa região

aos poucos, porém, e à custa de ingentes sacrifícios, após lances dramáticos, formaram comunidades, construíram igrejas e escolas, dando o seu quinhão para o desenvolvimento desta parte do Brasil, que eles amavam como a sua segunda pátria, a de seus filhos e netos (WOUK, 1981, p. 25).

Baseados nos relatos dos informantes, considerados, aqui, como memórias, apontamos que há certa homogeneidade nos discursos, ou seja, os informantes comungam das mesmas memórias no que concerne à vinda e estabelecimento dos imigrantes ucranianos em nosso país. Cada um conta à sua maneira e os fatos são diferentes, porém, as percepções que eles têm sobre o processo de imigração é parecido. Alguns relatos dizem respeito à omissão por parte dos primeiros imigrantes ucranianos de fatos que ocorreram sobre a vinda para o Brasil. As dificuldades encontradas no processo de imigração não era um tema tão comum e dificilmente fazia parte das discussões em família. Sobre isso, apresentamos um relato do Padre Aroldo. Segundo ele, “isso não foi passado muito pra eles [os pais], isso até a gente não conversava em casa” (Padre Aroldo – 29 anos). De fato, a conversa sobre os motivos da vinda dos ucranianos para o Brasil, as dificuldades por que passaram os imigrantes na viagem e no estabelecimento em terras brasileiras parecia não fazer bem aos mais velhos. Isso era tido como um tabu. Diante disso, podemos ratificar aquilo que dissemos anteriormente sobre a saída dos ucranianos de seu país de origem com a vontade de construção de uma nova

identidade: serem brasileiros. Ratificamos, também, que o pensamento vigente à época era de não mais voltar àquele lugar onde imperava o sofrimento.

Na sequência, discutimos o próximo tema que compõe esta análise. Trata-se do terceiro tema e ele diz respeito aos fatores de conservação da língua e cultura ucranianas.

4.3 TEMA 3: FATORES DE CONSERVAÇÃO DA LÍNGUA E CULTURA UCRANIANAS

A conservação de elementos culturais, entre eles a língua, é uma das características dos povos que emigraram, principalmente de países europeus, para o Brasil. São comunidades brasileiras de alemães, poloneses, italianos, ucranianos, entre outros, que conservaram e conservam os modos de ser e fazer dos primeiros imigrantes e que foram passados de geração para geração. Com relação aos fatores de conservação da língua e cultura ucranianas na comunidade de Itapará, é preciso que se diga que a igreja assume papel relevante nesse processo. No segundo capítulo deste trabalho apresentamos aquilo que Trindade e Andrezza (2001, p. 55) afirmam sobre a conservação da cultura ucraniana quando da sua chegada ao Brasil. Segundo essas autoras, os ucranianos se instalaram em lugares onde não havia escolas públicas e a conservação das tradições ucranianas era responsabilidade de cada núcleo étnico. Frente a isso, entre outros fatores, casar entre ucranianos facilitava a preservação da sua cultura. Alguns relatos mostram que um dos principais motivos para a perda de elementos culturais ucranianos é o casamento interétnico.

Em relação à preservação de elementos culturais trazidos por imigrantes, Fishman (1979, p. 48), contribui com essa temática sublinhando que, se os imigrantes “se casam somente entre si, se seguem apegados os seus costumes originários e se continuam valorizando somente a companhia mútua, com o passar do tempo podem aparecer como uma sociedade marginal, com uns fins, crenças e tradições próprias” (FISHMAN, 1979, p. 48).

Com base nas palavras do autor, as comunidades que permanecem por muito tempo sem que haja casamentos interétnicos caracterizam um fator facilitador para que os elementos culturais originários sejam preservados e, em decorrência disso, podem se tornar comunidades marginais.

A respeito da conservação dos elementos culturais ucranianos, a informante Valéria relata o seguinte:

em Itapará numa época tinha dança ucraniana, grupo folclórico, teatro em ucraniano, hoje em dia não tem mais isso [...] eu gosto de preservá, até esse ano eu tava pensando, a gente tem o grupo de jovens e eu trabalho com a catequese, só que tá faltando, assim, um pouquinho de animação, incentivo também, é que a gente não tem recursos aqui, pra fazê um grupo folclórico com adolescentes e crianças, principalmente, mas tudo tem um custo, né, e daí como a comunidade é pobre, tá difícil de se realizar (Valéria – 28 anos).

Notamos que a informante relata de modo a valorizar a preservação de algumas manifestações artísticas que antes havia na comunidade. Pareceu-nos que ela falava com certa nostalgia do tempo em que havia *dança ucraniana, grupo folclórico, teatro em ucraniano* e que tudo isso se acabou. Percebemos, também, que há por parte da informante, conforme seu relato, vontade de realizar alguma coisa para fazer ressurgir aquilo que se perdeu com o passar do tempo, porém, falta-lhe incentivo principalmente financeiro. A informante Leandra relata que muitas coisas já se perderam com o passar do tempo e que “se alguém não vim e cultivá, aqui já se perdeu e muito, muito” (Leandra – 52 anos). Devemos dizer que esse “alguém” que poderá ir à comunidade de Itapará diz respeito às políticas de incentivo à valorização e conservação das tradições ucranianas na comunidade, conforme discutimos no quinto tema desta análise.

Ainda sobre a preservação de alguns ritos em dias festivos, Leandra relata que os descendentes ucranianos de Itapará

no Natal tem costume de andá nas casas, sabe, cantando cânticos de natal, em ucraniano, e também tem a santa tarde, que nós chamamo de [nome em ucraniano] que também é feito os prato típico, que é no dia antes do Natal, daí [na hora de comer] como o pai é o chefe da família, ele que começa as orações, daí cumprimenta com saudação que é de Natal e antigamente

também se fazia cruz de palha de trigo, né, agora não tem mais, daí eles colocavam nas porta, aquela cruz, pregavam na porta pra, como diz, ter mais comida o ano que vem, né, e também sempre esperavam pra jantar quando nascia a primeira estrela, só não sei contá o significado disso, mas eu sei que meu pai nunca deixava nós jantá antes daquela estrela nascer, tem um significado, acho que por causa que a estrela conduziu os reis magos, né (Leandra – 52 anos).

Os rituais seguem uma tradição que foi passada de geração para geração. Alguns significados desses rituais parecem não ter tanta importância, haja vista que alguns foram esquecidos. Contudo, para os descendentes ucranianos, mais importante que saber o significado é preservar esses rituais. Percebemos que o *homem da casa* é o responsável pela condução de todo o ritual. Além disso, esse costume é mantido tendo como grande impulsionador a fé que os descendentes ucranianos têm em relação à boa colheita da safra e, por conseguinte, à suficiente alimentação durante o ano que se aproxima.

Ainda pertinente a essa tradição repassada entre gerações, Frederico menciona que “se não vim uma educação de casa, pra nós preservá, então daí não funciona”. Sua fala demonstra a importância de vivenciar o aprendizado dos costumes ucranianos no cotidiano do contexto familiar, a fim de preservar as raízes culturais dessa etnia e mantê-las conservadas. O domínio familiar assume papel de destaque na preservação da cultura ucraniana em Itapará. No entanto, Frederico considera que grande parte dessas tradições já se perdeu devido ao fato de alguns não praticarem os preceitos ucranianos, quando diz “eu acho que bastante [...] se o pessoal não conversá em ucraniano, daí vão acabá esquecendo e devagar vai se terminando” (Frederico – 38 anos). Esse *término* da cultura ucraniana nos pareceu que não é o que o informante Frederico espera.

Apesar desse possível *declínio* de usos e costumes da etnia ucraniana descrito por Frederico, o mesmo informante relata outro elemento cultural ucraniano que ainda é preservado em Itapará e está relacionado aos costumes da páscoa: “a paska que nós dizemo, é aquele pão doce, a paska benzida, né [...] os [costumes] de páscoa nós preservamo quase que tudo, eu acho importante, né, e isso a gente vai tentá, vai passá pros filhos, né” (Frederico –

38 anos). Destaca-se, nesse fragmento, o anseio do informante em *tentar* manter esta tradição pascal ensinando-a a seus filhos, fazendo com que seja retomada a discussão acerca da preservação de costumes entre gerações. Sobre isso, Damke (2008), fazendo referência a Borstel (2003), assinala que as comunidades de imigrantes passam, atualmente, por um processo de perda linguística e cultural, haja vista que nessas comunidades são poucas as pessoas que falam a língua materna herdada dos imigrantes e são poucas as que preservam os elementos culturais. A respeito dessa temática, Vandresen (2008, p. 42) tece considerações sobre a manutenção da língua e cultura alemãs no sul do Brasil. Trata-se de um estudo comparativo entre duas comunidades da região de Pelotas/RS. O referido estudo investiga atitudes e usos do dialeto pomerano e da língua portuguesa, dando especial atenção às redes de comunicação. Segundo o autor, “a manutenção do dialeto pomerano nas duas comunidades está ligada, particularmente, ao seu uso com os pais no ambiente familiar” (VANDRESEN, 2008, p. 42). Devemos fazer referência ao resultado a que chega o autor no referido estudo, pois, a conservação da língua e cultura alemãs, assim como a conservação da língua e cultura ucranianas estão relacionadas ao ambiente familiar, como apontamos anteriormente.

Ainda no concernente à preservação de elementos culturais, Ambrósio, um de nossos informantes, relata que em Itapará

tem a Santa tarde, a Santa Ceia, a Santa tarde dia vinte e quatro, à noite, né, [...] disse que tem que ter o trigo em primeiro lugar, nós dizemos kutiá, em ucraniano [...] disse que quando comiam não lavavam a loja, disse que não era pra lavá a loja, e disse que tinha um jeito que jogavam no forro pra vê se grudava ou caía, tinha sistema antigo, eu andei cantando nas casas, todo ano andamo, só o ano passado que não fui, que dei uma falhada [...] nós cantamos, os cantos são fáceis, tem no folheto [...] eu desde que eu peguei a minha fita de jovem, a fitinha, então eu andei, só no ano passado que dei uma falhada. Eu tenho os meus costumes, é bom, eu acho (Ambrósio – 24 anos).

No relato acima, percebemos que Ambrósio vê com bons olhos o fato de participar do grupo que anda pelas casas cantando os cantos em ucraniano. Ter dado uma *falhada no ano passado*, parece ter sido algo que lhe fez falta. Segundo seu relato, ele gosta de preservar os

costumes. Destacamos, a seguir, o relato de Leandra sobre a conservação dos elementos culturais ucranianos em Itapará. Perguntamos a ela qual seria a melhor forma de preservar esses elementos culturais e ela acenou que

eu acho que fazendo, por exemplo, uma ceia de Natal juntos, né, ou essas tradições de Páscoa, né, semana santa, sábado de aleluia, daí também o pároco costuma vim no cemitério rezá as orações em ucraniano, eu acho que seria, se reunirem em grupo, né, trabalhá mais em cima do grupo folclórico, né, os canto de igreja, não só de igreja, mas têm os outros cantos que cantam né, no casamento, que nem antigamente no lugar de bolo faziam pão salgado, né, que chamavam de [nome em ucraniano], então isso, na verdade, que a minha religião, no ano passado, teve um casamento e já começou a voltá essas tradições, já fizeram [nome em ucraniano], também cantaram mais cantigas assim de ucraniano (Leandra – 52 anos).

O relato anterior anuncia que alguns elementos culturais estão voltando a fazer parte de alguns rituais ucranianos. É o caso do casamento típico ucraniano. Além disso, percebemos que Leandra se mostra bastante interessada em que se incentive a conservação das tradições ucranianas na comunidade de Itapará.

Na sequência, apresentamos outro relato de Valéria a respeito da conservação dos elementos culturais. Ela afirma que

o grupo folclórico, hailka, que é uma dança em homenagem aos deuses, fazem na semana da Páscoa, deveria de continuar, e no Natal continua, a ceia de Natal no dia vinte e quatro, na véspera de Natal não se come carne, só se come peixe, faz-se pierogue, sopa, tem que ter beterraba, trigo (Valéria – 28 anos).

No relato acima, Valéria conta que em Itapará ainda são preservados alguns costumes. A maioria desses costumes, como podemos observar, está relacionada à igreja. São as festas natalinas e pascais, as danças em homenagem aos deuses, as comidas típicas e com rituais históricos, ingredientes que devem e outros que não podem ser consumidos. Segundo Valéria, na comunidade de Itapará “na igreja e a religião é a parte que tá mais conservada, mais preservada” (Valéria – 28 anos). Ou seja, a igreja assume papel relevante para a conservação da língua e cultura ucranianas.

Em Itapará, percebemos, por meio das observações e das entrevistas com os informantes, que os descendentes ucranianos se posicionam favoráveis à preservação de

elementos culturais trazidos pelos imigrantes. Contudo, não são muitas as iniciativas *concretas* em favor da referida conservação. De maneira quase que homogênea, os informantes relataram que acham importante que sejam preservadas algumas *tradições* na comunidade. Sobre a preservação da língua ucraniana, Heye e Vandresen (2006, p. 394) afirmam que “com o passar dos anos diminui a frequência e a duração no uso da LM [língua minoritária], até que ela não mais é adquirida pelas novas gerações e é esquecida por muitos que a falaram na infância” (HEYE & VANDRESEN, 2006, p. 394). Com relação a essa discussão, damos mais atenção nas análises do quinto tema, neste capítulo.

Como ensejo para a próxima parte da discussão, apresentamos o relato de Carolina. Nele fica claro que a preservação de elementos culturais ucranianos, entre eles a língua ucraniana, depende sobremaneira da relação que esses elementos têm com a igreja. Segundo a informante, na catequese “então a gente trabalha aos sábados, e daí além do que a gente trabalha ali, que faz parte da catequese, a gente repassa um pouquinho assim pra eles, pra falá, cantá ucraniano” (Carolina – 55 anos). De fato, na catequese, os alunos aprendem um pouco da língua ucraniana, principalmente no tocante às rezas e cantos ucranianos. Em uma de nossas observações em Itapará, percebemos *in loco* que a Irmã/professora que ministrava a aula de catequese ensina a língua ucraniana aos seus alunos. Segundo ela, às vezes, a metade da aula é feita em língua portuguesa e a outra metade é feita em língua ucraniana. É salutar que nas aulas de catequese seja ensinada a língua ucraniana aos alunos, isso ajuda na conservação da língua e cultura ucranianas, porém, tal fato vai de encontro ao que rezam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Segundo eles, o ensino de línguas estrangeiras “é função da escola, e é lá que deve ocorrer” (BRASIL, 1998, p. 19). Nesse caso, não seria responsabilidade da professora de catequese ensinar a língua ucraniana aos seus alunos. Voltamos a essa discussão na análise do quinto tema deste estudo.

Ainda sobre conservação da língua e cultura ucranianas, apresentamos o relato de Mário Iatskiv – Guarapuava: Segundo ele,

a cultura ucraniana jamais se acabará enquanto houver pessoas que conservem e preservem este presente que não pode ser esquecido, que não pode ser roubado, faz parte de nós, está dentro de nós, esse espírito, essa etnia eslava, que nós, com tanto orgulho e com tanto amor, tentamos preservar aqui nessa terra tão longe da Ucrânia, mas ao mesmo tão perto (MADE IN UCRÂNIA, 2006).

Percebemos que o relato acima versa no sentido de valorização e conservação dos elementos culturais ucranianos. Pelas palavras do informante (no documentário citado) há uma certeza de que *jamais* se acabará a cultura ucraniana no Brasil, mesmo que tão distante geograficamente da Ucrânia.

4.3.1 A importância da igreja para os imigrantes ucranianos e para a conservação da língua e cultura ucranianas

Historicamente, os ucranianos são conhecidos pela sua espiritualidade e o culto à divindade. Um dos motivos que favoreceu a saída dos emigrantes ucranianos de seu país foi o fato de não poderem mais rezar livremente e em língua ucraniana. Demos atenção a isso na ocasião da análise do primeiro tema neste capítulo quando falamos dos relatos sobre a vinda dos ucranianos para o Brasil. Em Itapará as atividades culturais ucranianas estão relacionadas com a igreja da comunidade e com a fé que cada um cultiva diariamente. As celebrações eucarísticas são rezadas em ucraniano e, algumas partes, em português. Em ocasiões especiais, só a homilia é feita em português, todo o restante é rezado em língua ucraniana. Isso não se restringe somente à missa. Os rituais de velórios, de casamentos, de batizados, entre outros, são rezados em língua ucraniana. A esse respeito, citamos o relato do Padre Aroldo, responsável pelas celebrações em Itapará. Ele diz que

as missas são rezadas em ucraniano [...] a homilia tem que falar em português, mesmo o evangelho a gente faz a maioria das vezes em português, só quando é mais festiva, assim, que é toda cantada e tudo, assim,

daí a gente faz em ucraniano, né, mas mesmo assim a homilia eu faço em português (Padre Aroldo – 29 anos).

O padre pontua as partes da missa que são rezadas em ucraniano e a parte que é rezada em português. Quando ele diz que *tem* que falar em português, é para que todos entendam o que está sendo dito, haja vista que não são todas as pessoas da comunidade que sabem a língua ucraniana. Devemos fazer menção, nesta parte, ao trabalho realizado por Mezavila (2007, 2008) sobre os ucranianos em Cascavel/PR. A autora aponta para a estreita ligação que os ucranianos têm com a igreja. Segundo a referida autora,

a existência da língua ucraniana, apesar de tantas adversidades, é marcada pela existência da igreja. Ou seja, a manutenção e a preservação da língua está relacionada à fidelidade religiosa mantida pelos padres, Irmãos e demais membros da igreja, desde as origens na Ucrânia (MEZAVILA, 2007, p. 131).

Na mesma linha de raciocínio, a autora diz que a igreja é tão influente que “atua nas famílias, na educação dos filhos, na escola, e proporciona uma liturgia bilíngue” (MEZAVILA, 2007, p. 131). Essas conclusões de Mezavila (2007, 2008) sobre os ucranianos em Cascavel/PR vale para a comunidade ucraniana de Itapará, sob análise neste trabalho.

Sobre essa relação do povo ucraniano com a igreja, expomos alguns relatos de nossos informantes. A informante Leandra menciona que gosta de rezar para as almas para pedir ajuda. Segundo ela, “eu quando vou pra Irati, primeira coisa que eu visito é o cemitério, porque eu gosto ir pedir ajuda pras almas” (Leandra – 52 anos). A informante relata que segue um ritual ao chegar à cidade de Irati, ou seja, a primeira coisa que faz é ir ao cemitério para rezar. Esse fato nos chamou bastante atenção, porque ir com tanta frequência a um cemitério não é uma prática tão comum. Por sua vez, o relato de Valéria é significativo para a nossa análise porque mostra o quanto é importante para os ucranianos dedicar-se, ao menos um dia da semana para as orações em grupo. Segundo Valéria, “aqui de Itapará os ucranianos [...] no domingo é sagrado, uma novena, um terço, sempre tem uma celebração” (Valéria – 28 anos). Observamos *in loco* que a maioria das famílias só não vai à igreja no domingo se estiver

passando por algum problema bastante grave, principalmente de saúde. Eles se reúnem para rezar cultos, novenas, terços, fazem via-sacra e demonstram que aqueles momentos de oração são importantes para a vida espiritual. Isso também foi relatado pela maioria dos informantes.

A crença nos Santos também é uma característica que marca sobremaneira os costumes e a fé dos descendentes ucranianos de Itapará. Sobre isso, mencionamos que é comum encontrarmos pregadas nas paredes das casas dos moradores de Itapará *folhinhas* com a imagem de Santos. Além das *folhinhas*, estatuetas com imagens de Santos também são encontradas nas casas dos moradores de Itapará. A santa que mais ganha destaque é a padroeira da comunidade, a saber, Assunção de Nossa Senhora.

Outro relato de Valéria expõe a relação entre a igreja e conservação da língua ucraniana. Segundo ela, “até agora as pessoas rezam só em ucraniano, os costumes, o rito continua tudo igual, algumas coisas que mudaram, mais é pouca coisa” (Valéria – 28 anos). As rezas continuam sendo feitas em língua ucraniana, como mencionamos anteriormente. Interrogamos os informantes com vistas a saber se as orações individuais são feitas em língua ucraniana ou em língua portuguesa. As respostas foram unânimes: todos os informantes rezam individualmente em língua ucraniana. Inclusive os informantes Ambrósio e Anastásia que afirmaram terem aprendido como língua materna a língua portuguesa responderam que rezam em ucraniano. Isso demonstra uma atitude positiva em relação ao uso da língua ucraniana. Discutimos os aspectos que dizem respeito às atitudes dos informantes no próximo tema.

Esses são alguns relatos que mostram o quanto a religião é importante na vida dos informantes e, de modo geral, na vida dos descendentes ucranianos que moram na comunidade de Itapará. Ao perguntarmos para Leandra, se ela tem vontade de sair da comunidade para morar em outro lugar, ela afirma que “de jeito nenhum” (Leandra – 52 anos), e quando perguntamos se isso é por algum motivo especial, ela relata que

primeira coisa, igreja, né, aqui a gente mora perto da igreja e também aqui é a comunidade natural minha, né, acostumada aqui, meus pais moraram aqui,

meus avós, né, então não tem, e daí a gente se dá bem com todo mundo aqui, né (Leandra – 52 anos).

Verificamos que morar *perto da igreja* é um fator significativo na vida de Leandra, conforme relato. Ela não quer sair da comunidade e entre os motivos elencados para isso, a facilidade em frequentar a igreja, pela sua proximidade, é o principal deles. Sobre querer sair ou não de sua comunidade, Alvar (1996, p. 21) menciona que “é certo que uns preferirão viver no gueto e outros caminhar mundo afora; todos têm os mesmos direitos e merecem os mesmos respeitos” (ALVAR, 1996, p. 21). É relevante isso que o autor menciona, principalmente porque devemos respeitar as pessoas que querem continuar no mesmo espaço em que vivem, como é o caso da informante Leandra, a qual nem tem vontade de sair de Itapará.

Com relação à importância da igreja para os moradores de Itapará, a informante Carmelita diz que “a igreja é tudo pra nós, Deus o livre se não tivesse essa igreja, a vida não tem graça sem a reza, nós aqui tudo tem que tê a igreja no meio” (Carmelita – 68 anos). De fato, pelas palavras da informante e pelo que observamos *in loco*, a igreja é muito importante para os membros da comunidade ucraniana de Itapará. O informante Frederico corrobora com essa discussão afirmando que “nossa igreja é a nossa referência, sem a igreja o povo perde o rumo” (Frederico – 38 anos).

Ainda no intuito de verificarmos a importância da igreja para os moradores da comunidade de Itapará, perguntamos ao Padre Aroldo o que aconteceria se a referida igreja deixasse de *existir* na comunidade.²⁸ O relato que apresentamos a seguir é a resposta dada pelo Padre Aroldo. “Não tem nem como pensá, né, porque a referência de tudo é a igreja ainda [...] eu acho que como eles têm, tinham sempre a igreja a referência deles, eles vão ficar sem rumo”. Esse relato expressa de maneira bastante significativa como a igreja assume um papel de destaque, senão o principal na vida dos moradores da comunidade de Itapará. Na

²⁸ Obviamente, a suposição que fizemos se trata de uma hipótese *inimaginável* por parte dos moradores de Itapará. Os relatos do Padre Aroldo e da Irmã Carolina são bastante esclarecedores sobre isso que supusemos.

continuação do relato, o Padre Aroldo assinala algumas alternativas que, possivelmente, os membros da comunidade encontrariam para suprir a falta da igreja.

Eu acho que eles mudariam de, antes eles mudariam de lugar ali, sairiam de Itapará e iam pra um lugar onde tenha uma igreja, não só ucraniana, mas, mesmo a latina, porque hoje em dia povo já vai bastante na latina também, né, participa das duas, então a igreja, a religião ainda nessas comunidades é a referência pra tudo, então tirô a religião, tirô as igrejas, tanto ucraniana, latina, digamos que hoje não vai mais padre atender lá, maioria desse povo vai ficar perdido, ou ele vai continuar morando em Itapará, vai sair de lá aos domingos, vem prá Irati, vai pra Prudentópolis, vai pra Inácio Martins, vai pra onde for, mas continua indo, não com tanta frequência, mas, devido às dificuldades de distância, foi o que acontecia antigamente (Padre Aroldo – 29 anos).

No relato acima, Padre Aroldo diz que *o povo vai ficar perdido e/ou vai frequentar outra igreja do rito ucraniano ou latino em outra comunidade ou em outro município da região*. As dificuldades seriam bem maiores, nessas condições, mas não deixariam, de acordo com o seu relato, de participar das celebrações na igreja. A mesma pergunta foi feita à informante Carolina e ela diz que “nem dá pra imaginar Itapará sem a igreja ucraniana” (Carolina – 55 anos). Seria, de fato, uma perda que marcaria significativamente os membros daquela comunidade, sobretudo os mais idosos. Ratificamos que se trata de uma suposição essa que fizemos.

Sebastião relata que faz, diariamente, as suas orações em língua ucraniana. Ele afirma que “em casa rezo só em ucrâino, meu terço rezo tranquilinho perto de uma imagem de coração, porque eu sou dos apostolado” (Sebastião – 81 anos). Perguntamos se a família reza em ucraniano e Sebastião nos conta que: “em casa em ucrâino, tudo em ucrâino”. A seguir, apresentamos um relato no qual consta que a igreja ucraniana está crescendo na comunidade de Itapará.

Aqui pra nós tá bom, graças a Deus tá bom, nossa igreja tá crescendo, uma igreja boa, eu tive na comissão era secretário com cinco anos construímo igreja, via-sacra, campanário, agora temo salão, acoie cinco mil pessoa, temo cozinha, casa de dois andar pra dançarem matiné, apresentação de quadrilha, essas coisa, graças a Deus (Sebastião – 81 anos).

O relato acima mostra que o informante vê com bons olhos o fato de a igreja ucraniana estar crescendo na comunidade. Relata, também, que participara recentemente da administração da igreja como secretário e que construíram várias benfeitorias na comunidade. Aponta, além disso, no relato que veremos a seguir, que um de seus filhos também participa da administração da igreja e trabalha com bastante afinco nessa atividade. De acordo com ele, a igreja

tá crescendo, oia, graças a Deus, meu fio é comissão, ele tem uma cominhonetinha, esse que mora ali em cima, ele antes de uma festa, pode ser o que quisé, ele traz mesmo, ajuda, ajuda assá churrasco, vendê cartão, só porque eu sempre digo, óie, não me desvie um rial [real], pra você tem semanas e meses e anos pra trabaiaí e dois dias é pra tua alma, porque eu trabaiei de comissão cinco anos na igreja, mas eu nunca tive corage, eu completava, às veiz, quando era quinze eu dava mais cinco pra ser vinte e Deus parece que me escuitô, eu nunca tive em mão de médico (Sebastião – 81 anos).

Sebastião relata, ainda, o quanto preza pela honestidade em se tratando de bens materiais da igreja. Afirma que são muitos os dias em que se pode ganhar dinheiro para o sustento da família e que são apenas dois dias para ganhar dinheiro para a igreja. Esses dois dias são destinados à organização das festas que são realizadas na comunidade de Itapará. São festas comunitárias nas quais a comunidade recebe visitantes de comunidades vizinhas, assim como visitantes de outros estados brasileiros. O trabalho visando às causas religiosas é uma das características dos imigrantes e descendentes ucranianos da comunidade de Itapará.

A relação que mantém os moradores de Itapará com a igreja foi alicerçada desde que os primeiros imigrantes se estabeleceram nessa comunidade. Sobre isso, Padre Aroldo informa que

juntamente com eles [os imigrantes] veio alguns padres pra atendê esse povo aqui, porque só falava ucraniano, ninguém entendia, os padres daqui não tinham como atendê eles [...] [os padres ucranianos] fizeram um trabalho de destaque, assim, um trabalho bem difícil por causa da grande dificuldade (Padre Aroldo – 29 anos).

Os imigrantes ucranianos que se estabeleceram em Itapará foram atendidos pelos padres que vieram da Ucrânia. Havia uma preocupação para que os fiéis não ficassem sem

serem atendidos. Os padres brasileiros teriam dificuldade em seu trabalho, haja vista que os imigrantes não sabiam a língua portuguesa. A conservação da cultura e língua ucranianas deve bastante ao trabalho realizado pelos padres e religiosas ucranianos. No segundo capítulo deste trabalho apresentamos a reflexão feita por Burko (1963, p. 53) sobre a vinda ao Brasil de alguns padres com vistas a atender os imigrantes ucranianos. Segundo esse autor, naquela época os padres serviam de

guias, de companheiros e mesmo de pais, eram os sacerdotes, os zelosos missionários ucranianos, que quase desde os primeiros anos da imigração, seguindo também para o Brasil, aqui os assistiam, confortando-os espiritual e moralmente, e, na medida do possível, também materialmente (BURKO, 1963, p. 53).

Ainda em relação à importância da igreja para a comunidade de Itapará, a informante Carolina assegura que, juntamente com a escola, a igreja é o ponto de referência do povo ucraniano na comunidade. Conforme a informante, “eu acho que a igreja e a escola fundamental, principalmente a igreja, como nós somos ucranianos, né, então existe dois ritos, o rito oriental e o rito latino” (Carolina – 55 anos). Mesmo que Carolina cite a importância da escola, ela se refere dando preferência à igreja como fundamental para a vida dos ucranianos em Itapará. É válido mencionar nesta parte que, segundo Heye e Vandresen (2006, p. 394) “a organização religiosa com clero e ordens religiosas coligadas à escola foram por muito tempo defensoras da manutenção das LMs [Línguas minoritárias]”. A esse respeito, devemos dizer que em Itapará a escola local é conhecida como a “escola das Irmãs”, haja vista que por muito tempo o ensino ficou a cargo das religiosas, que assumem papel de destaque na comunidade, pois trabalham em prol da educação e da religião, ou seja, se fazem presentes na escola e na igreja e realizam um trabalho plausível. Os padres que atendem à comunidade, assim como os que já trabalharam em Itapará, são bastante valorizados pelos membros da comunidade. Há um sentimento de gratidão por tudo o que os sacerdotes e religiosas fizeram e fazem pelo bem-estar dos moradores de Itapará. Sobre isso, Leandra, uma de nossas informantes, sublinha que a comunidade deve muito às religiosas e aos padres. Conforme ela,

nós aqui da comunidade também agradecemos isso, que, o padre Pedro, ele era muito interessado pela comunidade, então você veja que ele, quantas pessoas ele tirou da miséria, quando ele chegou aqui, primeira coisa que ele viu a igreja, essa igreja é graças ao padre Pedro que conseguimos, veja, ele tirou muitas pessoas que não tinham o que comer, não tinham casa, não tinham nada, e ele conseguiu e graças a ele também que nós temos essa romaria daqui, né porque ele que conseguiu, né, ele e o padre Eleotério, mas quem se dedicou, o padre Pedro, uma pessoa que não vai ser esquecida nunca, por tudo o que fez, mas o padre Pedro foi uma pessoa que marcou a vida das pessoas daqui [...] e outra coisa que nós agradecemos às Irmãs (Leandra – 52 anos).

A romaria a que se referiu a informante Leandra em seu relato é uma das maiores romarias do Paraná. Na época da Quaresma de cada ano, fieis de várias partes do Brasil vão a Itapará para pedir bênçãos e agradecer pelas graças conseguidas. Há a tradicional via-sacra construída de pedras, em volta da igreja ucraniana, a qual foi construída pelos próprios moradores da comunidade com auxílio dos padres e religiosas, conforme mencionado no relato anterior.

A respeito da importância da igreja para a manutenção da língua e cultura ucranianas, o informante Ambrósio nos relata que os padres *cobravam* bastante que as crianças da comunidade soubessem rezar as orações em ucraniano e que soubessem os ensinamentos básicos relacionados à primeira comunhão e crisma. Segundo Ambrósio,

antes de fazê a primera comunhão ele [o padre] perguntava o catecismo intero pra vê se passava, perguntava em ucraniano, e eu juro por Deus, eu tremia, nunca esqueci quanto esse padre era ruim, eu troquei tudo as bolas quando fui respondê, daí ele deu um xingão na minha mãe, ensine mais o [nome do informante] (Ambrósio – 24 anos).

Sobre a temática da conservação da língua e cultura ucranianas na comunidade de Itapará são muitos os relatos que versam sobre a importância da igreja nesse processo, mas apresentamos aqui aqueles que julgamos mais pertinentes a esta análise. No que concerne às atitudes dos moradores de Itapará em relação à preservação e valorização dos elementos culturais ucranianos, damos mais atenção nas análises do próximo tema.

4.4 TEMA 4: AS ATITUDES DOS FALANTES EM RELAÇÃO ÀS LÍNGUAS PORTUGUESA E UCRANIANA

Abordamos, nesta parte, o quarto tema para análise neste estudo. Este tema diz respeito às atitudes dos falantes em relação às línguas portuguesa e ucraniana. Inicialmente, devemos assinalar que a conservação da língua ucraniana em Itapará está, de certa forma, relacionada à conservação de elementos culturais ucranianos ligados, basicamente, à igreja/religião. Nesse caso, alguns relatos que apresentamos, a seguir, apontam para o uso da língua ucraniana em contextos onde a religião se faz presente, além do domínio familiar. Na terceira parte deste capítulo, demos mais atenção aos aspectos referentes à igreja/religião em Itapará, quando analisamos o terceiro tema deste estudo.

O estudo sobre as atitudes linguísticas dos falantes está relacionado ao estudo dos estereótipos, do preconceito linguístico e dos aspectos relacionados a fatores identitários. Trazemos, então, para discussão algumas considerações sobre a referida temática. Silva-Corvalán (2001, p. 67) sublinha que “o estudo das atitudes subjetivas frente à língua é, pois, em certa medida um estudo dos estereótipos linguísticos”. De fato, nas atitudes dos falantes, tratando-se de línguas, podem estar embutidas algumas pré-concepções. Allport (1977, p. 27) vai um pouco mais além no que se refere à discussão acerca de preconceito, crença e atitude. Segundo ele, essa discussão não deve ser isolada, pois, são conceitos que estão relacionados de tal forma que não se pode discutir um e deixar os outros de lado. Segundo o referido autor, “uma adequada definição do preconceito contém dois ingredientes essenciais. Deve haver uma *atitude* favorável ou desfavorável, e deve estar vinculada a uma *crença* excessivamente generalizada (e, portanto, errônea)” (ALLPORT, 1977, p. 27, grifos do autor).

Com relação aos elementos que compõem a atitude, Aguilera (2008, p. 106) faz referência a Lambert (1967) citado por Moreno Fernández (1998, p. 182) para dizer que a atitude

se constitui de três componentes colocados no mesmo nível: o saber ou crença (componente cognoscitivo); a valoração (componente afetivo); e a conduta (componente conativo), o que significa dizer que a atitude linguística de um indivíduo é o resultado da soma de suas crenças, conhecimentos, afetos e tendências a comportar-se de uma forma determinada diante de uma língua ou de uma situação sociolinguística (AGUILERA, 2008, p. 106).

De fato, a atitude do falante, em relação àquilo que ele acredita e faz, tem sua base vinculada a uma série de elementos. No caso sob análise, as atitudes que investigamos são a respeito da valorização ou não em relação às línguas portuguesa e ucraniana na comunidade de Itapará. Verificamos também atitudes em relação à conservação ou não de outros elementos culturais, além da língua ucraniana.

No que concerne aos estereótipos, Silva-Corvalán (2001, p. 108) afirma que “a tendência a estereotipar, quer dizer, a perceber e ordenar o mundo objetivo em termos de categorias sem exceções, é típica dos seres humanos”. Na mesma linha de raciocínio, a referida autora conclui que os estereótipos não são positivos nem negativos, porém, necessários. Da mesma forma, van Dijk (2008, p. 213) argumenta que os estereótipos são “representações mentais das experiências pessoais que se vão armazenando a partir de ações, fatos ou situações específicas”. Podemos relacionar isso que dissemos com o estudo sobre as memórias dos falantes em relação ao uso das línguas ucraniana e portuguesa em Itapará, ou seja, a importância (ou não) de usar a língua ucraniana está atrelada às concepções que foram passadas de geração para geração em relação ao uso da língua materna étnica ou da língua oficial do Brasil, a portuguesa.

Devemos dizer, também, que quando lançamos um olhar para estereótipos, crenças e atitudes linguísticas, olhamos ao mesmo tempo para a identidade. De fato, identidade, atitude, crença, estereótipo são “conceitos” que se entrecruzam nas discussões, embora suas definições sejam difusas e as fronteiras entre eles não tão nítidas. Desse modo, Moreno Fernández (1998, p. 180) faz uma relação entre atitude e identidade, afirmando que a identidade é

aquilo que permite diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro [...] bem de forma objetiva caracterizando-a pelas instituições que a compõem e as pautas culturais que lhe dão personalidade, bem de forma subjetiva, antepondo o sentimento de comunidade compartilhado por todos seus membros e as ideias de diferenciação a respeito dos demais (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 180).

A discussão sobre a temática das atitudes linguísticas está relacionada aos aspectos de preconceito étnico e linguístico e de questões identitárias. O referido autor faz uma relação entre atitude e identidade, afirmando que a identidade é o grande diferenciador entre os grupos, povos e etnias e que elementos objetivos e subjetivos estão presentes e permeiam esse processo.

A seguir, apresentamos alguns relatos que versam sobre as atitudes dos moradores de Itapará em relação ao uso da língua ucraniana e da língua portuguesa. O primeiro relato, do Padre Aroldo, registra que na comunidade de Itapará, teve dificuldade no relacionamento com uma pessoa da comunidade porque essa pessoa queria que as celebrações fossem rezadas somente em língua ucraniana. Segundo o Padre Aroldo,

[...] essas pessoas mais de idade, assim, os que querem conservar e acabam não aceitando, ali eu tive um caso só, em Itapará, de uma pessoa que não aceitava o ucraniano, né, o português, queria só o ucraniano, então ele dizia que o padre só fala alemão e ele não entende nada, todo mundo entende, né, só ele que não, entende em português, porque fala com todo mundo, mas era apegado assim aquela tradição e tem que ser em ucraniano mesmo que ninguém entenda nada. Eu já penso diferente, que a palavra de Deus, ela deve ser entendida e transmitida, né, não adianta falá em ucraniano ali pra três, quatro pessoas ou vinte por cento da população que tá na igreja que é já da terceira idade que entende que vão aproveitar e os novos que mais precisam não ter acesso, né (Padre Aroldo – 29 anos).

O informante relata o apego que as pessoas com mais idade têm em relação às tradições e à língua ucraniana, entretanto, ele afirma que não pode deixar de atender a maioria da população de Itapará que frequenta a igreja e que não entende a homilia se essa for feita em ucraniano. Perguntamos ao Padre Aroldo se ele pensa que a missa deveria ser rezada em português e ele assinala o seguinte:

não, por causa que deve-se conservar, a tradição deve-se conservar, a língua também dentro do possível, porque a própria celebração, a própria liturgia, ela perde um pouco a sua riqueza sendo trazida pro português, questão

tradução, questão de adequação pra, que liturgia toda cantada, em português já dificulta pra cantar e as pessoas ali não tem assim aquela facilidade de aprender (Padre Aroldo – 29 anos).

Percebemos que o padre se posiciona favorável em rezar a missa em ucraniano, uma vez que, segundo ele, se fosse rezada em português se perderiam algumas coisas. São os problemas de adaptação e de tradução de uma língua para outra. Percebemos por meio dos relatos que aquilo que é *rotineiro* numa celebração, ou seja, as leituras, o evangelho, entre outros, deve ser preservado em ucraniano, e aquilo que o padre faz de forma espontânea, a homilia, deve ser feita em português. Ainda, vale mencionar, nesta parte, que o Padre afirma que deve explicar em português para que os mais novos entendam, ou seja, os que mais precisam. Esse *precisar* pode ser entendido no sentido de que não tiveram ainda tanto contato com os aspectos religiosos, mas também pode ser entendido de forma que os mais novos não estão seguindo os passos dos mais velhos, ou seja, estão se desviando daquilo que é sagrado para os ucranianos, a religião.

Em relação às atitudes dos informantes quanto ao uso da língua ucraniana nas celebrações, apresentamos outros relatos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Um deles é o relato de Leandra. Essa informante entende que deve ser rezado em ucraniano, porém, ela concorda que muitas pessoas não *entenderiam nada*, como mencionou anteriormente o Padre Aroldo. Sobre isso, Leandra diz: “eu acho que deveriam, só que tem esse motivo como eu tô te falando, têm famílias misturadas, daí não entende, o que que adianta também, né, só tinha que conservar, né” (Leandra – 52 anos). Leandra se posiciona favorável à conservação e uso da língua ucraniana nas celebrações religiosas na comunidade de Itapará, tendo, portanto, uma atitude positiva frente ao uso e à preservação da língua ucraniana.

O informante Ambrósio relata que gostaria que a missa fosse rezada *metade por metade*, conforme seu relato, português e ucraniano, porque assim ele entenderia o que o padre fala. Expomos, a seguir, o relato de Ambrósio que versa sobre isso que anunciamos.

Eu prefiro quando o padre fala a prática em brasileiro²⁹, porque eu não entendo, né, muito pouco eu entendo, é mesma coisa você está ali [...] que nem o nosso padre fala a prática em brasileiro [...] no meu pensar tem que ser, tipo, metade por metade, tipo daí a prática, você tá sabendo o que você tá escutando, né, está entendendo tudo, né (Ambrósio – 24 anos).

Conforme relatado, o informante considera que não adianta estar na igreja e não entender aquilo que o padre está falando. As orações tradicionais, aquelas que são acompanhadas pelos folhetos, assim como aquelas que os ucranianos sabem e que continuam sempre iguais, ele concorda que seja rezado em língua ucraniana, mas, a reflexão que o padre faz após as leituras e o evangelho, estes devem ser feitos em língua portuguesa. Chamamos a atenção para o fato de que Ambrósio é um dos nossos informantes (a outra é Anastásia) que não aprendeu a língua ucraniana como língua materna.

Na sequência, Alexandre relata que seus pais exigiam que os filhos falassem em ucraniano: “tinha que falar o ucraniano, eles raiavam com a gente, surrá não surravam, mas só que eles queriam que não esquecesse da language do ucraniano” (Alexandre – 74 anos). Esse tipo de imposição da língua ucraniana é bastante frequente no falar dos informantes. Os pais e avós faziam questão que seus filhos preservassem a língua trazida da Ucrânia. Citamos, como exemplo, o relato de Valéria. Ao perguntarmos em que língua ela falava com os pais quando era criança, Valéria relata que “só em ucraniano, inclusive o pai brigava se a gente falasse em português, na casa era obrigado falá o ucraniano, ele ficava chateado se falasse em português, ele não queria que falasse em português” (Valéria – 28 anos). Quando perguntamos em que língua Valéria falava com seus avós, ela assinala: “era pior ainda” (Valéria – 28 anos), ou seja, os avós cobravam mais ainda das crianças para que falassem em ucraniano. Era uma tentativa para que não se *perdesse* a língua ucraniana. Isso mostra uma atitude positiva com relação à preservação da língua ucraniana em Itapará.

²⁹ O uso do termo *brasileiro*, em vez de *português*, já foi destacado por Damke (1988, 1997, p. 49 e 234) e Bagno (2001) no título do seu livro *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*.

Em relação às atitudes dos falantes frente à língua portuguesa e ucraniana, apresentamos alguns relatos de nossos informantes que versam sobre a língua mais bonita, a que gostam mais, a mais fácil de aprender, entre outros. Frederico disse que a língua mais bonita “em termos de Brasil, tem que ser o português, mas tipo, a geração ucraniana, eu acho que tinham que preservar o ucraniano” (Frederico – 38 anos). Esse relato faz referência à atitude do informante em relação à língua portuguesa como *mais bonita* em termos de língua oficial brasileira, contudo, se posiciona favorável à preservação da língua ucraniana pelos descendentes de imigrantes ucranianos, ou seja, pela *geração ucraniana*, conforme relatado acima.

Quando perguntamos se Leandra gosta mais de falar em português ou em ucraniano, ela afirma que gosta mais de falar em ucraniano e diz mais, que os descendentes de ucranianos deveriam saber falar essa língua. Segundo ela, “eu gosto mais de falar em ucraniano, porque é o que eu herdei dos meus pais [...] eu acho que se é descendente de ucraniano tinha que saber falar” (Leandra – 52 anos). Vemos que há uma atitude positiva em relação ao uso e preservação da língua ucraniana na comunidade de Itapará. Por meio de seu relato, percebemos que, se dependesse dela, todos os descendentes de ucranianos conservariam a língua e a cultura ucranianas.

Ainda sobre as atitudes dos falantes no que diz respeito ao uso da língua portuguesa e da língua ucraniana, a informante Valéria argumenta que gosta mais de falar o ucraniano, porque a língua portuguesa é *pesada* e o ucraniano é mais fácil. Segundo ela, “é difícil falar o português, pra nós o português é uma língua pesada, que nem pra falar ‘pão’, é tão pesado, e até quem, geralmente, dão risada de quem mora no interior, que fala, né, ‘caroça’, ‘caro’” (Valéria – 28 anos). A mesma informante mostra uma atitude positiva quanto à preservação da língua e de outros elementos culturais ucranianos. Segundo ela, a língua deve ser preservada “com certeza, se perder a língua, perde todas as outras tradições. É o que tá

acontecendo aqui na nossa comunidade, né, a língua tá ficando e as tradições junto” (Valéria – 28 anos). Valéria afirma que sente mais dificuldade para falar o português porque esta é uma língua pesada e, além disso, acena que sofre preconceito pelas dificuldades em falar determinadas palavras em língua portuguesa.

Com relação ao preconceito linguístico, os relatos dos informantes indicam que eles sabem que carregam marcas da língua ucraniana quando falam a língua portuguesa, entretanto, não se mostraram alvo de preconceito. Alguns informantes relataram que antigamente havia mais preconceito, principalmente, quando as pessoas tinham muita dificuldade na comunicação em língua portuguesa. Sabem, de fato, que as formas de falar são diferentes, porém isso não é um argumento que impeça a comunicação. Sobre o preconceito, Ambrósio afirma que “eu acho que tem um pouco, pela aparência da gente, pelo olhar, pelo olho, como diz, a *polaquice* da gente, como diz, a gente é polaco mesmo, né, ucraniano, né, acho que tem bastante, né, mas não dá nada, isso é de menos” (Ambrósio – 24 anos). Esse relato enfoca mais a questão do perfil físico dos ucranianos, isto é, pele clara, olhos claros. Ambrósio se refere à sua *polaquice*, termo comum usado para fazer referência a pessoas com as características citadas acima. Além disso, o informante menciona que esse preconceito *não dá nada*, ou seja, não é relevante.

Ao mostrar uma atitude positiva em relação ao uso da língua ucraniana na comunidade de Itapará, a informante Carmelita se expressa assim: “di certo que os ucraniano têm que falá ucraniano, eu num gosto quando essas mocinha, né, chegam e num dizem bom dia, boa noite na nossa língua, parece que querem enfrentá a gente (Carmelita – 68 anos). O fato de as pessoas mais jovens, no caso, as *mocinhas* da comunidade, não saudarem a informante em ucraniano é motivo de afronta, conforme ela relata.

Indagamos Leandra acerca da importância de se preservar a língua ucraniana em Itapará. A resposta que ela nos deu foi afirmativa. Tomou como base as memórias de sua falecida mãe. O relato de Leandra é o seguinte:

ah, sim, imagina, porque como dizia a minha mãe, né, quando começaram na igreja o padre já começô a falar mais português, começô mais, pegar mais partes da missa em português, ela dizia pra gente assim, a mesma coisa que a gente morresse, porque daí tão pisando no que é, no que é da, como diz ela, dizia, porque já é falecida, dizia ela, não abuso com a língua dos outro, mas não quero que pisoteie a minha. Ela dizia assim que, ela quer que nós continuamos o que ela herdô dos pai dela, porque daí eu acho importante, né, saber falar (Leandra – 52 anos).

No relato acima, Leandra menciona que sua mãe não queria que *pisoteassem* a sua língua (língua ucraniana), ou seja, deixar de rezar toda a celebração em língua ucraniana era motivo de afronta aos imigrantes e descendentes que viveram os primeiros tempos na comunidade de Itapará. Além disso, a mãe de Leandra, conforme relato, gostaria que seus filhos preservassem a língua ucraniana. Não está explícito que havia uma imposição para o uso da língua ucraniana em casa, mas isso pode ser identificado pelo tom nas palavras usadas pela informante. Nesse sentido, nossa discussão se alicerça em Damke (1992, p. 19), conforme citado anteriormente, quando afirma que “a língua/linguagem³⁰ é parte do ser humano”, logo, respeitar a língua/linguagem do outro é respeitar o outro, uma vez que não mais podemos imaginar a língua como algo que não faça parte da pessoa. De fato, o respeito à língua ucraniana se estende ao respeito às pessoas da comunidade de Itapará que têm essa língua como língua materna, conforme o relato de Leandra.

No que tange ao uso e conservação da língua ucraniana, Valéria afirma que “até agora as pessoas rezam só em ucraniano, os costumes, o rito continua tudo igual, algumas coisas que mudaram, mais é pouca coisa” (Valéria – 28 anos). Vale alertar que isso que relata Valéria é, seguramente, baseado em relatos de pessoas *mais velhas* da comunidade, uma vez que ela, pela pouca idade, poderia falar das *coisas* que mudaram e conservaram num período

³⁰ Baseamos-nos em Damke (1992) para fazer uso desses termos, indistintamente, entendendo, também, que a língua, como estrutura, só existe por meio de seu uso, ou seja, da linguagem.

de tempo mais recente. Quando perguntamos a essa informante se ela fala alguma língua além do português, ela afirma que “falo português e ucraniano, em casa nós falamos bastante ucraniano, em casa mais ucraniano, na escola mais português” (Valéria – 28 anos). Convém apontarmos para o fato de que a língua ucraniana assume, no lar, conforme o relato acima, a função de língua para a comunicação. No que diz respeito à conservação da língua ucraniana em casa, devemos mencionar, segundo Heye e Vandresen (2006) que

a competência comunicativa nas línguas em contato, desde o período de aquisição (ou aprendizagem), depende das funções ou dos contextos em que cada língua é usada. Todas as línguas minoritárias (LMs) registram perdas na medida em que diminuíram suas funções. O lar (a família) é o último bastião de resistência (HEYE & VANDRESEN, 2006, p. 394).

Na comunidade de Itapará a língua é conservada e um dos grandes responsáveis por isso é o ambiente familiar. Se voltarmos à afirmação anterior de Heye e Vandresen (2006), podemos dizer, *grosso modo*, que o domínio familiar é, aliado à igreja, os grandes responsáveis pela preservação da língua ucraniana em Itapará. Sobre isso, o informante Frederico nos relata que “em casa, aqui na família nós conversamos tudo em ucraniano, com as crianças, tenho dois filhos, com o pai e a mãe” (Frederico – 38 anos). Perguntamos a Frederico se seus filhos gostam de falar em ucraniano e ele afirma que “não é nem questão de gostar, eles se acostumam”. Trazemos à baila o relato de Leandra que, de certa forma, explica o relato anterior sobre o fato de gostar ou não de usar a língua ucraniana no lar. Leandra diz: “se o pai não fala, claro que o filho não vai falar, que nem aqui, alguns pais sabem falar, mas não falam, então precisava alguém que incentivasse” (Leandra – 52 anos). Os relatos apresentados acima mostram que as atitudes são favoráveis ao uso da língua ucraniana na comunidade. Frederico e sua família fazem uso dessa língua no domínio familiar. Leandra se posiciona favorável à preservação do ucraniano e diz que os pais são os grandes responsáveis por incentivarem (ou não) seus filhos a falarem o ucraniano.

Ainda, no que concerne ao uso da língua ucraniana no distrito de Itapará, Leandra relata que “que nem eu, onde eu tô, tô falando, com quem também sabe falar, porque não

adianta falá com quem não sabe, né, que não entende” (Leandra – 52 anos). Sobre isso, Aguilera e Busse (2008, p. 21) dizem que “para o falante bilíngue, o uso de uma e outra língua está prioritariamente condicionado ao contexto, e este pode ou não ser ‘orientado’ de forma discursiva ou pragmática” (AGUILERA & BUSSE, 2008, p. 21). De fato, baseamo-nos no relato acima e nas palavras das autoras para afirmar que o contexto e os interlocutores, no caso de línguas em contato, é que determinam qual a língua a ser usada no ato da comunicação.

Com base nos relatos de nossos informantes, podemos afirmar que os descendentes ucranianos com mais idade são os que mais preservam a língua ucraniana. Como apontado no relato anterior, se seus interlocutores sabem falar em ucraniano, essa é a língua que usarão para a comunicação. Ademais, sobre esse aspecto, Padre Aroldo assegura que

as pessoas mais adultas, elas falam bastante em ucraniano, agora as crianças, se perdeu um pouco, elas não conseguem falar. Algumas sim, desde pequeninhas falam só o ucraniano. Algumas na escola têm que falar em ucraniano com elas porque elas não entendem português, mas a maioria em português (Padre Aroldo – 29 anos).

Na mesma linha de raciocínio, Padre Aroldo conta que seus pais “falam bem ucraniano, só que eles falam mais entre eles, porque pra nós, pros filhos, não conseguiram passar bem passado como deveria, então nossa geração, dos irmãos, já é uma geração que o ucraniano ficou meio [não conclui]” (Padre Aroldo – 29 anos). Devemos fazer menção aqui, que Padre Aroldo não é nascido na comunidade de Itapará, porém, sua família é de origem ucraniana e mora em Prudentópolis, município vizinho a Irati. Isso demonstra que em Itapará ocorrem fenômenos parecidos aos que ocorrem em outras comunidades com essa formação étnica no que tange ao uso e preservação da língua ucraniana e de outros elementos culturais. Sobre os aspectos culturais relacionados aos ucranianos em Prudentópolis é válido mencionar o trabalho de Ogliari (1999) e, sobre os poloneses e os ucranianos no mesmo município, citamos Ramos (2006). Em Cascavel, esses aspectos da conservação da língua ucraniana foram discutidos por Mezavila (2007, 2008).

O trabalho de Ogliari (1999) versou sobre aspectos relacionados à variação linguística em nível fonético/fonológico de falantes moradores no município de Prudentópolis. Já o estudo de Ramos (2006) teve seu enfoque na relação que os ucranianos e seus descendentes tiveram/têm com os imigrantes e descendentes poloneses e caboclos no município de Prudentópolis. Por sua vez, Mezavila (2007, 2008) direcionou seu foco de estudo para a importância da igreja e o rito católico ucraniano para os descendentes ucranianos na cidade de Cascavel.

Como relatamos anteriormente, a maioria dos informantes que colaboraram com a nossa pesquisa afirmam que aprenderam antes a língua ucraniana e depois a língua portuguesa. Já apresentamos alguns relatos que falam sobre isso e continuamos expondo relatos que comprovam o que vimos dizendo. Com relação ao uso da língua ucraniana, Alexandre assinala que falou somente essa língua “até pegá idade, o resto da vida, até saí da casa, com pai e mãe era só ucraniano [...] di certo que eles eram ucraniano e não queriam que os fio abandonasse” (Alexandre – 74 anos). No relato acima, percebemos que Alexandre apresenta uma constatação, isto é, os seus pais eram ucranianos e queriam que os filhos preservassem a língua ucraniana. Isso mostra uma atitude dos pais de Alexandre favorável à conservação da língua e cultura ucranianas.

A seguir, conforme relato, Sebastião sublinha que seus filhos mais velhos “sabem até lê em ucrâino, escrevê e o nenê da casa não sabe” (Sebastião – 81 anos). Há nesse relato a constatação de que as gerações mais velhas tinham uma relação mais estreita com a cultura e a língua ucranianas. Já a geração mais nova, *grosso modo*, é caracterizada pelo abandono dos elementos culturais ucranianos. A esse respeito, Valéria relata que, atualmente, o ucraniano não está sendo conservado como deveria. Segundo ela,

quando a gente era pequena, aprendia a falá o ucraniano em casa, ler em ucraniano e escrever em ucraniano, né, e hoje em dia os pais eles não, por os casais serem um ucraniano e um português, acabam ensinando as crianças só a falá o português e o ucraniano vai se perdendo (Valéria – 28 anos).

Nos últimos tempos tem havido em Itapará casamentos entre descendentes de ucranianos e descendentes de outras etnias. De acordo com a informante Valéria, esse tem sido um dos motivos de não se conservar a língua e a cultura ucranianas na comunidade. Na mesma linha de raciocínio, Carolina relata que “vai ser muito difícil a gente manter essa língua ucraniana, por causa que as famílias, né, são mistas, né, e, claro que a língua latina³¹ predomina” (Carolina – 55 anos). O fato de as famílias serem *mistas*, conforme relato, é o grande responsável pelo abandono da língua ucraniana na comunidade. Além disso, a falta de incentivo à preservação da língua e cultura ucraniana contribui para o seu desaparecimento.

Em comunidades mais afastadas de Itapará, as chamadas *Linhas*, conforme relato, principalmente na comunidade chamada Linha E, as pessoas conservam mais a língua ucraniana que em Itapará. Segue o relato de Valéria, sobre o que dissemos: “no interiorzinho, mais do que este, de Itapará, elas falam só em ucraniano” (Valéria – 28 anos). Como a escola de Itapará recebe, nas séries iniciais da educação básica, alunos de comunidades vizinhas, inclusive dessas *Linhas*, diversos são os casos de alunos que chegam à escola sem saber falar a língua portuguesa. Para este fato, o Padre Aroldo acenou anteriormente em seu relato. Segundo relato da diretora da escola, a informante Carolina, cada vez mais esses casos estão diminuindo. Conforme a diretora, “temos alguns alunos ainda que eles vêm, assim, que têm bastante dificuldade pra falar o português, mas é mínimo, duas, três crianças que são ali do Linha E, então têm crianças ali, que eles ainda eles têm bastante dificuldade” (Carolina – 55 anos). Os casos de crianças que chegam à escola com dificuldades de se comunicarem em português se referem a crianças em fase inicial de alfabetização. Conforme relato da diretora da escola,

geralmente a criança, essas menorzinhas que iniciam, né, na escola, eles em casa falam praticamente tudo em ucraniano e daí na escola que eles aprendem mais o português, mas que nem agora os maiores vêm pra escola, eles falam português, então eles vão aprendendo o português já na casa (Carolina – 55 anos).

³¹ A informante se refere à língua latina, no caso o português, em contraposição à língua eslava, o ucraniano.

Expusemos, anteriormente, que o informante Frederico relata que em casa com seus filhos e esposa a língua que predomina é a ucraniana.

Trazemos para discussão dois relatos que dizem respeito às crianças que chegam à escola sem saber falar o português. Esses dois relatos apontam que são poucas as crianças que não aprenderam ainda a falar o português quando iniciam a alfabetização na escola local. O primeiro relato é de Valéria. Segundo ela,

teve um caso que o aluno, a professora explicô as cores pra ele pintá, ela falô em português que ela queria que ele usasse aquela cor e ele não sabia, ele olhava nos colegas, e olhava, né, pra professora, daí quando a professora falô a cor em ucraniano, né, que era vermelho [червоний] daí ele conseguiu pegá a cor e pintá, na educação infantil ele não sabia o português, ele falava em ucraniano (Valéria – 28 anos).

O relato acima diz respeito à dificuldade que um aluno teve para realizar uma atividade na qual se exigia que ele usasse a cor vermelha. O menino não conhecia a palavra *vermelho* em português e, por isso, a professora teve que falar em ucraniano o nome da cor vermelha para que o aluno completasse a atividade. A sorte para o aluno é que a professora era falante bilíngue do português e ucraniano, senão, jamais teria acontecido o processo ensino/aprendizagem.

O segundo relato diz respeito a um fato que ocorreu quando chegou à escola um casal de irmãos. A diretora da escola quis saber os nomes de seus futuros alunos, só que o menino não entendia nada em português. A seguir, apresentamos o relato de Leandra.

[...] um menino e uma menina que viero pra escola, daí a Irmã [nome da Irmã] perguntô pra menininha como que é teu nome, daí ela disse o nome [nome da menina], daí perguntou pro piázinho, ele coitado não sabia nem o que que ela tava perguntado, daí, só que ela perguntou, como que é teu nome, e ele coitado também [nome da menina] porque ele não sabia o que ela perguntou pra ele, né (Leandra – 52 anos).

Como mencionamos anteriormente, baseados nos relatos dos informantes, são poucos os alunos que chegam à escola sem saber falar o português. Uma média de dois a três alunos por ano. Somos do parecer que, concordando com Damke (2009), o falante tem obrigação de

aprender e usar a língua oficial de seu país, mas, com respeito à língua e cultura trazidas do berço. O mesmo ponto de vista defende Calvet (2007). Segundo ele,

o fato de não falar a língua do Estado priva o cidadão de inúmeras possibilidades sociais, e consideramos que todo cidadão tem *direito à língua do Estado*, isto é, que ele tem direito à educação, à alfabetização etc. Mas o princípio de defesa das minorias linguísticas faz com que, paralelamente, todo cidadão tenha *direito a sua língua* (CALVET, 2007, p. 85, grifos do autor).

No contexto por nós pesquisado, o fato de os professores saberem falar a língua ucraniana facilita o processo de ensino-aprendizagem na escola de Itapará e, também, ajuda na conservação da língua ucraniana. Sobre isso, apresentamos um relato de Valéria, a saber:

quando a professora sabe falar em ucraniano é mais fácil, agora quando a professora não sabe, aí é complicado pra criança, pra ela se enturmá, né, pra ela interagí, e os coleguinhas que entendem conversam com ele e os que não entendem dizem, “nossa professora, será que ele tá xingando, o que que ele tá falando, acho que ele me xingô” [...] até chega reclamando pra professora, né, que o colega xingô ele e ele não sabe do que que é, mas daí quando a professora explica que ele não xingô, que ele fala em ucraniano, daí eles se entendem (Valéria – 28 anos).

O professor que sabe falar em ucraniano assume, em Itapará, um papel de mediador nos conflitos causados pelos usos de línguas diferentes. Entra em discussão, nessa parte, a importância de o professor saber minimizar as distâncias que existem entre aqueles alunos que não sabem falar o português e aqueles alunos que não sabem falar o ucraniano. Além disso, questões de preconceito linguístico quanto ao uso de variantes da língua portuguesa institucionalizada são relevantes para as nossas futuras análises.

A respeito de as professoras saberem falar em ucraniano e isso facilitar o processo de ensino/aprendizagem na escola de Itapará, a diretora afirma que “de primeira à quarta, [os professores] maioria falam ucraniano, são da comunidade [...] eles dominam as duas línguas, vamos dizer, o ucraniano e o português” (Carolina – 55 anos).

Na próxima parte enfocamos a questão de políticas linguísticas e voltamos a essa discussão. Antes, porém, cabe citar que a maioria dos professores que trabalham nas séries iniciais são membros da comunidade de Itapará e isso, sob certo aspecto, facilita no

relacionamento com os alunos, principalmente com aqueles que têm dificuldade com o uso língua portuguesa.

Devemos destacar, ainda, que a escola de Itapará não oferece a língua ucraniana como língua estrangeira. Sobre isso, Valéria relatou que “há uns dois anos atrás, em vez de ser o inglês era ensinado o ucraniano, até os alunos que passaram por essa fase, eles sabem hoje falar o ucraniano, ler o ucraniano e os que não, não” (Valéria – 28 anos). Em vista dessa não oferta da língua ucraniana no currículo escolar, investigamos, junto aos informantes, quais as atitudes deles em relação a isso. O informante Frederico disse que “se a professora tiver um tempinho, eu acho que seria bom um pouco, porque aqui, geralmente, a maioria é ucraniano [...] não sei se funciona, né, não sei se dá certo” (Frederico – 38 anos). Leandra concorda que seria importante a implantação da língua ucraniana na escola, haja vista que a comunidade é formada por descendentes ucranianos. Ela menciona em seu relato o seguinte:

[...] eu acho que deveriam, porque uma época aqui em Itapará uma vez já tinha, tinha e era, como diz, era pelo Núcleo³², foi implantado a língua ucraniana, seria um meio de manter, só que muitos preferiam o inglês que o ucraniano, porque na nossa língua, no ucraniano, é mais difícil, até o alfabeto é diferente, tem mais palavras (Leandra – 52 anos).

Na mesma linha de raciocínio, Valéria relata que é favorável ao ensino da língua ucraniana na escola de Itapará. Segundo essa informante,

aqui eu acho que seria bom, porque mesmo que a criança aprenda ali na escola a falar o inglês, ela não sai falando inglês, pra ela sair falando inglês, ela teria que fazer um curso e ali o ucraniano, pouco que ela aprendesse, é a cultura, é a comunidade dela, acho que seria muito bom (Valéria – 28 anos).

Ambrósio relata que deveriam fazer uma tentativa quanto à oferta da língua ucraniana. Segundo ele, “eu acho que deveriam, né, dar um chute, né, porque tudo tá valendo nessa vida” (Ambrósio – 24 anos). Essa *tentativa* de ofertar a língua ucraniana na escola local carrega consigo questões de atitude e de políticas linguísticas (tema da próxima parte). Imaginar que a comunidade de Itapará será para sempre uma comunidade bilingue apenas pelo fato de que há

³² A informante refere-se ao Núcleo Regional de Educação de Irati.

o contato linguístico entre o português e o ucraniano não é suficiente. Sobre isso, Mello (1999, p. 35) aponta que

o contato entre línguas e culturas diferentes não é suficiente para que uma comunidade social torne-se bilíngue ou multilíngue. Igualmente importante são as atitudes que as pessoas têm em relação às línguas e aos membros das comunidades minoritárias, bem como às políticas linguísticas a serem adotadas pela comunidade como um todo (MELLO, 1999, p. 35).

Além do contato entre línguas e culturas, é necessário que haja atitude favorável à preservação da língua minoritária, no caso sob análise, o ucraniano, e que haja políticas linguísticas que sustentem e oportunizem a preservação da língua minoritária.

Em relação às atitudes dos informantes frente ao ensino da língua ucraniana, percebemos que a maioria tem uma atitude positiva. Eles gostariam que o ucraniano fosse implantado no currículo da escola local. Entra em cena a discussão sobre as políticas linguísticas. Como a escola segue as determinações do Ministério da Educação, a língua estrangeira ensinada na escola é a língua inglesa. Voltamos a essa discussão na próxima parte, na ocasião da análise do quinto tema.

4.5 TEMA 5: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O PARADOXO DO USO DA LÍNGUA UCRANIANA

Nesta parte discutimos aspectos relacionados às políticas linguísticas e o paradoxo do uso da língua ucraniana na comunidade de Itapará. Retomamos a discussão feita no terceiro capítulo deste trabalho quando abordamos a temática concernente às políticas linguísticas e que fundamenta, em parte, este estudo, além de retomarmos, aqui, as discussões feitas sobre as atitudes linguísticas, neste capítulo, e que antecederam a este tema. Inicialmente, devemos dizer que nos referimos a um paradoxo porque há em Itapará uma atitude favorável ao uso da língua ucraniana, conforme a discussão feita no tema anterior, e, por outro lado, não há uma política linguística que incentive o uso dessa língua.

Um dado significativo para a análise neste estudo é que dos dez informantes que compõem o *corpus* central deste trabalho, oito aprenderam a língua ucraniana como língua materna, segundo seus relatos. Os únicos informantes que aprenderam a língua portuguesa como língua materna foram os informantes Ambrósio (24 anos) e Anastásia (25 anos). Os outros informantes nos relataram que aprenderam a língua portuguesa somente na escola.

Durante pouco mais de dez anos, mais precisamente do mês de fevereiro de 1994 ao mês de dezembro de 2004, a língua ucraniana foi ensinada aos alunos na escola local. Há cinco anos a língua ucraniana não está mais na grade curricular daquela escola. Segundo Carolina, diretora da escola, os alunos estudavam a língua ucraniana na quinta e sexta séries do ensino fundamental e estudavam a língua inglesa na sétima e oitava séries. Isso também foi relatado pelos informantes. Carolina afirma que

o sistema de ensino, né, quando iniciou [...] nós tivemos o ucraniano dentro da grade curricular, era os alunos de quinta e sexta série, então as aulas dadas dentro da grade, tinha professora que repassava o ucraniano, assim como tem o inglês e outras línguas, mas ultimamente, então, ultimamente não tá sendo mais trabalhado com o ucraniano, um tanto porque não temos, como eu já falei pra você, não temos professora, né, formada pra trabalhar, então não temos nem CELEM, então não é repassado esses conteúdos do ucraniano, né, a língua ucraniana não é trabalhada na escola, não é ensinada (Carolina – 55 anos).

A grande dificuldade apresentada para o não ensino da língua ucraniana em Itapará se refere à falta de professores com formação específica para atuar nessa área. Não há no Brasil nenhum curso de graduação que forme professores de língua ucraniana. Devemos dizer que participamos atualmente de um grupo pesquisa que tem como objetivo principal implantar o curso de língua ucraniana na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Este grupo de pesquisa está cadastrado no CNPq e é chamado “Língua, História e Literatura Ucraniana” sob coordenação das professoras doutoras Loremi Loregian-Penkal e Regina Chicoski. A oferta do referido curso supriria, no nosso entendimento, a falta de professores para atuarem na área de língua ucraniana e resolveria, em parte, esse problema. O processo de implantação está em fase tramitação e análise dos órgãos competentes.

No tópico anterior falamos das atitudes positivas que os membros da comunidade de Itapará têm em relação ao uso e conservação da língua ucraniana. Há um interesse por parte da comunidade que a escola volte a oferecer a língua ucraniana para seus alunos. Sobre isso, apresentamos o relato da diretora da escola local. Segundo Carolina,

quando ele saiu da grade, daí a exigência de que professor tivesse faculdade de ucraniano e nós não temos ninguém formado aqui na localidade com faculdade de ucraniano, então, não está sendo ministrado, né, essas aulas, porque possibilidade teria, alunos teria e tudo de ucraniano (Carolina – 55 anos).

No final de seu relato, Carolina afirma que condições teriam para o ensino de língua ucraniana. Diante disso, indagamos se realmente teria público para as aulas de ucraniano e ela afirma o seguinte: “tem bastante, assim, até adulto, pessoas adultas, assim, que eles têm interesse” (Carolina – 55 anos). A diretora diz que o interesse vai além dos alunos, ou seja, o ensino de língua ucraniana poderia ser expandido à comunidade de Itapará, em geral. O apego às questões culturais é uma característica do povo ucraniano, porém, não há o incentivo à preservação da cultura ucraniana. A língua ucraniana está deixando de existir na comunidade, entre outros motivos, por não mais ser oferecida aos descendentes ucranianos, ficando mais restrita ao domínio familiar.

Ao referir-se ao contexto brasileiro, Mello (1999, p. 34) fala em valorização da língua portuguesa em detrimento das línguas minoritárias, principalmente quando há uma atitude nacionalista na elaboração das políticas linguísticas governamentais. Hanks (2008, p. 52) questiona a padronização sobre o uso de determinadas línguas. Segundo ele, há uma censura aos modos de falar daqueles que não se adaptam ao padrão pré-estabelecido. Conforme o referido autor,

falar uma língua não é dominar um código, mas agir num mundo que é tacitamente aceito. A padronização e a legitimação sancionam determinadas maneiras de falar, recompensando umas, porém silenciando outras. Seu efeito é intimidar e censurar o discurso sem o uso de quaisquer atos visíveis de intimidação ou censura (HANKS, 2008, p. 52).

Sobre o que Hanks aponta acima, essa chamada *padronização* está silenciando e censurando³³ as línguas minoritárias, no caso sob análise, a língua ucraniana na comunidade Itapará. A língua inglesa tida há muito tempo como a língua estrangeira mais importante internacionalmente é a língua ensinada na escola de Itapará, assim como na maioria das escolas brasileiras. Ainda sobre essa padronização, na mesma direção, vale dizer que, atualmente, a discutida globalização assume um papel relevante nas mudanças dos padrões tradicionais que conceituam identidade e autenticidade dos sujeitos em relação às formas e usos de uma língua. A isso, Vares (2002, p. 24) chama de “uniformização do gosto” e afirma que “a cultura que temos hoje diante de nós é a cultura da moda e a progressiva destruição das linguagens regionais e específicas para o surgimento de um único idioma universal – que, obviamente, não é o Esperanto”. Ademais, o autor diz que há uma “crise da cultura contemporânea” e que “não é correto buscar uma identidade em que desapareçam as particularidades. O universal só pode ser compreendido na medida em que o singular permanece” (VARES, 2002, p. 25). De fato, essa uniformização pelo gosto, pela cultura que está na moda, serve para o apagamento das minorias linguísticas.

Mey (1998, p. 87-88) contribui para a nossa discussão a esse respeito, ao afirmar que

a internacionalização da cultura, da arte, do comércio e da política, da qual somos testemunhas nesses dias, não é, em si, uma ameaça à etnia, no sentido correto do termo; entretanto, uma vez que o crescente contacto e o intercâmbio internacional das idéias na ‘aldeia global’, e suas condições, são pressupostos no mercado, elas, realmente, ameaçam a existência das identidades étnicas e dos outros fenômenos culturais ‘não vendáveis’ (MEY, 1998, p. 87-88).

Conforme as palavras da autora, trata-se de uma ameaça simbólica e recorrente. Concordamos com ela no sentido de que as identidades étnicas passam por um período de regressão, no nosso caso, da língua e cultura ucraniana na comunidade rural de Itapará.

Trazemos à discussão a questão dos direitos linguísticos. No caso da comunidade de Itapará, essencialmente formada por imigrantes e descendentes ucranianos, o direito à língua

³³ Para usar a mesma terminologia de Hanks (2008, p. 52).

ucraniana deve ser assegurado. Para fazermos essa afirmação, nos baseamos nas palavras de Hamel (2003, p. 51). Segundo ele, coletivamente, os direitos linguísticos versam sobre o direito “de manter sua identidade e alteridade etnolinguística. Cada comunidade deve poder ‘estabelecer e manter escolas e outras instituições educativas, controlar o currículo e ensinar nas suas próprias línguas’” (HAMEL, 2003, p. 51). Isso não é o que está acontecendo em Itapará. Conforme dissemos anteriormente, a língua inglesa é a língua estrangeira ofertada aos alunos na escola local. Com relação à imposição de línguas estrangeiras como obrigatórias nas escolas brasileiras, Brun (2007, p. 50) afirma que

o poder político quase sempre privilegiou uma língua específica ou impôs a uma maioria a língua de uma minoria, como atesta a distribuição atual de algumas línguas internacionais como o inglês, o francês e o espanhol – evidência da conquista, da colonização e da posterior adoção da língua dos invasores (BRUN, 2007, p. 50).

Essa imposição gera, no caso da comunidade sob análise, controvérsias, haja vista que a língua estrangeira que atenderia os anseios dos alunos e dos moradores de Itapará é a língua ucraniana. Devemos dizer que não somos contrários ao ensino de língua inglesa, espanhola ou francesa, entre outras, como citado, por tudo o que essas línguas representam. Porém, somos favoráveis a que as comunidades marcadas pela imigração e que conservam características e elementos culturais tenham o direito assegurado de usar essas línguas e culturas nessas comunidades.

A respeito da importância de a escola oferecer aos membros da comunidade a língua ucraniana, mencionamos o que Heye e Vandresen (2006, p. 394) afirmam sobre essa temática. Segundo esses autores, “a escola (enquanto havia escolas étnicas) marcava pontos para as línguas minoritárias, desenvolvendo funções para leitura de jornais, livros, correspondência, diários, etc” (HEYE & VANDRESEN, 2006, p. 394). Devemos dizer que antigamente a escola de Itapará tinha esse caráter de escola étnica. Hoje não é mais assim, logo, esses *pontos* não são mais marcados para a língua minoritária ucraniana. Sobre a vontade de aprender a língua ucraniana, o informante Ambrósio diz que “eu juro por Deus, se eu aprendesse eu não

iria me arrependê, se soubesse, eu não ia me arrependê, seria bom de verdade” (Ambrósio – 24 anos). A fala de Ambrósio indica que a aprendizagem da língua ucraniana seria vista com bons olhos e que, seguramente, não se arrependeria por isso.

A preocupação do povo ucraniano em dar condições de estudo aos seus filhos sempre foi posta em primeiro lugar. Geralmente os filhos do gênero masculino tinham acesso ao estudo por meio dos seminários para a formação de padres e as filhas mulheres por meio dos colégios³⁴ para religiosas, conforme menciona Carolina:

como religiosa, eu pra colégio, eu fui estudar, porque os pais, o pai e a mãe, o que eles queriam é que todos os filhos estudassem, né, então eles colocavam todos os filhos na escola, os irmãos estudavam no Seminário e nós, nós éramos em oito [...] e nós meninas no colégio, tanto que da minha família nós somos em três, somos religiosas (Carolina – 55 anos).

O relato acima pode ser analisado sob o aspecto da importância dada pelos pais ao estudo dos filhos e também pela relação dos ucranianos com as questões religiosas. Conforme Carolina, são três irmãs que se tornaram religiosas e, com isso, dedicam sua vida para as ações da igreja. A importância dada ao estudo pelos imigrantes ucranianos foi relatada pelo informante Sebastião na segunda parte deste capítulo quando afirmou que, devido à pobreza da época, andava descalço por mais de três quilômetros até chegar à escola para que pudesse lá estudar. Além de incentivarem os filhos para que frequentassem a escola, os pais os ensinavam em casa. Isso é o que nos relatou Sebastião:

antes de ser aquela escola, sabe, meu pai com a mãe me ensinavam em casa e eu era muito curioso, muito estudioso [...] eu sei em três linguagem, depois de grandinho, namorando e andando e aprendendo, aprendi em polaco, polonês e ucrânico, em brasileiro, até em alemão sei um pouco que o pai me ensinava, só porque era mais custoso, o pai falava em alemão que era bonito de ver (Sebastião – 81 anos).

No relato acima, o informante afirmou que sabe falar em três línguas, isto é, em língua polonesa, língua portuguesa e língua alemã, além, obviamente, da língua materna ucraniana. Sobre o fato de ele ter mencionado que seu pai lhe ensinara o alemão, devemos dizer que

³⁴ Popularmente chamados de Conventos.

conforme o próprio informante, seu pai era “ucrâino-alemão, era o tal *Prus*³⁵, aquele lugar onde é que ele se criou”. Isso explica o fato de o informante haver aprendido com seu pai a falar a língua alemã.

Sobre a importância dada aos estudos pelos imigrantes e descendentes ucranianos, Meroslava Krevey contribui afirmando que “o imigrante se importou, se incomodou muito com a educação dos filhos. Então, uma das primeiras coisas que ele fez foi procurar, foi educar, foi criar escolas né” (MADE IN UCRÂNIA, 2006). Assim, logo que cada comunidade formada por imigrantes ucranianos ia se constituindo, a implantação de uma escola nessas comunidades era uma das preocupações.

Por mais que a dedicação aos estudos tenha sido uma característica dos imigrantes ucranianos e, mais tarde, de seus descendentes, isso não gera, atualmente, uma iniciativa de alunos e ex-alunos comprometidos com o ensino/aprendizagem de língua inglesa como língua estrangeira. Não é nossa pretensão, como afirmamos no início deste trabalho, enveredar para o campo da linguística aplicada e, assim, discutir questões relacionadas à qualidade de ensino, metodologias, entre outros, entretanto, percebemos em alguns relatos que os ex-alunos se mostraram bastante descontentes com a pouca aprendizagem que tiveram de língua inglesa quando frequentaram a escola. Por outro lado, os informantes afirmaram que aprenderam bastante a língua ucraniana na escola, quando essa ainda era ofertada. A esse respeito, Ambrósio diz

oia, pra te falá a verdade, eu nunca aprendi nada de inglês, aquilo parece que era de outro mundo, a professora até se esforçava, cobrava, mas não adiantava. Bão mesmo era se, que nem eu que quase não aprendi o ucraniano na casa, pudesse aprendê na escola (Ambrósio – 24 anos).

Esse informante relata que a aprendizagem de língua inglesa não foi o bastante para que hoje ele pudesse fazer uso dessa língua se a ocasião o exigisse. Anastásia toma uma postura idêntica à de Ambrósio ao informar que

³⁵ Entendemos que o informante se referia ao antigo estado alemão da Prússia.

até quando eu estudava tinha ucraniano, quinta e sexta série era ucraniano, eu passei por essa época, né. As Irmã que davam aula de ucraniano. Já que é uma cultura, né, deviam continuá né. Parô né, não sei por quê. Inglês eu quase nunca aprendi nada, poca coisa que a gente sabe (Anastásia – 24 anos).

Sobre esses relatos nos cabe dizer que se trata de uma constatação de que os ex-alunos se mostram favoráveis ao ensino de língua ucraniana e se mostram cautelosos em relação ao ensino de língua inglesa na escola de Itapará.

Ainda sobre essa discussão ensino de língua ucraniana *versus* ensino de língua inglesa, percebemos que a cultura ucraniana local é para os membros da comunidade de Itapará mais importante que a oferta de outra língua estrangeira. Isso porque aquele contexto motiva mais os alunos a quererem aprender aquilo que mais lhes diz respeito, no caso, a cultura ucraniana. Com relação a isso, Ruiz (1984) citado por Mello (2001, p. 67) afirma que

as coisas fora da escola têm muito mais importância do que as coisas dentro da escola quando se trata de educação bilíngue. Isto significa que toda e qualquer política linguística ou planejamento educacional adotados por um determinado grupo social deve levar em conta a realidade circundante, isto é, as questões que dizem respeito aos conflitos sociais, políticos e econômicos dessa sociedade (RUIZ, 1984 *apud* MELLO, 2001, p. 67).

A tão falada globalização gera isso que apontávamos anteriormente sobre a padronização dos gostos e das culturas. A valorização das questões regionais passa a não ser prioridade e, com isso, muito daquilo que caracteriza uma sociedade multicultural vai se perdendo com o passar do tempo. No caso específico da comunidade de Itapará, aquele contexto sugere que a língua a ser ensinada como língua estrangeira é a ucraniana. Incentivar o uso e preservação da língua ucraniana em Itapará não é o que tem acontecido. Conforme citação acima, aquilo que está no entorno da escola é mais importante do que aquilo que acontece dentro da escola.

Entra em cena a questão de os estados nacionais não reconhecerem as minorias étnicas. A esse respeito, Hamel (2003, p. 61) coloca que a maioria dos países não concede os direitos linguísticos às minorias étnicas por causa do medo de que o caráter unitário da língua

oficial vigente no país pudesse ser posto em risco, além de gerar conflitos entre grupos étnicos e, com isso, debilitar a soberania nacional.

A esse respeito, Hall (1999, p. 59) acena que a “cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é uma estrutura criada pelo poder cultural”. Com relação aos processos de unificação e apagamento das diferenças culturais e linguísticas, Sané (2002, p. 59) argumenta que “as políticas de unificação de uma nação sempre se deram por processos longos de conquistas violentas e com a supressão forçada das diferenças culturais”. Diante dessas afirmações, devemos ratificar que não é nosso intuito dizer que as políticas linguísticas devem versar no sentido de que os membros da comunidade de Itapará devam deixar de usar a língua portuguesa e passar a usar a língua ucraniana. Nossa discussão gira em torno da conservação de elementos culturais ucranianos e, nesse contexto, o ensino de língua ucraniana na escola de Itapará seria uma das maneiras de conservar a cultura ucraniana local.

Estamos cientes de que preservar um patrimônio cultural, no nosso caso a cultura ucraniana, não é uma tarefa fácil, principalmente se levarmos em conta o que Oliveira (2009, p. 01) aponta. Segundo ele, “o Brasil tem uma triste tradição de políticas de destruição do patrimônio linguístico nacional”, ou seja, não é da natureza das políticas linguísticas brasileiras a preservação de línguas minoritárias em nosso país. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme está em seu sítio na internet³⁶, é um órgão responsável por

preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Esta responsabilidade implica em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações (IPHAN, 2009).

São vários os patrimônios materiais e imateriais preservados com o auxílio do IPHAN, porém, muitos patrimônios estão sucumbindo à configuração de sociedade do século XXI, na

³⁶ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 ago. 2009.

qual a globalização gera a uniformização pelo gosto e padronização das sociedades, conforme apontamos anteriormente.

Recentemente o Núcleo de Estudos Eslavos (NEES), em parceria com o grupo de pesquisa “Língua, História e Literatura Ucraniana”, dos quais fazemos parte, elaboraram um Programa de Extensão Universitária vinculado à Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO, Unidade Universitária de Irati). Esse programa chamado *Cultura Eslava no Centro-Sul do Paraná: imagens, leituras, saberes e rituais*, sob coordenação da professora doutora Mariléia Gärtner, foi aprovado junto ao Ministério de Educação e terá um financiamento desse órgão na faixa de cem mil reais. O período para a realização do programa é de agosto de 2009 até dezembro de 2010 e o objetivo principal é desenvolver atividades extensionistas que possibilitem a promoção da visibilidade da cultura eslava, fazendo levantamento dos aspectos culturais materiais e imateriais, com intuito de valorizar a diversidade cultural; documentar e difundir os saberes e os modos de fazer, as formas de se expressar, os rituais, as brincadeiras, o idioma, as crenças. A equipe do referido programa é constituída de sete professores universitários, dois agentes universitários, oito alunos de graduação (bolsistas), além da coordenadora, como mencionado anteriormente.

Cabe-nos dizer que esse tipo de programa (em andamento) que incentiva a preservação do patrimônio material e imaterial é uma atitude que deve ser valorizada e difundida em nosso país. Devemos mudar a triste imagem de que no Brasil não há tradição de preservar os patrimônios culturais, conforme mencionado por Oliveira (2009).

Compete-nos apontar, ainda, para aquilo que Brun (2007, p. 54) conclui sobre a intervenção sobre as línguas por meio de leis. Segundo a autora,

A intenção de agir sobre as línguas, através de leis para, por exemplo, promover uma língua veicular, promover uma língua minoritária, substituir uma língua colonial ou defender o estatuto regional, nacional ou internacional de uma língua, representa uma outra forma de gerenciamento: a decisão de intervenção política.

Todavia, caso esta intervenção não seja reflexo das práticas já presentes na sociedade, ela está fadada ao fracasso. Isto porque é através de suas

manifestações socioculturais que uma língua se defende (BRUN, 2007, p. 54).

As políticas e as práticas linguísticas, de fato, devem caminhar na mesma direção. Buscar, cada vez mais, prover meios para difundir as línguas e preservar aspectos importantíssimos referentes às culturas que compõem a nossa nação. É necessário implantar políticas que apoiem a manifestação das diferentes etnias, especialmente relacionados à língua, ao invés de restringir seus usos em instituições e, até mesmo, na publicidade.

Cada vez que uma palavra estrangeira, principalmente de uma língua não muito difundida é questionada, é grande a probabilidade de que toda a língua, suas manifestações e seus falantes sofram preconceito. É nesse contexto que cabem os projetos de ação, as pesquisas, os estudos, enfim, as manifestações daqueles que almejam preservar as diversas culturas. Por esse motivo, concordamos com Brun (2007) no tocante às políticas de ação enquanto representações daquilo que já está presente na sociedade. Acreditamos, ainda, que essas políticas deveriam/devem ser implantadas em caráter de prevenção à preservação, e não apenas como meio de salvação ou recuperação.

Com relação às políticas linguísticas, obviamente, poderíamos fazer uma discussão que agregasse outros tantos textos, conceitos, resultados, teorias. Seguramente deixamos de citar ricas fontes que dariam mais substância ao nosso trabalho, entretanto, sabemos que não poderíamos contemplar tudo o que a temática sugere. Fizemos um apanhado dos elementos que consideramos pertinente para analisar os relatos de nossos informantes e acionar os aportes teóricos referentes a esse tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito aos objetivos propostos inicialmente, podemos dizer que eles foram alcançados. Estudamos a diversidade linguística e cultural tomando como ponto de partida uma comunidade ucraniana localizada no município de Irati. Ao contextualizar a história da imigração ucraniana no Brasil, especificamente para comunidade de Itapará, um novo universo sobre a temática foi e está³⁷ sendo descoberto: i) as condições da vinda dos emigrantes ucranianos para o nosso país foram precárias; ii) a adaptação nas terras brasileiras foi dificultada pelo desconhecimento da língua portuguesa e pelas adversidades encontradas *nos matos* onde os imigrantes se instalaram; iii) a conservação dos elementos culturais é uma marca do povo ucraniano; iv) a igreja assume papel relevante para a preservação da língua e de outros elementos culturais ucranianos; v) a atitude dos falantes/moradores de Itapará em relação ao uso da língua ucraniana e preservação dessa cultura é favorável; vi) o ambiente familiar de uma comunidade predominantemente ucraniana oportuniza a conservação dos costumes e da língua ucraniana; vii) há um paradoxo entre o objetivo de conservar os elementos culturais ucranianos na comunidade de Itapará e a falta de incentivo para que isso seja posto em prática. Eis aí o problema das políticas linguísticas e dos direitos relacionados à língua e cultura minoritárias.

Em relação à vinda dos imigrantes ucranianos para o Brasil, podemos dizer, baseados nos relatos dos informantes e em fontes bibliográficas, que há muitas controvérsias. Promessas de vida fácil aliadas à vontade de livrar-se das opressões por que passavam na Ucrânia. Quando chegaram aqui, das terras não *brotava ouro* e a adaptação era difícil. Contudo, com muito esforço e apego às questões espirituais, os imigrantes progrediram.

A igreja faz parte da vida dos ucranianos e descendentes e, por isso, é um fator importante na conservação dos elementos culturais, entre eles, a língua ucraniana. Os ritos

³⁷ Usamos o termo também no presente porque entendemos que o trabalho não se encerra aqui, pelo contrário, só o primeiro passo foi dado. Há muito ainda a ser investigado sobre essa temática e esse é o nosso objetivo para os próximos trabalhos.

religiosos são feitos em língua ucraniana, em sua maioria. Porém, o não conhecimento da língua ucraniana pela geração mais nova (primeira faixa etária) favorece o uso da língua portuguesa nas celebrações.

As atitudes dos informantes em relação ao uso da língua ucraniana são positivas, haja vista que a maioria dos informantes relata que gosta de falar em ucraniano e o faz quando surgem as oportunidades. As rezas individuais e em grupo costumam ser feitas em língua ucraniana, mas a preservação da cultura ucraniana depende, sobretudo, do incentivo à valorização dos descendentes ucranianos. Cada vez que se lança um olhar para uma comunidade minoritária, é uma luz que se acende para a conservação da cultura daquele povo.

Conforme relatos dos informantes, a escola local deveria oferecer a língua ucraniana como língua estrangeira. Entretanto, a inclusão da língua ucraniana no currículo da escola de Itapará esbarra em questões políticas de implantação e valorização de línguas minoritárias. Outro fator determinante para a não oferta da língua ucraniana na escola local é a falta de professores com formação específica para atuar nessa área. Desse modo, a aprendizagem da língua ucraniana fica vinculada, quase que exclusivamente, ao contexto familiar e às práticas religiosas.

Quanto à conservação da língua e cultura ucranianas em Itapará, devemos mencionar que têm sido empreendidos alguns esforços. Tem se falado muito em preservar patrimônios culturais, entretanto, medidas objetivas são percebidas timidamente. A esse respeito, Calvet (2007, p. 84) afirma que “num primeiro momento, a expressão ‘direito à língua’ nos remete à proteção das minorias linguísticas, e o próprio fato de se falar em proteção mostra até que ponto elas estão ameaçadas”. De fato, concordando com as palavras de Calvet (2007), nos cabe dizer que o fato de se falar muito em preservação da cultura e língua ucranianas, é também uma prova de que, na comunidade de Itapará, elas estão ameaçadas e sujeitas a sucumbirem frente à padronização imposta pela globalização e característica dos novos

tempos. É urgente que se tomem medidas para que o patrimônio material e imaterial seja preservado. Fishman (1979, p. 52) acena que “quanto mais numerosos e importantes são os falantes, nativos de uma variedade particular, tanto maiores são sua vitalidade, autonomia e historicidade”. No caso dos moradores de Itapará, o número de falantes de ucraniano é significativo, tomando como base proporcionalmente o número de pessoas que vivem na comunidade, contudo, a geração mais nova, por assim dizer, está deixando de lado os elementos culturais ucranianos, principalmente a língua ucraniana. Sobre isso, podemos dizer que a implantação de língua ucraniana como língua no currículo da escola da comunidade seria uma iniciativa de valorização dos descendentes de ucranianos que lá habitam. A esse respeito, Brun (2007, p. 52) afirma que

decidir, por exemplo, que tal disciplina é obrigatória ou optativa implica aumentar ou diminuir sua importância e, conseqüentemente, a dos professores que a lecionam. Decidir que um curso de licenciatura oferece habilitação única para língua estrangeira implica em reconhecer o valor intrínseco do profissional dali egresso (BRUN, 2007, p. 52).

Nesse sentido, entra em cena a importância de que haja na região um curso de graduação que forme professores para ministrar aulas de língua ucraniana. As dificuldades de aprendizagem seriam minimizadas pelo fato de que muitos membros da própria comunidade e de comunidades vizinhas do município de Irati e de outros municípios da região que já sabem a língua ucraniana poderiam ter uma formação regular nesta língua e, a partir disso, começarem a ensinar sistematicamente a língua ucraniana nas comunidades marcadas pelo fenômeno da imigração ucraniana.

A valorização da língua e cultura locais deve ser o centro das discussões para a preservação do patrimônio cultural. Preservar bens materiais e imateriais demonstra o crescimento de uma nação e viabiliza a geração de riquezas, uma vez que impulsiona vários segmentos da sociedade, sobretudo o turismo. No município de Irati, por exemplo, marcado pelo fenômeno da imigração, como mencionamos anteriormente, são várias as comunidades

que preservam os elementos culturais trazidos pelos imigrantes europeus e que, sob certo aspecto, não estão sendo valorizados devidamente.

É verdade que algumas iniciativas têm sido tomadas. É o caso do Programa de Extensão Universitária, citado no quarto capítulo deste trabalho. Esperamos que nosso trabalho sirva de incentivo à preservação da cultura eslava nos municípios de abrangência da UNICENTRO, instituição à qual o referido programa está vinculado. A implantação de um curso superior de língua ucraniana, nessa instituição (ou em outra), supriria a falta de profissionais para ministrar essas aulas.

Devemos, ainda, falar da importância de cada parte deste trabalho para que houvesse uma coesão e coerência desde o início até o final. Entendemos que era pertinente fazer um levantamento sócio-histórico da imigração ucraniana para o Brasil (segundo capítulo) para dar suporte ao que dissemos mais à frente sobre a importância que os ucranianos dão às questões religiosas, de trabalho e de educação. A falta de liberdade para a prática de suas crenças religiosas foi um dos motivos principais que levou os ucranianos a abandonarem seu país. A falta de trabalho também foi um dos motivos para a imigração. Não se pode falar em conservação da cultura ucraniana sem olhar para o passado dos ucranianos, sobretudo daqueles que vieram para o Brasil. Essa afirmação tem sua base em Calvet (2002, p. 12) quando fala que “a história de uma língua é a história de seus falantes”, já mencionado neste trabalho.

Ainda no sentido de apontar para a relevância das partes deste trabalho, devemos observar que, no terceiro capítulo, buscamos fundamentar nosso estudo com suportes teóricos referentes à temática abordada. É verdade que não poderíamos contemplar toda a produção teórica existente nessa área, contudo, o cotejo que fizemos entre os diversos postulados e afirmações nos deu sustentação para discutir os relatos dos nossos informantes e que são, no nosso entendimento, os pontos centrais desta pesquisa.

A análise dos relatos coletados por meio das entrevistas se configura naquilo que entendemos como mais importante em nosso estudo. Não queremos dizer que uma parte não depende de outra, pelo contrário, a junção destas faz com que o trabalho ganhe corpo e seja relevante. Na ocasião das análises, buscamos apoio na discussão que fizemos sobre os aportes teóricos relacionados à temática em questão, além de nos ancorarmos nos aspectos sócio-históricos referentes à imigração ucraniana para o Brasil. Desse modo, entendemos que as partes de nosso trabalho foram amarradas e que todas as partes são pertinentes para a visualização do trabalho como um todo, ou seja, a temática *diversidade linguística, cultural e políticas linguísticas* foi abordada de maneira que houvesse um diálogo entre os pressupostos teóricos dessa área, as questões sócio-históricas da língua e cultura ucranianas e o estudo focado numa comunidade rural marcada pelo fenômeno da imigração.

Ao final do nosso trabalho, queremos ratificar o ponto de vista que é dever de todo o cidadão o respeito aos valores do seu país, no caso do Brasil, isto inclui a aprendizagem e utilização da língua oficial, o português, e a prática de sua cultura. No entanto, concordando com uma das decisões do XXII Congresso da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), realizado em Recife em outubro de 1987, nossa opinião é que isto seja feito dentro de uma visão mais ampla, a do respeito ao pluralismo linguístico e cultural. A *Declaração de Recife* diz que “todos os grupos sociais devem ter o direito de identificar-se com uma ou mais línguas, bem como o reconhecimento e respeito desta identidade pelos outros indivíduos”. No mesmo sentido, Sole (1975, p. 16), citado por Damke (2008), referindo-se ao espanhol nos EUA, cujo contexto é idêntico ao por nós pesquisado, diz:

Em tais circunstâncias nos encontramos diante do dilema de se o abandono da língua materna é coisa necessária e até desejável, já que é bom sintoma de assimilação e integração à sociedade dominante, ou se existe a possibilidade de alcançar os mesmos fins mediante uma visão mais ampla do pluralismo que inclua também o aspecto linguístico (SOLE, 1975, p. 16 *apud* Damke, 2008).

É justamente este o ponto de vista que defendemos ao longo de todo o nosso trabalho, ou seja, que o processo de assumir a *nova* cidadania seja o mais democrático possível, com vistas ao respeito ao pluralismo linguístico e cultural de indivíduo e do grupo social ao qual este pertence. Em tempos de globalização e de mudanças cada vez mais aceleradas, concordamos com Damke (2008) que não há mais espaço para dúvidas em relação a línguas e culturas diferentes conviverem no mesmo espaço. Afirmamos que isto é possível e perfeitamente normal.

REFERÊNCIAS

- ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística). **Noticiário da ABRALIN**. Rio de Janeiro: Nov. 1987.
- AGGIO, Osmar. **A colônia que veio do pó: história e genealogia**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2005.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. **Estudos linguísticos**, São Paulo, n. 37, v. 2, p. 105-112, maio-ago. 2008.
- _____; BUSSE, Sanimar. Contato linguístico e bilinguismo: algumas reflexões para o estudo do fenômeno da variação linguística. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 9, n. 6, p. 11-25, 1º sem. 2008.
- ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística 1**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 21-47.
- ALLPORT, Gordon. **La naturaleza del prejuicio**. Buenos Aires: Editorial Eudeba, 1977.
- ALVAR, Manuel. **Manual de dialectología hispánica: el español de España**. Barcelona: Editora Ariel, 1996.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias: estudo de um grupo imigrante ucraniano – 1895-1995**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1996. Tese de Doutorado.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- _____. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola, 2001.
- BENTES, Anna Christina. A abordagem etnográfica em pesquisa sociolinguística: implicações teóricas e analíticas para o campo. **Estudos linguísticos**, Campinas, ano XXXIII, [s. n.], p. 141-145, 2004.
- BERGAMASCHI, Maria Cristina Zandomeneghi. **Bilinguismo de dialeto italiano-português: atitudes linguísticas**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2006. Dissertação de Mestrado.
- BORSTEL, Clarice Nadir von. **Aspectos do bilinguismo: alemão e português em Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. Dissertação de Mestrado.
- _____. **Contato linguístico e variação em duas comunidades bilingües do Paraná**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. Tese de Doutorado.

_____. Identidades étnicas e situações de uso de línguas. **Palavra**. Rio de Janeiro, n.11, p. 133-145, 2003.

_____. A interface língua e identidade alemã no Brasil. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). **Variação, mudança e contatos linguísticos no português da região sul**. Pelotas: EDUCAT, 2006. p. 281-302.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística & educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolinguística. In: TARALLO, Fernando. **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas: Unicamp, 1989.

BORUSZENKO, Oksana. **Os ucranianos**. 2. ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRUN, Milenna. Aspectos sociopolíticos da educação em línguas e culturas estrangeiras. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 37, p. 47-59, jul./dez. 2007.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURKO, Pe. Valdomiro N. **A imigração ucraniana no Brasil**. 2. ed. Curitiba: OSBM, 1963.

BUTZGE, Clóvis Alencar. **Linguagem e identidade de pescadores do lago de Itaipu**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2006. Dissertação de Mestrado.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. **As políticas linguísticas**. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 2. ed. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 2001.

CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal – uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro Sul do Paraná**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985. Dissertação de Mestrado.

DALINGHAUS, Ione Vier. **Alunos brasiguaios em escola de fronteira Brasil/Paraguai: um estudo linguístico sobre a aprendizagem do português em Ponta Porã, MS**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.

DAMKE, Ciro. Linguagem e Ideologia. **Letras & Letras**, Cascavel: Unioeste, n. 1, p. 19-25, 1992.

_____. **As interferências do alemão como língua materna na aprendizagem do português.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988. Dissertação de Mestrado.

_____. **Sprachgebrauch und Sprachkontakt in der deutschen Sprachinsel in Südbrasilien.** Frankfurt am Main; Berlin; Bern; New York; Paris; Wien: Peter Lang, 1997.

_____. Variação linguística e a construção do sujeito. **Anais da 1ª JELL.** Marechal Cândido Rondon: Gráfica Escala, 1998.

_____. Políticas linguísticas e a conservação da língua alemã no Brasil. **Espéculo. Revista de estudios literarios.** Universidad Complutense de Madrid, 2008. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero40/polingbr.html>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

FARAH, Audrey Lílian Souza; GUIL, Chico; PHILIPPI, Silvio José. **Irati 100 anos.** Curitiba: Editora Arte, 2008.

FERGUSON, Charles. Diglossia. **Word**, n. 15, p. 247-265, 1959.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Aspectos culturais e o ensino de língua inglesa. **Línguas & Letras**, Cascavel, vol.1, n.1, p. 117-127, 2000.

FISHMAN, Joshua. **Sociología del lenguaje.** Madrid: Ediciones Cátedra, 1979.

FRAGA, Letícia. Os “holandeses” de Carambeí e suas línguas: um estudo sobre atitudes linguísticas. **Estudos linguísticos**, São Paulo, n. 38, v. 2, p. 297-311, maio-ago, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

_____. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Branca Telles Ribeiro; GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 13-20.

GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros no espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940–70).** Cascavel: Edunioeste, 2002.

GRIFFIN, Kim. **Linguística aplicada a la enseñanza del español como 2/L.** Madrid: Arco/Libros, 2005.

GROSJEAN, François. **Life with two languages.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade.** 3. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 103-133.

HAMEL, Rainer Enrique. Conflictos entre lenguas y derechos lingüísticos: perspectivas de análisis sociolingüístico. In: **Alteridades**. v. 5. n. 10. Iztapalapa, México: Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 1995. p. 79-88.

_____. Direitos linguísticos como direitos humanos: debates e perspectivas. In: OLIVEIRA, Gilvan Müller de (Org.). **Declaração universal dos direitos linguísticos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

HANKS, William F. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. Anna Christina Bentes, Renato Cabral Rezende, Marco Antônio Rosa Machado (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2008.

HEYE, Jürgen. Considerações sobre bilinguismo e bilinguagem: revisão de uma questão. In: SAVEDRA, Mônia; HEYE, Jürgen. **Palavra**. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2003.

_____; VANDRESEN, Paulino. Línguas em contato. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyr Andrade; SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (Orgs.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 381-411.

HITZ, Nilse Dockhorn. **Línguas em contato no contexto sociolingüístico de Nova Santa Rosa**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. Dissertação de Mestrado.

HORBATIUK, Paulo. **Imigração ucraniana no Paraná**. Porto União: Uniporto, 1989.

HYMES, Dell. On Communicative Competence. In: BRUMFIT, C. J. & JOHNSON, K. **The Communicative Approach to Language Teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

IRATI: revistas do centenário. Editor José Maria Orreda. Irati: O Debate, 2007.

JACUMASSO, Tadinei Daniel. Diversidade linguística e cultural. **Folha de Irati**. Irati, 21 ago. 2009, Folha Interativa, Na ponta da língua, p. 11.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. A entrevista narrativa. In BAUER, Martin; GASKELL, George. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

KOCIOLEK, Ana; KOCIOLEK, Thomaz. **Breve histórico da imigração ucraniana no Brasil**. Disponível em: <www.geocities.com/CollegePark/Union/2240/UCRANIA.HTM> Acesso em: 14 abr. 2009.

LABOV, Willian. **Modelos sociolingüísticos**. Trad. José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Ediciones Cátedra, 1983.

_____. **Padrões sociolingüísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACKEY, William F. The description of bilingualism. In: FISHMAN, Joshua. **Readings in the sociology of language**. 3 ed. The Hague: Mouton, 1968.

MADE in Ucrânia: os ucranianos no Paraná (documentário). Direção e Roteiro: Guto Pasko. Produção: Studio GP7 Brazil Cinema & Atores. Curitiba, 2006. 1 DVD (102 min.).

MAHER, Tereza Machado. Sendo índio em português... In: SIGNORINI, Inês (Org). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 115-138.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, Heloísa Augusta Brito de. **O falar bilíngue**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

_____. Perfil sociolinguístico de uma comunidade bilíngue da zona rural de Goiás. **Linguagem & Ensino**. v. 4. n. 2. Goiás, UFG, 2001.

MERTEN, Walter. **Der Hunsrück: Damals und Heute**. 2. ed. Koblenz: Druckhaus Koblenz, 1976.

MEY, Jacob L. Etnia, identidade e língua. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

MEZAVILA, Albertina. **Ucranianos em Cascavel: a história, a religião e a língua**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007. Dissertação de Mestrado.

_____. Bilinguismo e as redes de comunicação na comunidade ucraniana de Cascavel. **Línguas & Letras**. Cascavel: UNIOESTE, v. 9, n. 17, 2º sem. 2008, p. 289-304.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

_____. **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, identidade e profissão na escola e na família**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e imigrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**: história cultural da música popular. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

OGLIARI, Marlene Maria. **As condições de resistência e vitalidade de uma língua minoritária no contexto sociolinguístico brasileiro**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. As línguas brasileiras e os direitos linguísticos. In: _____. **Declaração universal dos direitos linguísticos**: novas perspectivas em políticas linguísticas. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

_____. **Língua como patrimônio imaterial**. Disponível em: <<http://www.ipol.org.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

ORREDA, José Maria. Itapará. In. **Revista Irati 70 anos**. Irati: Editora Sul-Oeste do Paraná Ltda, 1978, p. 21-22.

_____. **História em debate**. Irati: Editor José Maria Orreda, 1999.

PEREIRA, Maria Ceres. **Naquela comunidade, os adultos falam alemão e “brasileiro”. Na escola, as crianças aprendem o português**: um estudo do continuum oral/escrito em crianças de uma classe bisseriada. Campinas: Universidade de Campinas, 1999. Tese de Doutorado.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

PRÁCIA. Prudentópolis: Gráfica Prudentópolis, Ano LXXXVIII.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAMOS, Odinei Fabiano. **Ucranianos, poloneses e “brasileiros”**: fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis/PR. São Leopoldo: Unisinos, 2006. Dissertação de Mestrado.

RAMÍREZ, Arnulfo G. Dialectología y sociolingüística. In: ALVAR, Manuel. **Manual de dialectología hispánica**: el español de España. Barcelona: Editora Ariel, 1996.

RIBEIRO, Alessandra Regina. **Aprender italiano**: identidade em (re)construção entre língua e cultura em contexto formal. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2006. Dissertação de Mestrado.

SANÉ, Abdou. **A política sociolinguística do Brasil**: uma visão política do falar interétnico. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Dissertação de Mestrado.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. Política linguística no Brasil e no Mercosul: o ensino de primeiras e segundas línguas em um bloco regional. **Palavra**. Rio de Janeiro, v. 11, p. 39-54, 2003.

SCHULZ, Noeli Pufal. **Práticas bilíngues alemão/português**: relação língua e religião.

- Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. Dissertação de mestrado.
- SCHUMANN, J. The acculturation model for second language acquisition. In: GINGRAS, R. (Ed.) **Second language acquisition research and foreign language teaching**. Arlington: Center for Applied Linguistics, 1978. p. 27-50.
- SILVA-CORVALÁN, Carmen. **Sociolingüística y pragmática del español**. Washington: Georgetown University Press, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 73-102.
- SOLE, Carlos A. **El español en los Estados Unidos: perspectiva sociolingüística**. Bogotá: s. e., 1975.
- SZEWCIW, I. **O milênio do cristianismo na Ucrânia**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 7. Ed. São Paulo: Ática, 2005.
- TEIS, Denize Terezinha. **A (re)construção da identidade do aluno brasiguai**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. Dissertação de Mestrado.
- TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.
- VAN DIJK, Teun A. Semántica del discurso e ideología. In: **Discurso & Sociedad**, v. 2, n. 1. 2008. p. 201-261. Disponível em: <[http://www.dissoc.org/ediciones/v02n01/DS2\(1\)Van%20Dijk.html](http://www.dissoc.org/ediciones/v02n01/DS2(1)Van%20Dijk.html)>. Acesso em: 28 mar. 2009.
- VANDRESEN, Paulino. O bilinguismo pomerano-português na região de Pelotas. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). **Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Niterói: EdUFF, 2008. p. 39-51.
- VARES, Luiz Paulo Pilla. Fronteiras culturais. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 7. ed. Curitiba: Vicentina, 1995.
- _____. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 07-72.

WOUK, Miguel. **Estudo etnográfico-linguístico da comunidade ucráína de Dorizon**. Curitiba: Projeto, 1981.

ANEXOS

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: “Diversidade linguística, cultural e ensino de língua: estudo de uma comunidade ucraniana de Irati/PR”.³⁸

Pesquisador responsável: Tadinei Daniel Jacumasso

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos a participar voluntariamente de nosso projeto de pesquisa que tem o objetivo estudar a diversidade linguística, cultural e o ensino de língua da comunidade rural de Itapará. O procedimento adotado consiste em entrevistas individuais semi-estruturadas. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas, porém, qualquer informação que possa vir a identificá-lo será mantida em sigilo. É válido expor que tal atividade não representa riscos para os participantes e serão realizadas conforme sua disponibilidade. Sua contribuição servirá para ajudar na produção do conhecimento e a comunidade será beneficiada no sentido de que a pesquisa poderá servir de incentivo à valorização dos descendentes de ucranianos e a conservação de seus elementos culturais. As informações obtidas nesta pesquisa serão utilizadas na publicação de trabalhos científicos e também em apresentação em eventos, todavia, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo de sua participação. Desse modo, nomes, endereços e outras indicações pessoais não serão publicados em hipótese alguma. Se eventualmente esta pesquisa lhe causar qualquer tipo de dano, o pesquisador compromete-se a reparar este dano, ou prover meios para a reparação. A qualquer momento, o(a) senhor(a) poderá solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa que está sendo realizada e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá desistir da participação. As informações poderão ser solicitadas ao pesquisador e ao Comitê de Ética em Pesquisa, pelo telefone (45) 32203272. Este Termo será entregue em duas vias, sendo que uma delas ficará com o senhor(a).

Desse modo, eu, _____ (nome legível), declaro que fui informado do objetivo da pesquisa e concordo em participar voluntariamente da mesma. Sei que a qualquer momento posso revogar este Aceite e desistir sem necessidade de prestar qualquer informação adicional. Declaro, também, que não recebi nem receberei qualquer tipo de pagamento por esta participação voluntária e também não terei que pagar em virtude da minha participação.

Local e data. _____, ___/___/_____

Voluntário – Responsável

Eu, Tadinei Daniel Jacumasso, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante.

Tadinei Daniel Jacumasso
E-mail: tadinei@hotmail.com
Tel: (42) 3422-3173

³⁸ Esse era o título inicial do projeto de pesquisa quando foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIOESTE para apreciação e aprovação.

ANEXO 2**DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Título do Projeto: “Diversidade linguística, cultural e ensino de língua: estudo de uma comunidade ucraniana de Irati/PR”.

Pesquisador responsável: Tadinei Daniel Jacumasso

Eu, _____, declaro ter concedido as imagens ao responsável pelo presente estudo e permitido que ele faça uso das mesmas em seu trabalho e em possíveis publicações. Declaro, também, que não recebi e nem receberei qualquer pagamento pela concessão das referidas imagens. Estou ciente de que as imagens serão tratadas com ética e respeito e se algum dano for causado a mim e a minha família, serei amparado.

Responsável pela imagem

Irati, ____ de _____ de 2009.

ANEXO 3**QUESTIONÁRIO 1 – (DADOS PESSOAIS)**

01. Nome:
02. Idade:
03. Mora aqui há quanto tempo: (Itapará, ou região)
04. Seus pais e avós eram / são ucranianos?
05. De onde eles vieram?
06. Estão aqui há quantos anos?
07. Qual a sua atividade?
08. Com o que você gasta seu tempo livre?
09. Quando você sai daqui é para ir para onde, geralmente?
10. Geralmente, onde você faz suas compras para a casa?
11. Quando precisa comprar coisas de maior valor, onde você compra? Aqui ou na cidade? Em Irati, ou outra cidade?
12. Você tem vontade de morar em outro lugar? Por quê? Por que não?

ANEXO 4**QUESTIONÁRIO 2 (DADOS SOCIOLINGUÍSTICOS)**

01. Em que língua você/senhor fala? (se a resposta for português, perguntar se fala em ucraniano).
02. Você gosta mais de falar em português ou em ucraniano? Por quê?
03. Qual das duas línguas (português / ucraniano) você acha mais bonita? Por quê?
04. Onde você aprendeu a falar português e com quantos anos?
05. Onde você aprendeu a falar ucraniano e com quantos anos? (se não aprendeu, perguntar se gostaria de aprender)
06. Quando você era criança, em que língua seus pais e avós falavam com você?
07. Você acha importante que seja conservada a língua ucraniana aqui em Itapará? Por quê?
08. Na tua opinião, quais são os meios para conservar a língua?
09. Você acha que com o passar do tempo a língua ucraniana vai ou foi se perdendo? Por quê?
10. Você sofre preconceito de outras pessoas por falar o português com marcas do ucraniano? Pode dar um exemplo?
11. Na escola, deveriam ensinar a língua ucraniana? Por quê?
12. Na igreja, as celebrações deveriam ser em ucraniano ou em português? Por quê? Quais partes em uma e quais partes em outra?
13. Considerando que aqui a comunidade é formada essencialmente por descendentes de ucranianos, na tua opinião, deveriam proibir o uso da língua portuguesa em Itapará? Por quê?
14. Além da língua, quais outros costumes que você acha que deveriam ser preservados dos ucranianos? Por quê?

15. Você pode contar uma história sobre a comunidade, ou sobre a vinda dos ucranianos para cá, ou sobre a tua família, ou alguma história de família que você acha importante?